

“Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração e encontrareis descanso para o vosso espírito.” (Jesus Cristo)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Doutora Adelinda Maria Araújo Candeias e às minhas coorientadoras Professora Doutora Maria do Céu Taveira de Castro Silva Brás da Cunha e Professora Doutora Maria Teresa Carrasco Salvador Gonçalves Santos, pela competência, paciência e conhecimentos científicos com que me orientaram na realização desta tese.

Aos participantes pela disponibilidade e apoio demonstrado.

À minha amiga Hermínia Correia pelo encorajamento, insistência e apoio espiritual na realização de um trabalho, que à partida teria sempre um cunho Divino.

Às “mulheres” da minha casa, a quem dedico esta tese, pela sua referência pessoal na minha vida e interesse no bom termo desta tarefa.

Ao meu pai terreno, a quem o Pai Celeste já chamou, pela transmissão da importância da formação académica na nossa vida.

RESUMO

DILEMAS NO ACONSELHAMENTO:

Estudo de caracterização em psicólogos -padres e em psicólogos – diáconos

Este estudo visa compreender se os dilemas e valores que emergem no aconselhamento psicológico de psicólogos-padres e diáconos católicos interferem na sua prática. Participaram no estudo 8 psicólogos padres/diáconos católicos portugueses, entre os 39 e os 84 anos, de um universo total de 17.

Os participantes preencheram uma ficha de caracterização sociodemográfica, um Questionário de Valores Básicos e uma entrevista semiestruturada.

Os resultados indicam a existência de dilemas relacionados com Fronteiras, Neutralidade, Responsabilidade, Preconceito, Fidelidade, Confidencialidade e Papel/Função, com mais incidência nos primeiros três, e a saliência de valores sociais e humanistas elevados nas duplas funções exercidas.

Surgem dilemas específicos nesta população relacionados com a comunicação e ideologia praticadas nos dois tipos de aconselhamento.

Esta investigação tem implicações para a formação de psicólogos padres/diáconos católicos e para uma compreensão mais profunda do papel dos valores no processo de aconselhamento e das fronteiras entre aconselhamento psicológico e religioso.

Palavras-chave: Aconselhamento Psicológico, Aconselhamento religioso, Dilemas, Valores e Autoconhecimento

Abstract

DILEMMAS in the COUNSELING:

Characterization study in psychologist priests and deacons psychologists

This study aims to understand whether the dilemmas and values that emerge in psychological counseling psychologists and priests-Catholic deacons interfere in their practice.

In this study participate 8 psychological counseling psychologists and priests-Catholic deacons, between 39 and 84 years, of a total of 17.

The participants filled out a socio-demographic form, a Basic Values Questionnaire and a semi-structured interview.

The results indicate the existence of related dilemmas, namely Borders, Neutrality, Responsibility, Prejudice, Loyalty, Confidentiality and Paper/Function, with more focus on the first three, emphasizing the social and humanist values in the double duties performed.

Specific dilemmas arise in this population related to communication and ideology practiced in both types of counseling.

This research has implications for the formation of priests psychologists / Catholic deacons and a deeper understanding of the role of the values in the counseling process and the borders between psychological counseling and religious.

Key-words: Psychological Counselling, Religious Counselling, Dilemmas, Values e

Auto-knowledge

Índice

Introdução	1
Parte 1 – Enquadramento Teórico	
1. Aconselhamento Psicológico.....	8
1.1 Modelos de aconselhamento Psicológico.....	12
1.1.1 O Modelo Centrado na Pessoa.....	17
1.1.2 O Modelo Existencialista.....	19
1.2 Características dos Conselheiros e Papéis do Aconselhamento Psicológico.....	21
2. Aconselhamento Espiritual: O caso específico da religião Católica.....	23
3. Interface entre Aconselhamento Psicológico e Aconselhamento Espiritual...30	
4. Dilemas no Aconselhamento.....	32
4.1 Dilemas no Aconselhamento Psicológico.....	32
4.2 Dilemas no Aconselhamento Espiritual.....	40
5. Importância dos Valores Humanos	44
5.1 Contribuições Teóricas.....	45
5.2 Modelos Individuais de Valores.....	50
5.3 Teoria Funcionalista dos Valores Humanos.....	54
Parte 2 – Estudo Empírico	
6. Metodologia.....	63
6.1 Âmbito do Estudo.....	63
6.2 Constituição da Amostra.....	66
6.3 Instrumentos.....	67
6.3.1 Entrevista.....	67
6.3.2 Questionário de Valores Básicos.....	69
6.3.3 Ficha de caracterização sociodemográfica.....	70
6.4 Procedimento de Recolha de Dados.....	70
6.5 Procedimento de Análise de Dados.....	71
7. Apresentação e Análise dos Resultados.....	85
8. Discussão dos resultados.....	105
9. Conclusões.....	118
Bibliografia.....	123
Anexos	

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 - As subfunções dos valores, motivações, tipos de orientação e valores indicadores</i>	61
<i>Tabela 2 - Habitualmente no seu caso em que consiste um processo de aconselhamento psicológico?</i>	85
<i>Tabela 3 - Qual o padrão de desenvolvimento de uma sessão?</i>	86
<i>Tabela 4 - Quais os clientes que atende mais frequentemente?</i>	88
<i>Tabela 5 - Como é que estas pessoas chegam até si?</i>	89
<i>Tabela 6 - Onde é que realiza o aconselhamento psicológico?</i>	90
<i>Tabela 7 - Quais as questões mais frequentes e/ou recorrentes?</i>	91
<i>Tabela 8 - Será que na sua prática profissional consegue distinguir o aconselhamento psicológico do aconselhamento religioso?</i>	92
<i>Tabela 9 - Gostaria de nos falar um pouco acerca dos dilemas que experiencia mais quando está a realizar consulta psicológica?</i>	94
<i>Tabela 10 - Resultados do Questionário dos Valores Básicos – QVB</i>	99

Índice de Figuras

<i>Figura 1 – Organização estrutural e dinâmica dos tipos motivacionais</i> _____	53
<i>Figura 2 – Dimensões, funções e subfunções dos valores básicos</i> _____	58

Índice de Anexos

Anexo I – Entrevista Semiestruturada

Anexo II – Ficha de Caracterização Sociodemográfica

Anexo III – Análise do Conteúdo Global – Questões 1 à 7

Anexo IV – Análise Simplificada – Questões 1 à 7

Anexo V – Análise do Conteúdo Global – Questão 8

Anexo VI – Análise Simplificada da Questão 8

Anexo VII – Cruzamento dos Resultados, Dilemas e Valores da Questão 1 à 7

Introdução

“O que efetivamente conta não são as coisas que nos acontecem. Mas, sobretudo, a nossa reação frente a elas.” (Leonardo Boff)

O ser humano ao longo dos tempos e com o incremento tecnológico foi reduzido a compartimentos e passou a exercer os mais variados papéis, tornando-se um especialista em fragmentos, sem levar em conta a sua natureza integrada e interligada, como um todo. O destaque nesta totalidade considera o ser humano integrado por quatro componentes básicas: física, mental, emocional e espiritual, devendo as quatro estarem equilibradas, para poderem proporcionar o desenvolvimento de uma vida individual sadia e feliz, com a finalidade da obtenção de uma sociedade humana mais digna e justa (Boff, 2006).

A harmonia desta totalidade é continuamente posta em causa no mundo global onde vivemos, com todas as facilidades de comunicações e movimentações, pelo que nos surgem diariamente inúmeras situações imprevistas, obrigando-nos a ter uma capacidade de resposta elevadíssima e mesmo assim, por vezes, não conseguimos dar conta de todas elas.

Por um lado, o desenvolvimento humano é um processo que se inicia no momento da concepção e termina com a morte, onde estão envolvidos múltiplos fatores: biológicos, cognitivos, motores, emocionais, sociais e morais. As modificações que se produzem são estruturais e comportamentais, isto é, ao longo do tempo, o organismo altera-se, tal como se altera a nossa maneira de atuar, agir, pensar, sentir. Estas mudanças não se produzem de igual modo em todos os indivíduos: o ritmo do desenvolvimento difere de pessoa para pessoa, podendo ocorrer avanços e recuos. Assim as crises desenvolvimentais são resolvidas de muitas maneiras: para uns, elas tornam-se em ocasiões de crescimento para outros não. Junto de uns, elas desenrolam-se normalmente, junto de outros desencadeiam uma profunda crise (Monteiro & Santos, 2002).

Por outro lado as sucessivas contrariedades da vida levam-nos também, por vezes, a abanões psicológicos, que ainda afetam mais o nosso tempo para vencermos as nossas vicissitudes diárias. Muitas vezes, para que estas crises psicológicas sejam ultrapassadas é necessário aconselhamento para ajudar as pessoas a enfrentarem as exigências contemporâneas de conduzir e construir a sua vida (Guichard, 2012).

Desta forma o aconselhamento pretende ajudar as pessoas que experimentam estas crises expectáveis, a recuperarem rapidamente o equilíbrio necessário, para a sua existência. Assim sendo, este tipo de ajuda não se propõe curar sintomas e psicopatologias, mas, sim, pretende lidar com os aspetos saudáveis das pessoas, cujas dificuldades e experiência de crises psicológicas os obscurecem de algum modo. Nomeadamente em situações de morte, doenças ou qualquer outra adversidade que nos atinja no mais íntimo de nosso ser, todos estamos sujeitos a momentos de crise e fragilidade psicológicas, conduzindo-nos a momentos de extrema frustração e contrariedade (Forghieri, 2007).

O aconselhamento é um processo de interação pessoal aplicado em vários campos das ciências comportamentais, como é o caso da psicologia e da religião. O domínio do aconselhamento integra distintas abordagens conceptuais e diversas práticas de intervenção, que visam, em termos gerais, ajudar as pessoas a articular fatores de tensão psicossocial, como sejam, a estabilidade, mudança do comportamento e o desenvolvimento do ser humano (Messer,1992; Stricker & Gold, 1993; Woolfe, Strawbridge, Douglas & Dryden, 2010).

Segundo Leonardo Boff (2006), o ser humano possui profundidade e densidade ontológica, pois capta valores e significados, e não apenas factos e acontecimentos. Neste sentido, o que conta são menos as coisas que nos acontecem, mas o que elas significam para a nossa vida e as experiências que nos propiciam. Os acontecimentos acabam assim por ter um carácter simbólico: recordam-nos o vivido e alimentam a nossa interioridade e constituem-se como referências futuras.

Neste contexto, o sentido dado à vida alicerça-se num sistema de valores individualizado, cuja coerência e equilíbrio se expressa na ação e na interação que concretiza a realização do seu projeto. Contrariamente, o vazio existencial refletirá a angústia ou o conflito do indivíduo em relação aos seus próprios valores (Frankl, 1990).

Desta forma, no eixo da formação do ser humano estão explícitos ou implícitos valores que são conceitos ou categorias; exprimem estados desejáveis de existência; transcendem situações específicas; assumem diferentes graus de importância; guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos; e representam cognitivamente as necessidades humanas (Hitlin; Piliavin; Inglehart; Kluchhohn; Rokeach; Ronen; Schwartz & Billsky; citados por Gouveia et al., 2009).

Atendendo à dinâmica interativa fundamental, que o aconselhamento envolve (e.g., relação face-a-face entre conselheiro e cliente ou entre conselheiro e grupo de clientes), coloca-se a questão do reconhecimento dos principais dilemas que os psicólogos enfrentam na prática da sua atividade de aconselhamento e a sua fundamentação axiológica.

Existem diferentes formas de conceptualizar quer o aconselhamento, quer a forma como o conselheiro deve atuar no sentido de ajudar na resolução dos problemas dos clientes, quer também na preocupação dos diversos dilemas terapêuticos não influenciarem o processo de ajuda ao cliente. Torna-se assim pertinente investigar conselheiros psicólogos, que são simultaneamente diáconos e padres católicos, não só para identificar os valores que determinam ou orientam a sua prática, mas sobretudo para perceber os dilemas associados à sua prática e que poderão influenciar a sua conduta profissional junto dos seus clientes e fieis.

A escolha deste tipo de amostra está relacionada com os conhecimentos do investigador relativamente à realidade dos ministros ordenados da Igreja Católica e pelo seu interesse em perceber nesta população de que forma é que os dilemas em aconselhamento são ultrapassados e também se há perceção de relação entre os dois tipos de aconselhamento praticados (psicológico e religioso), ou seja, se essa interação pode ser ela própria também um dilema no aconselhamento.

Considerando os pressupostos anteriormente apresentados, esta tese procura concretizar os seguintes objetivos:

- Identificar os dilemas que os conselheiros enfrentam na sua prática e caracterizar a forma como reagem aos mesmos.
- Caracterizar os valores de vida do grupo de participantes e a sua relação qualitativa aos processos de aconselhamento seguidos.
- Compreender se o aconselhamento é um meio de autoconhecimento e de crescimento interno.

Consequentemente surgiram as seguintes questões de investigação:

- Quais os dilemas enfrentados na prática profissional por estes conselheiros?

- Quais os valores humanos que orientam os processos de aconselhamento que desenvolvem?
- Como se caracteriza a orientação baseada em valores, na prática do aconselhamento?
- Será que os especialistas do aconselhamento não encontram também na sua prática um caminho para si e também para os outros?

O enquadramento teórico será conduzido em cinco vertentes, necessárias para a análise dos dados recolhidos. Ambas pretendem relacionar as opções teóricas escolhidas com o estudo empírico.

A primeira vertente (1), intitulada aconselhamento psicológico, aborda este tipo de aconselhamento, apresentando as especificidades mais importantes para o presente estudo, tais como a historicidade, a definição da literatura, os objetivos, os tipos de competências e alguns métodos distintos possíveis no aconselhamento psicológico. Depois entre os diferentes modelos em aconselhamento (1.1) e tendo em conta o tipo de amostra com quem interagimos, onde o paradigma humanista e transpessoal se torna evidente, assumimos que o modelo centrado na pessoa (1.1.1) e o modelo existencialista (1.1.2) são, assim, fulcrais para o desenvolvimento da intervenção junto do cliente. Neste sentido é importante também as características dos conselheiros e papéis do aconselhamento psicológico (1.2) para entendermos não só a formação do perfil do conselheiro como também conhecermos as funções necessárias para a prática deste tipo de aconselhamento.

No ponto seguinte (2) é abordado o aconselhamento espiritual, onde é referido inicialmente as dimensões fundamentais do ser humano, com mais ênfase no conceito de espiritualidade, para em seguida ser introduzido a definição de aconselhamento espiritual, onde a ajuda ao outro pode assumir várias modalidades de intervenção e do ponto de vista metodológico poderemos encontrar duas perspetivas diferentes. Depois estuda-se os tipos de funções do conselheiro, necessárias para o processo de ajuda aos clientes em alturas de crise, onde também é importante conhecer alguns limites deste tipo de aconselhamento e até algumas situações mais comuns e que são apresentadas pelos clientes.

No terceiro capítulo procura-se relacionar os dois tipos de aconselhamento tornando-se evidente esta interface nas contribuições da teoria analítica de Jung, da psicanálise de Winnicott e da proposta humanista de Carkuff.

Em quarto lugar apresentamos o estudo dos principais dilemas éticos e técnicos em aconselhamento procurando identificar os sentidos tanto no aconselhamento psicológico (4.1), como no aconselhamento espiritual (4.2).

Por último abordamos a importância dos valores humanos (5) para a fundamentação axiológica do conselheiro, através da teoria funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 1998, 2003; Gouveia et al., 2008, 2009, 2010).

Na segunda parte apresentamos o estudo empírico, onde consta a fundamentação metodológica deste trabalho, em cinco pontos, contendo os procedimentos metodológicos básicos, que garantiram a fiabilidade dos dados, a validade das análises e a pertinência teórica da discussão efetuada.

O ponto 6.1- âmbito do estudo, descreve o enquadramento em termos metodológicos e teóricos, que conduziram, posteriormente à análise dos dados. No ponto 6.2- constituição da amostra, para além de apresentarmos os critérios de constituição da amostra, procuramos conhecer o detalhe e a singularidade através da análise das entrevistas, de alguns casos e não de uma amostra representativa global. Contudo esta amostra tem implicações para a validade e para os limites da análise e discussão. No ponto 6.3- instrumentos, procuramos justificar a sua escolha, o tipo de recolha efetuado e para ajudar o participante na sua tarefa foi-lhe entregue um guião da entrevista, organizado dentro do possível, em questões orientadas por dois tópicos principais. O primeiro procurando caracterizar o aconselhamento praticado. O segundo abordando os dilemas sentidos, quando faz aconselhamento. Para completar a informação das entrevistas foi usado o Questionário de Valores Básicos (Gouveia et al., 2008), constituído por 18 itens, onde os valores apresentam duas dimensões consensuais. Foi também usada uma ficha de caracterização sociodemográfica para cada participante, onde foram recolhidas informações pertinentes relativas ao seu percurso pessoal, académico e profissional. No ponto 6.4- procedimentos de recolha de dados, mostramos os procedimentos adotados, tendo em conta a fiabilidade dos dados e a replicabilidade dos procedimentos.

No ponto 6.5- procedimentos de análise de dados, através da respetiva fundamentação metodológica, indicamos os procedimentos adotados. Para analisar os dados da entrevista foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, com exceção da questão oito, onde se empregou o método Consensual Qualitative Research (Hill, Thompson, & Williams, 1997). Para análise dos questionários de valores humanos usou-se uma metodologia quantitativa, segundo as indicações dos autores. Por último a informação da ficha sociodemográfica foi analisada de uma forma global servindo apenas para caracterizar os participantes.

No capítulo sétimo apresentamos a análise dos resultados e é efetuada uma síntese dos resultados, em contagens de unidades por categoria, incluindo os respetivos comentários, seguida da análise das entrevistas através da categorização.

No capítulo oitavo fazemos a discussão dos resultados, e as conclusões onde se procura responder às questões de investigação indicadas anteriormente. A discussão em concreto foi elaborada considerando a singularidade dos percursos, mas procurando os traços comuns, de modo a dar seguimento ao objetivo proposto.

Finalizamos com as principais conclusões deste trabalho, apontando possíveis implicações futuras para a formação de psicólogos padres e de psicólogos diáconos, não só melhorando a compreensão do papel dos valores no processo de aconselhamento, bem como definindo o estabelecimento das fronteiras entre aconselhamento psicológico e aconselhamento religioso. No final serão apresentadas pistas para posterior investigação do tema e considerações sobre as limitações deste estudo.

Parte 1 – Enquadramento Teórico

1. Aconselhamento Psicológico

“Um único raio de sol é suficiente para afastar muitas sombras.” (São Francisco de Assis)

Etimologicamente, o verbo “aconselhar” tem raízes no latim. Segundo Houaiss & Villar (citados por Macedo, Fonseca & Holanda, 2007), deriva do verbo latino *consulo*, que significa “reunir para uma deliberação”, “deliberar”, “discutir” e “examinar”.

Desde a antiguidade, que o filósofo Empédocles (cerca do ano 450 a. C.) recomendava a prática do aconselhamento, que denominou de “cura pela palavra”. Consistia no tratamento de doentes através da conversação do filósofo com eles; as doenças podiam ser físicas ou psíquicas, pois ainda não eram feitas distinções entre ambas (Piñero & Meseguer, citados por Forghieri, 2007; McLeod, 2013).

Mais recentemente e após as duas grandes guerras mundiais, do século passado, houve um considerável aumento de pessoas com perturbações psicológicas, para um número muito reduzido de pessoas habilitadas para o seu tratamento, obrigando diversos profissionais, principalmente enfermeiros e orientadores educacionais, a prestar ajuda terapêutica a muitas daquelas pessoas, no decorrer de suas funções específicas.

Mas só a partir da década de 1950, que a ajuda terapêutica, também denominada de aconselhamento psicológico passou a ser reconhecida pela comunidade científica como uma eficiente forma de ajuda terapêutica. Esta evolução deve-se em grande medida à influencia e trabalho, do psicólogo americano Carl Rogers, que teve uma grande influência para que isso acontecesse, com a publicação de seu livro *Counseling and Psychotherapy*, em 1942, onde defende o aconselhamento psicológico como uma série de contactos profissionais e diretos com um indivíduo, com o objetivo de lhe oferecer assistência no tratamento de aspetos pessoais e/ou relacionais, bem como na mudança das suas atitudes e comportamentos, ganhando assim um carácter mais dinâmico (Macedo, Fonseca & Holanda, 2007; Thorne & Sanders, 2013).

O aconselhamento está particularmente indicado para ajudar as pessoas a enfrentarem as exigências contemporâneas de conduzir e construir a sua vida (Guichard, 2012). As interlocuções presentes no aconselhamento visam ajudar as pessoas a desenvolver a habilidade de reflexão (Lhotellier, citado por Guichard, 2012). Este é um processo deliberado que se propõe a ajudar o participante a colocar as suas várias experiências

sob diferentes perspectivas. Ter um maior conhecimento e entendimento do sentido de si só pode ocorrer quando a pessoa se compromete a uma atividade de reflexão sobre si mesmo, sobre as suas ações, expectativas, sobre o mundo. Trata-se de um processo dinâmico que permite dar à pessoa uma maior compreensão e sentido às suas diversas experiências (Guichard,2012).

Desta forma o aconselhamento é um processo de interação pessoal aplicado em vários campos das ciências comportamentais que segue distintas abordagens conceituais e diversas práticas de intervenção e que visa, em termos gerais, articular fatores de tensão como estabilidade, mudança e desenvolvimento do ser humano (Messer,1992; Stricker & Gold, 1993; Woolfe et al., 2010). O fundamento do aconselhamento centra-se muito na ciência e na arte de estabelecer pontes entre a estabilidade comportamental e as virtualidades de mudança e de desenvolvimento do ser humano (Messer, 1992; Stricker & Gold, 1993; Woolfe et al., 2010), nos seus múltiplos contextos e sistemas de evolução (Safran & Messer, 1997).

O ser humano existe sempre em relação e compreende as suas experiências, atribuindo-lhes significados singulares, ou seja está constantemente confrontando-se com os limites da sua própria condição, nunca alcançando as certezas de que procura. As dificuldades que encontramos para aceitar a insegurança e limitações podem bloquear a nossa existência, podendo tornar a nossa vida mais pobre e fechada em si mesma, conduzindo-nos por vezes a padecimentos existenciais (Forghieri, 2007).

Neste contexto, o aconselhamento psicológico configura-se como uma relação de ajuda, tratando-se de um processo de interação entre conselheiro e cliente, em que o primeiro procura ajudar o segundo a recuperar o seu equilíbrio existencial. Assim o psicólogo conselheiro é visto como um profissional que possui recursos e flexibilidade para propor diferentes alternativas de ajuda, incluindo formação, orientação, encaminhamento e psicoterapia (Schmidt, 2001; O'Hara, 2013).

São numerosas as definições de aconselhamento psicológico, que encontramos na literatura. Segundo Andrade (2001), por exemplo, entende-se por aconselhamento psicológico como processo de escuta ativa, individualizado e centrado no cliente. É um processo que pressupõe a capacidade de estabelecer uma relação de confiança entre os interlocutores, visando ao resgate dos recursos internos do cliente para que ele mesmo tenha possibilidade de reconhecer-se como sujeito da sua própria transformação.

De acordo com Schmidt (1999), podemos definir o aconselhamento psicológico como uma relação face-a-face de duas pessoas, na qual uma delas é ajudada a resolver dificuldades de ordem educacional, profissional e vital (e.g., apoio emocional, apoio educativo) que trata das trocas de informações, da avaliação e reflexão sobre valores, atitudes e condutas, incluindo a mudança de comportamentos e tomada de decisão.

Em geral, o aconselhamento psicológico visa facilitar uma adaptação mais satisfatória da pessoa à situação em que se encontra e aperfeiçoar os seus recursos pessoais em termos de autoconhecimento, autoajuda e autonomia (Morato & Schmidt, 1999; Woolfe et al., 2010). A finalidade principal é promover o bem-estar psicológico e a autonomia pessoal no confronto com as dificuldades e os problemas, bem como a mudança concreta do comportamento da pessoa e constitui-se como parte integrante dos processos de melhoria da qualidade em saúde psíquica, bem como a humanização dos serviços e a prática de relações sociais saudáveis (Eisenlohr, 1999; Woolfe et al., 2010).

Por outro lado, Oliveira (2005) defende que aconselhar não é dar conselhos, fazer exortações nem encorajar disciplina ou prescrever condutas que deveriam ser seguidas. Pelo contrário, trata-se de ajudar o cliente a compreender-se a si próprio e à situação em que se encontra e ajuda-lo a melhorar a sua capacidade de tomar decisões que lhe sejam benéficas. Este autor salienta ainda que é preciso acolher o saber e o sentir do cliente, por meio de uma escuta ativa, condição básica para um atendimento de qualidade. Deste modo, de acordo com Schmidt (1999; Woolfe et al., 2010), a prática do aconselhamento facilita a superação de bloqueios subjetivos, permitindo ao cliente avaliar as suas reais possibilidades de tomada de decisão.

Segundo Eisenlohr (1999), os objetivos do aconselhamento psicológico estão relacionados com três componentes diferentes, cujo peso específico pode variar em cada intervenção ou em cada caso em função das necessidades específicas do cliente:

- Ajuda para lidar com as dificuldades, identificar as soluções, tomar decisões e mudar comportamentos, bem como disponibilizar ajuda para dar resposta às necessidades psicológicas dos clientes.
- Pedagogia relacionada com a transmissão de informação, ou seja transmitir informação personalizada, bem como promover o desenvolvimento de competências sociais.

- Apoio relacionado com a transmissão de segurança emocional, facilitação do controle interno e promoção da autonomia pessoal, bem como aumentar o autoconhecimento e a autonomia, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e a redução do nível de stress.

Para Eisenlohr (1999), o processo de aconselhamento psicológico envolve a construção duma aliança entre o conselheiro e o cliente, na qual quem promove a entrevista de aconselhamento disponibiliza tempo e liberdade para que o cliente explore os seus pensamentos e sentimentos, numa atmosfera de confiança, respeito e neutralidade. Para atingir este objetivo, o psicólogo utiliza competências básicas de aconselhamento como a escuta ativa, a empatia e a reflexão, tentando compreender o cliente e a situação em que se encontra. Desta forma o aconselhamento psicológico envolve três fases sucessivas (Rogers, citado por Almeida, 1999; Brown, 2014), cuja utilidade é a de sistematizar a intervenção e identificar o tipo de competências de aconselhamento que é necessário usar em cada fase:

- Exploração do problema. No processo de aconselhamento psicológico deve ser facilitada ao sujeito uma atitude de exploração do problema, que permita a sua identificação e caracterização a partir do seu próprio ponto de vista, bem como a focalização em preocupações específicas que eventualmente estejam presentes. Esta fase exige ao conselheiro uma escuta ativa, com compreensão empática, aceitação positiva incondicional, frequentemente parafraseando, refletindo sentimentos, sumarizando, focalizando e ajudando o cliente a ser específico.
- Nova compreensão do problema. Nesta fase procura-se ajudar o cliente a ver-se a si próprio e a situação em que se encontra numa nova perspetiva e de focalizar naquilo que poderá ser feito para lidar mais eficazmente com o seu problema. Esta fase exige mais especificamente a utilização da compreensão empática, transmissão de informação, ajuda para que o cliente reconheça sentimentos, temas, inconsistências e padrões de comportamento.
- Delimitação de objetivos a alcançar. Nesta fase tenta-se facilitar ao cliente possíveis formas de agir, a avaliação dos seus custos e consequências, a construção dum plano de ação e a forma de implementá-lo. Isto implica focalizar na resolução de problemas, pensamento criativo e processo de tomada de decisão.

No seguimento da abordagem das competências básicas importa também conhecer alguns métodos distintos possíveis no aconselhamento psicológico (Scheeffler, 1976; Meier & Boivin, 2011). De referir:

- Diretivo, segundo o qual o conselheiro atua como dirigente, seleciona os tópicos que serão discutidos, define os problemas, descobre causas, sugere soluções ou planos de ação. A centralidade do processo é da responsabilidade do conselheiro.
- Não – Diretivo, que dá ênfase ao conteúdo emocional exprimido pelo cliente e não tanto ao conteúdo factual e intelectual. É centrado na pessoa e visa o crescimento pessoal e não apenas a solução de problemas.
- Eclético com base na utilização de conceitos e técnicas dos diferentes métodos de acordo com a necessidade do cliente. Ou seja requer que o conselheiro domine várias técnicas e reconheça as mais adequadas para a situação apresentada pelo cliente.

A visão tradicional de aconselhamento psicológico passa pela preocupação do conselheiro em juntar toda a informação disponível sobre o cliente, recolhendo todos os dados pertinentes para a caracterização da sua situação e que conduziria à formulação de um diagnóstico, chegando-se finalmente à resolução do problema, com a indicação ao cliente dos passos a dar (aconselhamento diretivo).

Mas para Rogers (2004; Thorne & Sanders, 2013) se for o conselheiro a escolher o objetivo que o cliente deverá atingir, pode ser útil no imediato, no entanto não favorece o desenvolvimento do cliente. Assim o aconselhamento psicológico é visto por Rogers (2004; Thorne & Sanders, 2013) como uma forma de o cliente se ajudar a si próprio, onde o papel do conselheiro é proporcionar um ambiente no qual a pessoa se possa visualizar a si própria e às suas reações com mais clareza e aceitar as suas atitudes de uma forma mais completa (aconselhamento não diretivo).

1.1. Modelos de Aconselhamento Psicológico

Os modelos de aconselhamento possibilitam aos conselheiros, independentemente do paradigma em que se filiam, a auxiliar os clientes a ultrapassar as suas fraquezas, a redefinir as suas próprias conceções e formas de ver o mundo. Desta forma cada sessão

de aconselhamento segue um percurso definido entre psicólogos e clientes, de forma a alcançar os objetivos previstos inicialmente.

Entre as diversas perspectivas em aconselhamento e tendo em conta o tipo de amostra com quem interagimos, em que o paradigma humanista e transpessoal se torna evidente, assumimos que o modelo centrado na pessoa e o modelo existencialista são, assim, fulcrais para o desenvolvimento da intervenção junto do cliente. Assim, antes da abordagem destes dois modelos importa conhecer também as principais características da psicologia humanístico-existencial.

Para Bruno Giordani (1998; Woolfe et al., 2010), a abordagem humanístico-existencial insiste na necessidade de aceitação de nós mesmos e do mundo dos outros. O conselheiro converte-se numa pessoa que participa no encontro na sua totalidade para poder conhecer, entender e ajudar a pessoa em causa.

Esta corrente propõe uma conceção holística da pessoa, na qual o ser humano é considerado como uma unidade psicossomática. Resumidamente, inspira-se nos seguintes fundamentos (Giordani, 1998):

- Concentração da atenção sobre a pessoa em causa e por isso a focalização do interesse sobre a experiência como fenómeno primário no estudo do ser humano.
- Uma incidência nas qualidades que são unicamente humanas, como a escolha, a criatividade, a valorização e a autorrealização.
- A importância da escolha dos problemas a estudar e os métodos de investigação a adotar.
- Uma grande importância dada à dignidade e valor do ser humano, bem como ao desenvolvimento do potencial inerente a cada pessoa. A centralidade desta conceção está representado pela pessoa, enquanto esta, descobre o seu próprio ser e se relaciona com outras pessoas e grupos sociais.

Os conceitos base da perspectiva humanista envolvem quatro fatores: o organismo, a percepção e campo preceptivo, a imagem de si mesmo e o inconsciente (Giordani, 1998, Brown, 2014).

O organismo confere à psicologia humanista, o significado de unidade psicossomática, indicando o indivíduo na sua totalidade.

A percepção e campo perceptivo dá-nos o significado que a pessoa dá a tudo aquilo que ocorre dentro e fora dela. Do ponto de vista dinâmico, pode-se dizer que o indivíduo comporta-se com base na percepção que tem de si mesmo e da realidade externa. A percepção está fortemente influenciada pela imagem que temos de nós mesmos. A realidade vem dada através do filtro desta imagem e da base das experiências vividas.

A imagem de si mesmo é o resultado de uma dupla percepção: intrínseca e interpessoal. Durante o desenvolvimento aparece frequentemente um conflito entre o organismo e a imagem de si mesmo. No início da vida a imagem coincide com a consciência do funcionamento do organismo e baseia-se nos dinamismos fisiológicos. Mais tarde, com a influência das relações cada vez mais amplas e mais profundas com o ambiente que nos rodeia, gradualmente, assumimos uma nova configuração em função de novos fatores. Neste conflito a pessoa fica dividida entre duas tendências: a direção sugerida pelo organismo e as indicações propostas pela imagem de si mesmo, que levam o indivíduo a defender-se das ameaças vindas do ambiente que o rodeia. Esta luta entre estes dois sistemas operantes constitui para Rogers (2004; Brown, 2014), a origem da desadaptação psíquica.

Para a perspectiva humanista, o inconsciente não é o local onde se encontram os conteúdos reprimidos, conforme defendia Freud (Fonseca, 2004), mas sim o conjunto de experiências que estão num patamar mais profundo, face a outras que estão presentes na consciência.

Na conceção humanista da personalidade encontram-se três fatores, que desenvolvem uma ação dinâmica no processo de desenvolvimento do indivíduo que integra tópicos como a energia orgânica, a tendência de atualização e a valorização orgânica (Brown, 2014). O primeiro é a fonte de energia da qual deriva a imagem de si mesmo e que orienta o comportamento.

O segundo fator é o impulso intrínseco orientado ao desenvolvimento face à atuação ótima da personalidade dentro do indivíduo. A pessoa não está controlada por impulsos e instintos, por costumes e por expressões externas; mas encontra-se atraído por valores, por metas, por significados e tem dentro dele as possibilidades de reconhecer esses recursos para caminhar no sentido dos valores que mais lhe interessam. É esta a função da tendência de atualização, a qual se converte em operante, na medida em que a pessoa e o ambiente oferecem as condições necessárias para que funcione.

O terceiro fator simboliza o sistema regulador e de controle, enquanto orienta a pessoa no sentido de uma vida cada vez mais plena, dirigida na realização de si mesma.

A tendência de atualização e a valorização orgânica podem funcionar regularmente e promover a plena realização da pessoa, desde que não ocorram interferências ou pressões por parte do ambiente que a rodeia. A liberdade experiencial não se entende como a liberdade de atuação, dando saída aos instintos sem nenhum tipo de limite, mas sim, como a possibilidade que o ambiente oferece ao indivíduo de expressar a nível de comunicação, a vivência interior do momento, sem temer ser julgado com a imagem, que cada um tem de si mesmo e que tenta conservar.

O desenvolvimento é considerado como uma mudança de estruturas psíquicas. Ou seja, qualquer passo adiante, qualquer conquista, qualquer aprendizagem pressupõe uma mudança na estrutura psíquica de cada indivíduo, dirigida no sentido da vida plena. Rogers (2004; Thorne & Sanders, 2013) define a vida plena como o processo evolutivo dirigido numa direção concreta, que o ser humano elege, quando se encontra livre para mover-se em qualquer direção. Chegado a este nível de desenvolvimento, o indivíduo nutre uma plena confiança nos seus recursos, tanto de energia, como de orientação que experimenta em si mesmo.

Maslow (2001b) descobriu outras possibilidades de desenvolvimento humano. Considerou que a dimensão humanista é uma preparação para a psicologia transpessoal, centrada no Cosmos. Maslow (2001b) deu-se conta, que certos estados de consciência, constituíam experiências cume de auto realização, em que o indivíduo transcendia os limites habituais de identidade e experiência (Walsh & Vaughan, 2001).

A abordagem transpessoal questiona a natureza essencial do ser e inclui o tratamento de todos os desequilíbrios emocionais, intelectuais e de conduta, bem como, apoiar todos os esforços para se alcançar a autorrealização completa.

Para Maslow (2003), o ser humano necessita de um conjunto de valores, de uma filosofia de vida, de uma religião ou um substituto de religião de acordo com o qual vive e pensa, da mesma maneira que necessita de luz solar, cálcio e de amor. As enfermidades surgidas das carências de valores têm nomes diversos, como apatia, desespero ou cinismo e pode converter-se em si mesmo em enfermidades somáticas. Necessitamos de um sistema de valores humano comprovado, utilizável, em que

podemos crer e ao qual podemos consagrar-nos, pelo facto de que é verdadeiro e não porque nos exorta a crer e a ter fé. Desta forma, comprovando-se a necessidade dos valores do ser e a sua ausência pode deixar-nos enfermos, então a vida religiosa ou espiritual constitui um aspeto básico da natureza humana.

Segundo Maslow (2001a), o ser humano nunca está contente com o que tem, arranja sempre forma de esquecer o que já tem e procura outras coisas que desejaria ter. A motivação humana jamais cessa, à medida que as condições melhoram, avança-se para níveis superiores. Desta forma os indivíduos auto realizados com as suas necessidades básicas adequadamente satisfeitas, estão agora motivados noutros sentidos superiores, chamados meta motivações. Isto significa que possuem um sentimento de pertença, que as suas necessidades de amor estão satisfeitas, que têm amigos, sentem-se amados e merecedores de amor, que têm uma boa posição social e o respeito dos demais e que têm um sentimento de valia e auto respeito. São gente dedicada, entregues a alguma tarefa fora de si mesmo, ou seja, a alguma vocação, missão ou até destino para caracterizar a forma apaixonada, generosa e profunda por esse trabalho. Tais indivíduos tendem a identificar-se com o seu trabalho e a convertê-lo numa característica definidora do Eu, transformando-se numa parte do Eu, convertendo-se numa etiqueta, que se refere a toda a sua pessoa.

Maslow (2001a) defende que a satisfação das necessidades básicas e do ser contribuem para a formação de pessoas biologicamente superiores, em que a vida valorativa ou espiritual pertence à jurisdição do pensamento humano e é em princípio alcançável mediante os próprios esforços humanos. Assim, a comunhão do ser humano com aquilo que o transcende não tem que se definir como sobrenatural, mas sim que se possa conceber como uma experiência biológica.

Segundo Maslow (2001a), o ser humano é uma hierarquia das necessidades (básicas e do ser), com as biológicas na base da hierarquia e as espirituais em cima. Por isso é cada vez mais útil distinguir entre duas classes de pessoas auto realizadas: as que têm pouca ou nenhuma experiência de transcendência e aquelas para quem a experiência da transcendência é importante e inclusive central. Os primeiros vivem o mundo e realizam-se nele, ou seja, utilizam-no para boas causas. Os segundos têm consciência da esfera do ser, vivem nesse nível e estão claramente meta motivados para a dimensão espiritual ou do ser.

Para os psicólogos transpessoais, o sagrado reside no cotidiano, ou seja, que se descobre na vida de todos os dias. Desta forma os valores do ser não se inventam, percebem-se, existem para além da vida do indivíduo e podem-se conceber como uma espécie de perfeição. Não são só do ser humano, são também o ser humano, por isso, conferem adoração, reverência, celebração e sacrifício. Por eles vale a pena viver e morrer. A sua contemplação ou a sua fusão com eles, concede o maior prazer de que é capaz o ser humano. A imortalidade também tem um significado muito definido neste contexto, pois os valores incorporados na pessoa, como características definidoras do seu ser, seguem vivos depois da sua morte física, ou seja, num sentido real o seu ser transcende a morte (Maslow, 2001a).

Os psicólogos humanistas afirmam que o fim da vida serve de meta para fazer algo em que se crê. Fatores como a realização pessoal ou o crescimento individual são marcantes na linha de pensamento humanista e transpessoal. A pessoa é assumida como alguém que procura, constantemente, o significado de tudo e, nessa busca, reside a possibilidade da própria realização. Assim a procura de auto-realização será um processo de auto-atualização permanente e de desafio contínuo ao longo do ciclo de vida das pessoas.

1.1.1. O Modelo Centrado na Pessoa

Para O'Hara (1983), o modelo centrado na pessoa, em termos operacionais é uma investigação heurística da natureza e do significado da experiência humana, assente nos princípios da não diretividade e da aceitação incondicional, não avaliativa, do cliente. Rogers (2004; Brown, 2014) baseando-se no seu trabalho terapêutico, propõe um conjunto de hipóteses sobre a mudança e defende um conjunto de princípios que constituem a centralidade da sua intervenção. Para Rogers (2004; Thorne & Sanders, 2013), no encontro entre conselheiro e cliente não vamos encontrar verdades absolutas mas sim relatos de circunstâncias, tal como foram vividas ou interpretadas. Assim a partir dessas relatividades importa discernir os aspetos mais problemáticos, para que a ajuda ao cliente se torne mais profícua, ou seja é fundamental para este autor o saber ouvir e fazer uso da escuta ativa.

Segundo Carl Rogers (citado por Boainain, 1998; Brown, 2014) independentemente de haver ou não um mundo concreto e objetivo, é necessário o reconhecimento do facto de que cada pessoa vive e atua num mundo de experiências subjetivas próprias. O

mundo, percebido como tal, e construído a partir de experiências, sobretudo valorativas, surgidas do intercâmbio com pessoas significativas, inclui necessariamente uma região de vital importância: a percepção de si mesmo, o auto conceito, a própria identidade conscientemente percebida pelo indivíduo, a que Rogers (Boainain, 1998; Mearns, Thorne & McLeod, 2013) chamou de sistema do eu, ou, simplesmente, eu (*self*).

Este sistema é uma configuração de crenças, percepções, ideias, imagens, opiniões e valores que a pessoa tem em relação a si mesma, e constituem aquilo a que conscientemente chama de *eu*, o centro em referência ao qual, organiza a sua simbolização do mundo e a sua relação com este.

Assim o desenvolvimento do eu é também responsável, em associação com o seu subsistema do eu ideal (o eu que o indivíduo gostaria de ser, ou como gostaria que os outros o vissem), por todas as deficiências e problemas psíquicos, representando o principal obstáculo ao crescimento psicológico sadio em direção a uma existência plena. Esta existência é vista por Rogers (Boainain, 1998; Mearns, et al., 2013) como a meta última do desenvolvimento psicológico humano, onde a pessoa atinge um conhecimento consciente do seu organismo e do mundo externo.

Rogers (Boainain, 1998; Mearns, et al., 2013), afirma agora, que o último desenvolvimento das nossas potencialidades leva à superação da nossa identificação com o fluxo da experiência do próprio organismo, para atingir uma fusão consciente, com o fluxo evolutivo do próprio universo, à medida que este, entre outras coisas, forma e transforma a espécie humana.

O processo de mudança em direção à congruência mais estreita entre a identidade assumida, e a experiência total, não é um processo pacífico, mas em geral é vivido de uma forma profundamente perturbadora. Na verdade, tendo o indivíduo desenvolvido uma tendência para manter e desenvolver a sua identidade, ocorre que essa tendência pode entrar em choque com algumas parcelas da sua experiência orgânica, a qual, por sua vez, se associa à tendência atualizante mais ampla e inata, a saber, a tendência de todo o organismo para desenvolver as suas potencialidades na direção da sua conservação e enriquecimento, da sua autonomia e unidade. Na presença de tal choque, o eu, pressentindo a ameaça à sua estrutura e estabilidade, tentará proteger-se, quer intercedendo, quer deformando a experiência incongruente à sua autoimagem, usando,

para tanto, toda gama de artifícios que Freud (Boainain, 1998) tão bem descreveu sob o título de mecanismos de defesa.

Naturalmente, a solução ideal, a alcançar num processo de aconselhamento, que favoreça o desenvolvimento sadio e a natural ação da tendência atualizante, será a superação da crise pela configuração de um novo eu, que represente e expresse mais congruentemente a experiência, tanto interna quanto externa, vivenciada pelo organismo total. Desta forma, emerge da crise, uma nova pessoa, mais madura, plena, autónoma, eficiente e complexa que a anterior, tendo superado mais uma etapa de seu desenvolvimento em direção ao ideal Rogeriano de pessoa plenamente funcionante, ou seja, aquela que realiza o acordo perfeito entre a sua identidade e a complexidade processual de sua experiência organísmica global (Boainain, 1998; Brown, 2014).

No modelo centrado na pessoa esta é tomada como saudável ou, pelo menos, não é nunca vista como sendo má ou doente. A pessoa é perspectivada como digna de confiança e capaz de se responsabilizar pelas mudanças necessárias ao seu modo de ser e de estar, sempre que se verifique situações de mal-estar. Desta forma, o conselheiro deve manter a sua própria identidade, considerar sempre positiva e incondicionalmente o cliente e compreender empaticamente quem a ele recorre. A relação de ajuda só terá lugar numa situação em que a pessoa se sinta aceite e confortável na experiência de terapia. Para isso, as técnicas postas ao serviço do cliente passam por ouvir, aceitar, respeitar, compreender e reagir com sensibilidade ao que, no diálogo, surge com importância (Corey, 2013).

1.1.2. O Modelo Existencialista

Neste modelo assume-se claramente que o ser humano está consciente da sua própria finitude. Para os existencialistas, evitar a morte é desviar-se da vida. Ou seja este desvio conduz a seres inautênticos, que vivem ignorando o poder pessoal de escolher e assumir escolhas, e consequências dessas escolhas e dos seus resultados, vivendo de acordo com um guia externo ao próprio indivíduo. Por outro lado viver autenticamente significa estar atento à própria liberdade e ao dever de ser integral, correndo os riscos da ansiedade, da culpa e da morte, que são inerentes a cada um. Aceitar qualquer destes riscos e assumir viver em autenticidade é a forma de auto afirmação possível. Assim, viver, implica envolvimento, compaixão e compromisso (Heidegger, 2003). Em termos

práticos, o modelo existencialista de aconselhamento assenta em seis pressupostos (Corey, 2013; Langdridge, 2013), que se indicam:

- Conhecimento de si mesmo. Capacidade de cada um de lidar com a sua finitude, através de escolhas, a não-aceitação poderá conduzir à inação, à solidão e ao imobilismo, por outro lado a aceitação implica escolher o risco da ansiedade experimentada na busca de sentido para a vida. Ambas as escolhas conferem tensão à existência.
- Liberdade. O ser humano todos os dias da sua existência possui uma liberdade, que o condiciona e o obriga a tomar decisões, assumindo responsabilidades naquilo que quer para a sua vida. Ou seja fica obrigado a assumir a responsabilidade pessoal da mudança.
- Procura de sentido e significado. Cada pessoa deve encontrar o seu próprio sistema de valores e viver ou comportar-se de acordo com eles. O sentido dado à vida alicerça-se num sistema de valores individualizado, cuja coerência e equilíbrio se expressa na ação e na interação que concretiza a realização do seu projeto. Contrariamente, o vazio existencial refletirá a angústia ou o conflito do indivíduo em relação aos seus próprios valores (Frankl,1990).
- Busca de identidade e de relação. Assenta na abertura intrínseca ao mundo e na vulnerabilidade que dela pode surgir. O ser humano ao preocupar-se com os outros arrisca-se a fragilizar-se a si próprio. A busca de identidade e as tarefas de relação comportam o perigo de levar a pessoa a prender-se nas expectativas dos outros e, com isso, tornar-se um estranho para si próprio. Deste relacionamento essencial para cada um importa não esquecer os outros, mas também importa manter a nossa própria identidade.
- Ansiedade. A ansiedade existencial é fonte de desenvolvimento. Sempre que a pessoa assume um novo rumo é inevitável o aparecimento da ansiedade do desconhecido. Mas é essa incerteza que garante a energia necessária à ultrapassagem desse desconhecido. Ou seja é através da dúvida que pode levar à certeza e ao sucesso desse novo passo.
- Finitude. É com a consciência da nossa finitude terrena, que damos mais valor à vida e ao seu significado. Ou seja o fim da nossa existência não nos deve

condicionar e amarrar o nosso percurso de vida. Devemos viver o presente autenticamente e plenamente sem medo de um horizonte futuro invisível.

Um modelo de aconselhamento existencialista procura proporcionar às pessoas experiências emocionais, que criem possibilidades de renovar o seu pensamento e o seu comportamento, tendo em vista a maior abertura do indivíduo aos outros e às relações com o mundo. O conselheiro não julga nunca a pessoa com quem trabalha e procura que ela reconheça e assuma a sua responsabilidade e a sua liberdade pelas escolhas que faz no seu caminho. Desta forma o conselheiro procura aumentar a consciência da pessoa sobre as questões da vida, com responsabilidade e de uma forma autêntica e verdadeira.

O aconselhamento existencialista assenta numa perspetiva fenomenológica (Spinelli,2014). Os fenómenos são pensamentos, sentimentos, atos e qualidades, que os indivíduos vivenciam na sua consciência. Toda esta subjetividade é uma inerência ao método mas a subjetividade é compreendida como inseparável de qualquer forma de objetividade, onde o comportamento humano é intrinsecamente intencional.

Os objetivos da terapia existencialista passam por levar as pessoas a perspetivar novos caminhos e a experimentar aspetos que estiveram até aí negados, levando-as a aceitar a responsabilidade por cada uma das suas escolhas, independentemente da sua importância. O processo de aconselhamento assenta, na tarefa de fazer o indivíduo reconhecer a sua liberdade e a sua responsabilidade, em que o conselheiro é assumido como a charneira do processo de aconselhamento (Corey, 2013).

1.2. Características dos Conselheiros e Papéis do Aconselhamento Psicológico

Segundo Andrade (1998), a eficácia do aconselhamento psicológico, centra-se nas qualificações do conselheiro, que deverá ter algumas características tais como:

- Qualidades interpessoais. O conselheiro para além da orientação teórica, do seu conjunto de valores e crenças pessoais deverá ter qualidades interpessoais que facilitem o relacionamento com o cliente.
- Respeito. Conseguir levar o cliente a reconhecer que é capaz de modificar-se e participar de forma ativa no processo.
- Consideração positiva. Aceitar o cliente, apesar do seu perfil incluir comportamentos ou ações negativas.

- Empatia. Capacidade de compreender o cliente a partir da sua própria perspectiva.
- Autenticidade. Liberdade de ser o que é, sem falsidade.
- Cordialidade. Ser aberto, responsivo e positivo dentro da relação.
- Aceitação positiva incondicional. Devem ser indivíduos que valorizam as relações interpessoais, calmos, e sensíveis às diferenças interpessoais e que optem pelo treino contínuo de competências de aconselhamento.
- Cultivar a capacidade de escuta ativa.
- Desenvolvimento profissional e pessoal relevante para o exercício de aconselhamento como componente de aprendizagem experiencial, sustentada na prática profissional.

Desta forma, o aconselhamento psicológico ao longo do tempo tem revelado três papéis centrais (Morato & Schmidt,1999; Amis, 2011):

- Papel remediativo. Envolve trabalhar com indivíduos ou grupos e corrigir problemas de um ou de outro tipo. As intervenções remediativas podem incluir o aconselhamento pessoal e social.
- Papel preventivo. Os conselheiros procuram excluir dificuldades futuras. As intervenções preventivas visam prevenir o desenvolvimento dos problemas ou acontecimentos.
- Papel desenvolvimentista. O seu objetivo é ajudar os indivíduos a planear, obter e a derivar os máximos benefícios dos tipos de experiências que os capacitarão a descobrir e a desenvolver as suas potencialidades.

2. Aconselhamento Espiritual: O caso específico da religião Católica

“ Quem sou eu? Donde venho e para onde vou? Porque existe o mal?

O que é que existirá depois desta vida? (Papa João Paulo II, 1998, p.1)

O presente estudo utiliza participantes católicos que têm uma formação teológica de base, que lhe permite fazer aconselhamento também religioso. Neste contexto importa também abordar este tipo de aconselhamento.

Para Leonardo Boff (2006), o ser humano possui três dimensões fundamentais: a exterioridade, a interioridade e a profundidade. Passamos a expor:

- A exterioridade: a corporeidade. Representa o próprio ser humano introduzido no tempo e na matéria, dotado de inteligência, de sentimento, de compaixão e de amor. Esse corpo total ou corporeidade vive numa trama de relações para fora e para além de si mesmo.
- A interioridade: a psique humana. É constituída pelo universo da psique, habitado por instintos, pelo desejo, por paixões, por imagens poderosas e por arquétipos ancestrais. A interioridade é denominada também de mente humana, entendida como a totalidade do ser humano voltada para dentro, captando todas as ressonâncias que o mundo da corporeidade provoca dentro dele.
- A profundidade: o espírito. O ser humano tem a capacidade de captar o que está para além das aparências, daquilo que se vê, ouve, pensa e se ama. As coisas são símbolos e metáforas de outra realidade que as ultrapassa e que elas recordam, trazem presente e a ela sempre remetem. O ser humano capta valores e significados e não apenas factos e acontecimentos. O que definitivamente conta não são as coisas que nos acontecem, mas o que elas significam para a nossa vida e que experiências nos propiciam. Captar, desta forma, a profundidade do mundo, de si mesmo e de cada coisa, constitui o que se chamou de espírito. É aquele momento da consciência mediante o qual captamos o significado e o valor das coisas. A singularidade do ser humano consiste em experimentar a sua própria profundidade, no sentido de dar-se conta de uma Presença que sempre o

acompanha, de um Centro ao redor do qual se organiza a vida interior e a partir do qual se elaboram os grandes sonhos e as significações últimas da sua vida. Trata-se de uma energia originária, com o mesmo direito de visibilidade e expressão que outras energias, como a sexual, a emocional e a intelectual. Para ter e aumentar a espiritualidade, a pessoa não precisa de professar um credo ou aderir a uma instituição religiosa. Desta forma não é monopólio de ninguém, mas encontra-se em cada pessoa e em todas as fases da vida, é uma atitude de base, a ser vivida em cada momento e em todas as circunstâncias.

Desta forma a espiritualidade e a religiosidade encontram-se inerentes a cada ser humano, orientando as suas atitudes numa incansável procura pela compreensão da complexidade da existência (Parker, 2011).

O aconselhamento religioso nasce da conjugação entre a figura de um conselheiro, que auxilia na resolução de problemas, e a figura do orientador religioso, que insere o fiel no caminho da espiritualidade (Macedo, Fonseca & Holanda, 2007). Contudo, este tipo de aconselhamento surge num campo não psicológico, encontrando-se, sim, ligado com a dimensão religiosa do ser humano. Segundo o que refere a Comunidade Católica Shalom sobre o aconselhamento religioso (citado por Macedo, Fonseca & Holanda, 2007), é indispensável que o trabalho de aconselhamento religioso seja pautado pela palavra de Deus e pela doutrina da Igreja. Além disso, o conselheiro religioso deve ter plena convicção de que carrega consigo o Espírito Santo, que dirige os seus dons e o orienta nas escolhas e nas palavras.

Diante desta realidade, os ministros ordenados da Igreja Católica através do acompanhamento espiritual oferecem aos leigos uma dedicação especial, para que se possam desenvolver como cristãos e pessoas. A ajuda espiritual assume várias modalidades de intervenção tais como direção espiritual, guia espiritual, *counseling*, aconselhamento pastoral, discernimento vocacional, acompanhamento vocacional e psicoterapia vocacional e que implicam diferenças em função da finalidade, do destinatário e do seu nível de crescimento espiritual, bem como do orientador religioso (Aletti, 2008b).

Para o presente estudo expressões como aconselhamento pastoral, espiritual ou religioso são usadas como sinónimas e de acordo com Santos (2006) estas expressões estão ligadas a uma prática antiga oferecida pela Igreja Católica como é a direção

espiritual. Para este autor esta prática, do ponto de vista metodológico, pode ser focada em duas perspectivas:

- A teológica. Acompanhamento das pessoas religiosas no seu discernimento vocacional, no desenvolvimento das dimensões: tornar-se pessoa, ser cristão e do dom do exercício vocacional.
- A existencial. Atende todas pessoas que pedem ajuda em momentos de dúvida, dor, angústia e desenvolvimento espiritual.

A direção espiritual baseia-se no exemplo deixado por Jesus, quando na sua vida terrena procura ajudar as pessoas oprimidas, doentes, angustiadas e solitárias. Assim o aconselhamento espiritual ou pastoral permite às pessoas aprofundarem o seu relacionamento com Deus, através da certeza de que Ele se comunica com os seres humanos, através das diversas situações vividas e da extração que daí advém de compreender os possíveis significados dessas experiências (Barry, 2005; Parker, 2011).

Para Clinebell (2007), o aconselhamento espiritual possui uma ação reparadora, quando o crescimento das pessoas é afetado por dificuldades inerentes à sua própria vida, sobretudo perante dois tipos de crises:

- Desenvolvimentais: Vividas pelas pessoas ao longo da sua vida, em momentos de transição e de adaptação.
- Acidentais: vividas quando provocam tensões e perdas inesperadas.

Em qualquer destas crises, o aconselhamento espiritual poderá possibilitar ao aconselhado um crescimento espiritual, que o ajude a enfrentar a situação vivenciada. Nomeadamente em situações em que as pessoas tenham dificuldades para satisfazer as suas necessidades básicas tais como: receber e dar amor; ser estimado por si mesmo e pelos outros; segurança, alimentação e abrigo; autonomia e liberdade interior; sentido de vida; e a necessidade de um relacionamento crescente, confiante com Deus. Em todas estas situações, a pessoa em causa tem a esperança de que o orientador espiritual possa ser a sua solução para que encontre novamente a esperança e o alívio da dor, que a atormenta, levando-a para um caminho que a leva à plena realização do seu relacionamento com Deus (Clinebell, 2007).

Para Giordani (1985), o aconselhamento espiritual configura-se como uma relação de ajuda, em que pretende devolver à pessoa, os seus próprios recursos internos. Para isso

o conselheiro espiritual possui três funções: a facilitação, a avaliação e a orientação, que possibilitam o crescimento espiritual aos aconselhados.

A Facilitação é a capacidade que o aconselhador tem de ampliar na pessoa o autoconhecimento e reconhecimento da presença de Deus na sua vida. Isto é o orientador espiritual procura que a pessoa reflita sobre os conteúdos e sentimentos debatidos no encontro, de forma que o indivíduo os possa reconhecer como seus, descobrindo em si, novos aspectos da sua existência, conduzindo a uma espiritualidade autêntica, em que o aconselhado se apresenta como é não só a si mesmo, também aos outros e a Deus.

Segundo Giordani (1985), a disponibilidade do orientador espiritual para escutar e ajudar constitui para a pessoa um sinal de acolhimento semelhante ao que Jesus demonstrava àqueles que o procuravam. Esta postura exige ao conselheiro não só o acolhimento inicial mas também a sua atenção física; a observação através do comportamento de sinais não-verbais; e um escutar atento da situação da pessoa em causa. Esta capacidade de ouvir não se restringe só à pessoa aconselhada, envolve também a escuta de si próprio e de Deus, através da possibilidade da manifestação do Espírito Santo. Tudo isto nos leva a ver o aconselhamento espiritual como uma mistura de aspectos humanos e divinos, onde existem por um lado atitudes humanas visíveis e por outro lado aquilo que é inexplicável, invisível, mas que pode ser tratado no atendimento pastoral.

Neste seguimento Angeli (2008) postula que no aconselhamento espiritual existe uma relação triangular que conta sempre com a presença de Deus. Ou seja, o orientador espiritual deve contar sempre com a ação da graça divina, exigindo que ele se recorde, que é um mensageiro de Deus e que tem a função de fazer a ponte entre a pessoa aconselhada e Deus.

A função de avaliação consiste em que ambas as partes analisem a situação vivida pela pessoa aconselhada, na procura de sentidos e significados, com o objetivo de unir a pessoa a Deus e de levá-la a entender a situação, que se encontra, a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo, diluídos em citações bíblicas, na vida dos Santos, na doutrina da Igreja e de todo o conhecimento filosófico, teológico e psicológico, que o conselheiro possua (Angeli, 2008).

Para Giordani (1985), a orientação constitui a terceira função do conselheiro, no sentido de levar a pessoa em causa a olhar para si mesmo como alguém capaz de levar a cabo os princípios e informações práticas, que recebeu sob a sua responsabilidade pessoal. Ou seja esta orientação só será útil quando devolve à pessoa aconselhada, a liberdade e a responsabilidade pela sua autoconstrução. Dentro deste contexto, o conselheiro espiritual deve respeitar o momento, o movimento e o ritmo apresentado por cada individuo aconselhado, à semelhança do que Jesus ensinou na sua vida terrena, denotando sabedoria sobre as situações apresentadas, permitindo uma sadia elasticidade de movimentos, contornando todos os obstáculos (Corti, 2002).

O conselheiro espiritual deve sempre ter presente que numa relação de ajuda ao outro, que as intervenções são determinadas pelas exigências e necessidades da pessoa que vem ao seu encontro. Para isso deve acolher com bondade, escutar com interesse, ampliar o campo percetivo do outro, orientá-lo para a verdade e chegar a uma solução em conjunto com a pessoa aconselhada (Giordani, 1985; Spinelli, 2014).

Porém, um conselheiro espiritual, quando faz aconselhamento espiritual, desenvolve uma abordagem marcada à partida por alguns pressupostos que estabelecem alguns limites, na relação com a pessoa que procura ajuda e que podem dificultar a sua atuação, tais como (Giordani, 1985):

- Poder. Aspeto que pode surgir quando o conselheiro é também o líder da comunidade de fé exercendo sobre a pessoa aconselhada, uma influencia intimidatória, a não se abrir e a resguardar-se mais do que faria eventualmente com um terapeuta anónimo. Por outro lado para o conselheiro com este poder, por vezes é difícil gerir a situação, sem resistir à tentação de redirecionar a pessoa, esquecendo que deve ser ela a traçar o seu próprio percurso. Em ambos os casos é posto em causa o estabelecimento da compreensão empática com o aconselhado, uma das seis condições necessárias e suficientes para a mudança psicológica, que Rogers (1985) teorizou.
- Confusão de papéis. Facto que poderá surgir num contexto de uma comunidade de relações cruzadas próximas, nomeadamente (Wagner, 1973):

1. Visita em vez de aconselhamento e que não constitui necessariamente um pedido de ajuda.

2. Falta de tempo do conselheiro, que poderá ser objeto de suspeita, parecendo estar a dizer apenas aquilo que a pessoa quer ouvir, a fim de terminar a sessão o mais depressa possível.
3. Rotulagem. Por vezes alguns conselheiros classificam apressadamente as pessoas de acordo com situações anteriormente assumidas, condicionando o desejo ou a vontade de um novo encontro.
4. Condenação. Surge quando a pessoa se sente censurada pelos seus comportamentos. Nesta situação a pessoa tende a fechar-se e a demonstrar indiferença às palavras do conselheiro.
5. Tempo das sessões. As sessões demasiado longas provocam falta de concentração e que não potencia de forma alguma os resultados do pedido de ajuda.
6. Ser diretivo. Quando não se acredita nas potencialidades da pessoa para a mudança. A não diretividade leva o conselheiro espiritual a uma atitude de ajuda à pessoa, de forma a superar os bloqueios que a impedem de caminhar em direção a uma vida plena.
7. Envolvimento emocional. Algumas formas de o evitar passam por exemplo, pela duração fixa das entrevistas, o número de sessões e o evitar de contactos íntimos.
8. Distanciamento. Os problemas apresentados podem ameaçar pessoalmente o conselheiro no seu papel, podendo levá-lo a centrar-se em si mesmo e não estabelecer um clima de compreensão empática.

Habitualmente o aconselhamento espiritual é praticado por um ministro da Igreja, que deverá ter uma grande preparação nomeadamente na capacidade de saber ouvir e de mostrar a quem o ouve a disponibilidade e respeito pela sua pessoa. Essas exigências passam muitas vezes pelo contacto com situações dramáticas, que envolvem perda, luto, decepção e dor obrigando o conselheiro a ter um certo grau de estabilidade emocional, porque se assim não for, este poderá facilmente envolver-se no seu relacionamento com o aconselhando (Collins, 1984; Spinelli, 2014).

O conselheiro espiritual deverá estar sempre disponível para escutar a pessoa que precisa de ajuda, embora nunca saiba o tipo de acontecimentos que se irá deparar. No entanto, existem algumas situações que são mais comuns:

- Dificuldades de relacionamentos. As pessoas tornaram-se exímias nas comunicações eletrônicas, mas denotam cada vez mais uma precariedade na comunicação interpessoal. Para Rogers (1985), a falta de comunicação interpessoal impede o desenvolvimento da autenticidade do outro, com todas as consequências negativas em termos de convivência e relação. Assim o conselheiro espiritual é muitas vezes procurado por pessoas com este tipo de problemas e que têm a consciência de não conseguirem sozinhos ultrapassá-los, de forma a saberem lidar melhor com a interação com os outros.
- Crises financeiras. Por vezes não se trata especificamente de uma dificuldade financeira pontual e transitória, mas tem a ver com a própria estrutura pessoal e familiar, em várias dimensões.
- Falta de autoestima e sentimentos de rejeição. Tais pessoas normalmente já tiveram experiências de rejeição no passado, que as traumatizaram e condicionaram a sua forma de encarar a vida a partir desse momento. São extremamente frágeis em termos psicológicos, constituindo-se frequentemente como origem de conflitos relacionais.
- Solidão e depressão. Ambas as situações ocorrem com muita frequência e o aconselhamento espiritual poderá ajudar este tipo de pessoas a encontrar-se com os outros, com Deus, mas sobretudo consigo mesmo, afastando do seu horizonte este tipo de problemas.

3. Interface entre Aconselhamento Psicológico e Aconselhamento Espiritual

Muitos são os autores, especialmente em aconselhamento espiritual, que salientam a importância das contribuições oriundas da Psicologia (Giordani, 1985; Barry e Connoly, 1999; Corti, 2002; Clinebell, 2007; Langdridge, 2013). Por outro lado, o progresso da Psicologia passa pelo diálogo com outras áreas de conhecimento conservando cada uma as suas especificidades. Barry e Connoly (1999) afirmam que os padres devem acrescentar à teologia, noções de psicologia, para que sejam aplicados no seu trabalho de aconselhamento espiritual, aumentando a importância e profundidade da sua ação.

A interface entre estes dois tipos de aconselhamento torna-se evidente nas contribuições da teoria analítica de Jung, da psicanálise de Winnicott e da proposta humanista de Carkuff.

Segundo Pieri (2005), a questão psicológica que Jung coloca é a de como se constitui um indivíduo e, ao mesmo tempo, como se constitui o seu mundo interno e externo. Com a noção de individuação, Jung considera a natureza psíquica individual e a coletiva, numa relação de mútua inclusão e de recíproca remissão. Desta forma, o processo de individuação é entendido na sua articulação em dois subprocessos complementares: a diferenciação remete para a constituição do próprio e do outro, diferente do eu; a integração, por seu lado, remete para a relação entre os dois. De modo que, todo o ato de determinação da nossa identidade tem sentido, relativamente a um ato simultâneo de determinação dos outros diferentes de nós. Neste sentido, e no diálogo terapêutico do Eu com as outras partes de si, a pessoa em análise, nunca poderá desenvolver a sua personalidade, enquanto o indivíduo não escolher conscientemente, o seu próprio caminho.

Carl Jung (1988) acredita que existe no ser humano uma disposição natural para o crescimento, essencial para a existência, sendo um processo de individuação, relacionado à integração total do indivíduo. Os indivíduos precisam de encontrar sentimentos como a fé, esperança e amor, que promovam integridade, para que as suas vidas decorram normalmente. Desta forma não são os dogmas e credos religiosos, que transformam as pessoas, mas sim a sua atitude religiosa (Jung, 1988).

Para Jung (1988), o conceito de individuação está presente na proposta da direção espiritual vivenciada pela religião cristã e a sua prática deve assentar sobre dois pilares: o diálogo e a confiança, guardando semelhanças em relação à psicoterapia. É neste sentido, que para este autor, a prática religiosa espiritual cristã, ao levar em consideração estes pilares, pode ultrapassar os limites do universo religioso, culminando em crescimento humano, aproximando-se da proposta e da vivência de individuação.

A Psicanálise de Winnicott através de vários seguidores, entre os quais Mário Aletti (2008a, 2008b) aborda também as aproximações e distanciamentos entre estes dois tipos de aconselhamento. Para este autor, tanto o acompanhamento espiritual como a análise de uma pessoa crente visam a uma religiosidade, que se configure com uma representação de Deus integrada e coerente com o conjunto do psiquismo do próprio sujeito. No entanto para Aletti (2008a) as duas modalidades de ajuda possuam objetivos diferentes, com a psicoterapia a tratar da personalidade como um todo, onde apenas a espiritualidade é apenas uma das facetas envolvidas, enquanto a finalidade específica do acompanhamento espiritual é o amadurecimento da fé da pessoa.

Carkhuff (1976) sugere alguns aspetos que o conselheiro deve considerar numa relação de ajuda. Indica nove atuações necessárias para um encontro terapêutico, entre as quais, três referem-se às disposições facilitadoras descritas por Rogers (1985; Meier & Boivin, 2011): congruência, aceitação positiva incondicional e empatia. As modalidades de intervenção propostas por Carkhuff (1976) visam levar o indivíduo a uma tomada de consciência gradual de si mesmo, fomentar o desejo de superar as suas dificuldades e tomar decisões práticas acerca das mesmas. Mais tarde, Giordani (1985) adaptou as modalidades sugeridas por Carkuff para o campo da ajuda espiritual.

4. Dilemas no Aconselhamento

“A atitude inteligente e largamente humana não é a de aceitar dilemas, mas ou a de mostrar que são falsos ou a de se encarregar a terceiras soluções de que o lógico se não lembrou, a não ser que lhe não fosse conveniente pô-las.” (Agostinho da Silva)

Como vimos nos pontos anteriores, existem diferentes formas de conceptualizar quer o aconselhamento, quer a forma como o conselheiro deve atuar no sentido de ajudar na resolução dos problemas dos clientes. No entanto o conselheiro, ao participar na experiência do cliente é confrontado muitas vezes com dilemas, que podem influenciar o processo de aconselhamento, com implicações para os fundamentos teóricos e éticos e que não devem ser tratados de forma simplista ou unilateral. Desta forma é importante abordarmos a temática dos dilemas e as suas implicações no processo de aconselhamento.

4.1. Dilemas no Aconselhamento Psicológico

Etimologicamente dilema significa "duas vezes uma proposição" e expressa a ocorrência de um caso particular de silogismo disjuntivo em que uma situação comporta duas decisões difíceis de assumir ou sem dar escapatória. A fórmula de apresentação do dilema é disjuntiva: ou...ou (Freitas, 1989, pp. 1419-1420). No caso de dilema clínico (Dryden, 1997) trata-se de um conceito omnipresente na prática psicológica, não só para o cliente, mas também para o psicólogo.

O ser humano ao longo do seu percurso de vida é confrontado com conflitos emocionais e dilemas, inerentes à sua própria condição racional e que alguns deles devido à sua gravidade poderão não ser totalmente resolvidos, conduzindo a uma fonte de ansiedade. O cliente, por um lado, quando confrontado com os seus conflitos internos, sobretudo quando eles conduzem a impasses de difícil resolução, tem dificuldades em tomar uma decisão, angustiando-se, o que, por vezes, o leva a procurar ajuda especializada. O psicólogo, por outro lado, sabe que a solução completa para um conflito insolúvel raramente existe, tornando imprescindível a intervenção. Assim o

próprio processo de aconselhamento pode ser visto como uma série constante de escolhas clínicas e dilemas recorrentes para o conselheiro (Scaturro, 2002a).

Tanto para o conselheiro como para o cliente, quando os dilemas se apresentam são suscetíveis de provocar diferentes níveis de ansiedade, que variam de acordo com um certo número de fatores: (a) a importância das consequências de um determinado dilema e (b) o aumento da dificuldade em fazer uma discriminação entre a opção mais favorável e mais desfavorável (Scaturro, 2002a).

No entanto, os dilemas podem surgir em menor número, devido ao facto da tendência humana para se afastar do campo do conflito e da natureza agressiva da escolha. Quando não é possível este afastamento, a indecisão e a inação são as respostas comuns, embora ao não se efetuar uma escolha, esse facto possa ser muito desagradável para o indivíduo, podendo tornar-se desejável escolher uma das duas escolhas negativas (Scaturro, 2002b).

Para Scaturro (2002b) os dilemas e os conflitos emocionais são inerentes à condição humana e podem envolver conflitos de três tipos: (a) evitação-evitação, que traduzem situações em que o indivíduo deseja não ter que se confrontar e, quando a fuga não é possível, a indecisão e a inação são respostas comuns; (b) aproximação – aproximação, representam a escolha entre duas alternativas ambas positivas, são normalmente resolvidos com mais facilidade e por vezes o sujeito nem se dá conta de que está a viver uma situação de dilema e (c) evitação – aproximação, são mais difíceis de resolver em relação ao conflito anterior porque simultaneamente atraem e afastam as pessoas.

Os psicólogos através do aconselhamento têm a possibilidade de influenciar acentuadamente os seus clientes, quer no sentido positivo, quer no negativo, o que constitui uma elevada responsabilidade social. Desta forma todo o seu trabalho tem um carácter profundamente humano e social, exigindo-lhe um domínio muito completo das questões éticas e técnicas, que possam surgir na sua atividade de aconselhamento.

Assim a orientação psicológica é um contacto social profundo, definido por normas profissionais, legais, sociais, técnicas e com conduta própria (Levin, Furlong & O'Neil, 2003), implicando para o cliente e para o conselheiro uma atenção às questões da moralidade e da transparência total (Bancart, 2003), conduzindo a uma construção de confiança do cliente para o psicólogo, que é diferente de cliente para cliente. Uns são

mais capazes de desenvolver confiança e confiança suficiente para com o psicólogo conselheiro, enquanto outros levam mais tempo e têm mais dificuldade em estabelecer estes aspetos (Scaturo, 2010).

O processo de aconselhamento pressupõe uma série de escolhas e tomadas de decisão sobre o processo de aconselhamento e de gestão dos dilemas que daí emergem, fazendo parte da vida diária do conselheiro e como tal requer uma tolerância substancial à ambiguidade (Scaturo, 2002a).

Dryden (1997) utilizou um sistema para abordar dilemas. A fim de proceder a uma orientação dos dados identificou seis categorias principais de dilemas:

1. Compromisso - tensão entre o ideal e o pragmático;
2. Fronteira – atravessar ou não várias barreiras, como abertura do terapeuta ou sua exposição ou usar outra alternativa;
3. Fidelidade - conflito entre a manutenção da fidelidade a uma determinada orientação terapêutica ou escolher uma diferente orientação mais adequada aos interesses do cliente;
4. Papel/função - conflito entre os diferentes papéis, por exemplo entre terapeuta e investigador;
5. Responsabilidade – luta entre o que o psicólogo acha que é adequado para o cliente fazer e a preocupação de que apesar disso o cliente também tem autonomia e o terapeuta deve respeitá-la.
6. Impasse - dúvidas do terapeuta sobre qual a estratégia necessária quando a terapia parece perdida, impossível ou interminável.

Este sistema clarifica o principal objetivo colocado ao conselheiro e facilita uma maior diferenciação/compreensão na análise de cada um dos dilemas que surgem.

Num esforço para compreender a experiência de um dilema na ajuda psicológica, Scaturo (citado por Cardoso, Taveira, Biscaia & Santos, 2012) tentou uma classificação dos dilemas em duas dimensões: ética e técnica. O primeiro envolve as dúvidas relacionadas à conduta profissional adequada sobre bem-estar do cliente. O segundo inclui dúvidas sobre qual a terapia ou tarefas de aconselhamento para implementar.

No entanto, estas dimensões tendem a sobrepor-se, porque a natureza relacional da intervenção psicológica implica sempre princípios éticos. Uma vez que a ética diz

respeito à intencionalidade do nosso agir, em seguida, todas as decisões em relação de aconselhamento dependem de um raciocínio ético.

Scaturo (2002a) defende ainda o reforço do recurso da utilização de outros critérios de classificação de dilemas, sobretudo em função da modalidade de ajuda (como por exemplo terapia familiar, psicoterapias breves) e do processo de ajuda (gestão dos limites da relação de ajuda, neutralidade terapêutica, entre outras).

Em estudos realizados nos Estados Unidos (Pope & Vetter, citados por Scaturo, 2002a) e também no Reino Unido (Lindsay & Clarkson, citados por Scaturo, 2002a) foram dados mais exemplos de categorização de dilemas comuns relativamente à preocupação ética, nomeadamente e por ordem de maior frequência foram encontrados os seguintes:

1. Confidencialidade

Através da confidencialidade, o cliente confia que o conselheiro guardará sigilo sobre tudo o que lhe for relatado, não revelando o seu teor a outras pessoas, com as quais se relacione (Francisconi & Goldin, 1998). Estabelecido este compromisso, a confidencialidade no processo de aconselhamento torna-se fulcral pelo facto do cliente se sentir seguro revelando informações mais profundas e que nunca chegariam ao terapeuta se esta confiança não fosse alcançada (Faberman, Finch & Bergman, 1997). Este dilema pode resultar de inúmeras situações, algumas delas extremas, as quais poderão constituir exceções para a interrupção da confidencialidade na relação cliente-conselheiro. Por exemplo, quando o cliente se encontra em risco de suicídio, o conselheiro deverá equacionar a continuação do processo de ajuda ou informar terceiros da situação, encaminhando o cliente para outros profissionais de saúde mental, para cuidados adicionais. Outro caso pertinente é quando o cliente ao ser diagnosticado revela sinais possíveis de demência, beneficiando claramente se tiver a família do seu lado, não só conhecedora do plano de ajuda, mas também disponível no auxílio ao seu tratamento (Pinals & Gutheil, 2001). Também outro caso de possível quebra de confidencialidade surge quando há suspeita da existência de uma situação de abuso ou de negligência, colocando a dúvida entre denunciar a situação que é ilegal ou manter a confidencialidade da relação com o cliente (Scaturo, 2002a).

Desta forma é desejável que a confidencialidade deve assegurar proteção e por outro lado ter alguma flexibilidade em casos complicados onde seja necessário alargar o horizonte da intervenção clínica (Levin et al., 2003).

2. Dupla Relação

Este tipo de dilema poderá surgir associado ao dilema da confidencialidade, na medida em que pode abarcar um conjunto de relações sociais, que o conselheiro mantém com o cliente influenciando a relação de aconselhamento, produzindo conflitos internos no conselheiro e pondo em causa o sistema de ajuda adequado. Um exemplo tipo deste dilema surge quando o conselheiro acompanha dois clientes em simultâneo (como exemplo marido e mulher), que têm uma relação muito próxima um com o outro (Scaturro, 2002a). Outro exemplo deste dilema acontece quando o psicólogo trabalha para uma organização, deparando-se por vezes de um sentimento simultâneo de lealdade para esta entidade, bem como para com o cliente que está a acompanhar (Cardoso, 2008).

3. Comportamento dos Colegas

Esta preocupação ética tem a ver com a conduta profissional dos colegas, como por exemplo dúvidas sobre a sua competência, existência de comentários pouco profissionais, conflitos sobre encaminhamentos de clientes e evidências inadequadas de informações clínicas. Desta forma o psicólogo perante questões não éticas dos colegas tem a obrigação de usar uma razoável crítica e tomar a iniciativa de informar os colegas em questão e caso não seja atendido até informar as Associações relevantes (Scaturro, 2002a).

4. Questões Sexuais

Scaturro (2002a) enumera várias questões que envolvem relacionamento sexual entre cliente e conselheiro, nomeadamente: existência de relação sexual; tempo de início da relação e se ela acontece durante ou depois do tratamento; quem dos dois inicia a relação; vulnerabilidade do cliente e relação sexual entre supervisores e formadores. A relação sexual do conselheiro com o cliente extrapola os princípios da função da

profissão, tratando-se de um problema antiético, quando acontece até dois anos após o término da relação terapêutica. Formação Académica

Este dilema ético envolve a preocupação por parte do psicólogo, em relação à eficácia da supervisão (Scaturro, 2002a), nomeadamente quando existe preocupação dos orientadores em relação ao facto dos terapeutas em início de carreira poderem não estarem preparados para o mercado de trabalho, por diversos motivos.

5. Competência Profissional

Tem a ver com a preocupação da competência profissional de si e dos outros, nomeadamente em início de carreira, em que o conselheiro poderá ter alguma dificuldade em lidar com casos problemáticos (Scaturro, 2002a).

Pela semelhança do tipo de amostra envolvida num estudo recente (Cardoso et al., 2012), que procurou explorar os principais dilemas que os psicólogos enfrentam na prática da sua atividade, em duas áreas profissionais: emprego e educação torna-se também pertinente abordarmos estas experiências dilemáticas, até porque poderão também surgir em outras áreas de aconselhamento, nomeadamente naquelas que iremos estudar.

Os resultados revelaram cinco principais domínios, nomeadamente:

- Neutralidade

O dilema típico consiste na dúvida do psicólogo acerca de confrontar o cliente com os seus planos de carreira. Foi verificado em três situações: (a) Perfil psicológico não condiz com os seus planos de carreira; b) Quando o psicólogo acha que os planos de carreira são difíceis de atingir no corrente mercado de trabalho e c) Quando o psicólogo acha que os planos de carreira estão acima do que a pessoa consegue alcançar. Em todas estas situações surge naturalmente a dúvida entre questionar o realismo do aconselhamento ou frustrar os sonhos do cliente.

- Avaliação

Este dilema refere-se à dúvida sentida pelo psicólogo sobre se deve ou não utilizar instrumentos de avaliação psicológica. Surge muitas vezes quando existe a pressão para usar as mesmas medidas, que a organização utiliza onde o psicólogo está inserido, mas

que o uso desses possíveis instrumentos, podem não ser indicados para o cliente em causa. Traduz claramente a dúvida em usar o método mais correto versus o mais indicado para o cliente.

- Dupla Lealdade

O psicólogo fica em dúvida se há-de favorecer a pessoa através de uma intervenção mais prolongada, necessária para uma tomada de decisão mais acertada, mas prejudicando a organização para quem trabalha, ou se pelo contrário favorece a empresa, limitando o número de sessões com o cliente. Neste dilema fica a dúvida de dar ou não mais tempo ao cliente.

- Limite de Papéis (Fronteira)

Com este dilema, o psicólogo apercebe-se de problemas pessoais do cliente e que poderão interferir na sua tomada de decisão, pondo em causa a fronteira de intervenção terapêutica. Pode surgir quando: a) há risco de estabelecer relação com o cliente; b) de se envolver demasiado e c) de intervir ou não nos problemas emocionais do cliente.

- Confidencialidade

Este dilema já foi abordado anteriormente e relaciona-se com a dúvida que o psicólogo manifesta em falar ou não acerca de sessão que se teve com o cliente.

Existe um outro tipo de dilema que tem a ver com a fidelidade teórica/ conceptual à prática realizada (Cardoso, 2008). Acontece sobretudo quando existe um conflito entre a fidelidade a uma determinada conceção teórica e a problemática em causa levando a um afastamento relativo ao quadro teórico de referência. No entanto nestas condições, independentemente da conceção teórica escolhida, o que é verdadeiramente importante é a utilidade que a mesma tenha na prática do processo de aconselhamento (Savickas, 1995). Desta forma o psicólogo terá que ter um papel facilitador no processo de construção de significado do cliente, valorizando o conhecimento que este tem de si próprio. Atuando desta forma, o psicólogo ao fazer a interpretação do problema apresentado ficará menos suscetível de devolver ao cliente os seus próprios valores e princípios morais.

Scaturo e McPeak (1998) têm abordado uma série de dilemas técnicos clínicos que são fundamentais para os processos de psicoterapia. Estes dilemas encontram-se inerentes às várias intervenções de tratamento psicológico (por exemplo, terapia cognitivo-comportamental, terapia familiar e avaliação psicológica), em virtude dos focos, que essas várias áreas de atuação abrangem. Por exemplo, ao realizar terapia cognitivo-comportamental, os psicoterapeutas podem sentir dilema na atribuição de deveres de comportamento e as diretrizes que tendem a ser uma parte integrante de um tal tratamento. Nesta situação deve ser cuidadosamente avaliado o momento e a magnitude da retirada do tratamento, de modo a não perturbar o que pode ser, por vezes, uma aliança terapêutica frágil (Safran, citado por Scaturo, 2002a).

No caso da terapia familiar tem surgido problemas quando o sistema de tratamento é expandido para o par conjugal ou outros membros da família. O mais proeminente entre estes dilemas tende a ser a questão de "culpa" para os problemas apresentados (Scaturo & McPeak, 1998). A responsabilidade para qualquer tipo de disfunção comportamental não reside exclusivamente num só cliente, mas sim na interação complexa entre as partes interessadas. Tal perspectiva, no entanto, exige uma visão complexa da realidade e relacionamentos, tanto para o psicoterapeuta como para o cliente.

Finalmente, o processo de avaliação psicológica pode acarretar um conjunto de dilemas para o clínico. Nomeadamente nas questões de avaliações psicológicas não destinados a tratamento, envolvendo terceiros, onde a presunção da intenção de ajudar o cliente não existe. Em tais casos, é fundamental que o terapeuta seja capaz de articular adequadamente o dilema que incluem cliente, instituição envolvida, bem como o próprio examinador (Scaturo, 2002a).

O conceito de dilemas clínicos em psicoterapia tem sido difícil conceituar por causa de sua qualidade não discreta. Em psicoterapia as variedades e faixas de dilemas clínicos são um desafio de tentativas de taxonomia e categorização. Em parte, por causa do inseparável e intrinsecamente caracter interpessoal do tratamento terapêutico, independentemente do tipo de terapia ou quadro teórico a ser utilizado ou até a disponibilidade de um manual de terapia para consulta.

O conceito de dilema psicoterapêutico pode ser melhor visto como uma experiência transteórica (Prochaska & DiClemente, citado por Scaturo, 2002b). Esta abordagem tenta formar uma teoria de ordem mais elevada de processos psicoterapêuticos que

atravessa ou transcende as principais correntes teóricas de tratamento (Prochaska, citado por Scaturro, 2002b). Esta conceituação foi mais frequentemente associada com o conceito de estágios de mudança (Prochaska & DiClemente, citados por Scaturro, 2002b), isto é, com a disponibilidade do cliente para a mudança, ao longo do tempo em qualquer ponto. As etapas de preparação para a mudança envolvem pré-contemplação, contemplação, agir, e manutenção de mudança. Ou seja o conceito transteórico transcende as várias abordagens teóricas ao tratamento, cruza necessariamente com todos eles, e tem ampla aplicabilidade.

Desta forma todas estas diferentes categorias de dilemas éticos e técnicos têm um carácter transteórico (Scaturro, 2002b), ou seja poderão surgir em diferentes práticas de aconselhamento ou terapia independentemente do tipo de ajuda e orientação teórica.

4.2. Dilemas no Aconselhamento Espiritual

Uma vez que a amostra possui também contexto religioso cristão torna-se pertinente conhecer os dilemas no seio deste tipo de aconselhamento e que aparentemente poderão só passar pela conduta ética praticada pelo conselheiro espiritual.

Alguns autores apontam certas semelhanças entre o aconselhamento religioso e o aconselhamento descrito por Rogers, entre elas a necessidade de consideração positiva e incondicional, de compreensão empática e de autenticidade por parte do conselheiro (Rogers, citado por Macedo, Fonseca & Holanda, 2007). Assim, pode-se considerar que o aconselhamento religioso nasce da junção entre a figura de um terapeuta, que auxilia na resolução de problemas, e a figura do orientador religioso, que insere o fiel no caminho da espiritualidade (Macedo, Fonseca & Holanda, 2007).

Enquanto, o conselheiro psicológico tem como objetivo facilitar a autoexploração, o autoconhecimento e a autonomia do cliente, favorecendo a sua comunicação consigo mesmo e a revitalização da sua tendência ao crescimento tida como um recurso confiável para a mudança e a transformação procurada pelo cliente. Na realidade cristã, a resposta ao sofrimento não se apoia apenas no próprio sujeito e na sua capacidade para reconhecer o seu caminho, mas tem como referência, o Evangelho. O conselheiro psicológico está preocupado em favorecer a comunicação do cliente consigo mesmo, o conselheiro espiritual visa a aumentar a comunicação pessoal do cliente com Deus,

levando-o a responder a Deus que se comunica com ele, através das experiências vividas no seu dia-a-dia.

Para Aletti (2008b), o objetivo da relação de ajuda é a libertação da personalidade como um todo e a emergência da verdade do sujeito, da qual a religiosidade é apenas uma das facetas envolvidas. Já para o acompanhamento espiritual, a finalidade específica e, muitas vezes, única, é o amadurecimento da fé da pessoa.

Aletti (2008b) privilegia o aspeto relacional, dando ênfase à figura de quem dá ajuda e não daquele que a recebe, considerando que ambos os casos se configuram como uma relação assimétrica em que o conselheiro espiritual não pode prescindir de abstinência e neutralidade. A exigência da abstinência, para a psicanálise, possui uma relação profunda com a dinâmica da transferência e contratransferência. A relação emotiva, vivida pelo cliente, através da transferência, e pelo conselheiro analista, por meio de contratransferência, é uma condição *sine qua non* para o processo de ajuda e, de certo modo, para o acompanhamento espiritual. Esta relação não é uma relação de simpatia ou de facilitação da comunicação consciente entre cliente e conselheiro. A transferência exige do conselheiro analista que se apresente como um lugar de projeção para as vivências do cliente as quais, embora estejam ligadas ao passado, são rerepresentadas no decorrer da análise e colocadas em jogo, permitindo assim uma recontextualização dos afetos (Aletti, 2008b). Para que isso seja possível, cabe ao conselheiro analista uma posição de abstinência e de neutralidade, isto é, ele procura não invadir o campo perceptivo do cliente com as suas vivências, julgamentos e experiências pessoais.

Os dilemas de abstinência e de neutralidade, oriundos da psicanálise, encontram diversos entraves no campo da ajuda espiritual. O conselheiro espiritual compartilha da mesma fé de quem lhe pede ajuda e é considerado como um mestre e um exemplo. Além disso, o acompanhamento espiritual é edificado sobre a experiência e o crescimento espiritual do conselheiro, de sua maturidade religiosa, da experiência pessoal com Deus e da capacidade de ser instrumento do amor de Deus.

A neutralidade consiste, basicamente, numa atitude disponível de reconhecer as escolhas de valor e os comportamentos da pessoa, sem influenciá-los. Embora a neutralidade não seja uma atitude esperada do conselheiro espiritual, Aletti (2008a) sugere que o bom mestre espiritual é aquele que sabe que o processo de ajuda espiritual é marcado por avanços e regressões que devem ser compreendidos a partir das

características e possibilidades do sujeito. Faz parte da neutralidade esperada do conselheiro espiritual o saber escutar, o saber abster-se da gratificação e do elogio, o saber esperar e o saber encontrar as palavras e expressões que reflitam a possibilidade de o aconselhando sentir-se como protagonista de seu próprio percurso.

Carkhuff (1976) sugere alguns aspetos que o conselheiro deve considerar numa relação de ajuda. O objetivo da intervenção visa levar o cliente a uma tomada de consciência gradual de si mesmo, suscitar o sentido de responsabilidade das suas atitudes, fomentar o desejo de superar as suas dificuldades e tomar decisões práticas acerca das mesmas.

Baseado na sua experiência como psicoterapeuta e conselheiro espiritual, Giordani (1985) apresenta as modalidades sugeridas por Carkhuff, introduzindo adaptações para a sua aplicação no campo da ajuda espiritual. Se a pessoa apresenta um discurso vago e confuso, o conselheiro pode intervir com questões no sentido de ajudar a superar a sua dificuldade em expressar os seus sentimentos e pensamentos. Pouco a pouco, o conselheiro vai deixando de interferir, favorecendo a autoexploração, permitindo assim que surjam detalhes significativos para entender o dinamismo presente na situação. No final do processo, o conselheiro intervém novamente, de maneira ativa, para ajudar a pessoa a considerar os aspetos concretos do compromisso e a escolha, que pretende assumir. Ao entrar no campo perceptivo do cliente, o conselheiro pode deparar-se com algumas incongruências e ambiguidades. Ele deve proporcionar ao cliente um contacto mais direto consigo mesmo, com as suas forças e os seus recursos, da mesma forma que com os seus comportamentos incongruentes. Para isso, deve confrontar o cliente.

De acordo com Giordani (1985), a confrontação é um tipo de intervenção delicada e pode comprometer a relação de confiança entre os interlocutores. O cliente pode sentir-se ofendido, julgado injustamente, pode perder a confiança em si mesmo e desistir de seus esforços. Por outro lado, o confronto é um estímulo para iniciar uma troca construtiva e constante.

Giordani (1985) apresenta algumas indicações que devem ser levadas em consideração pelo conselheiro espiritual ao utilizar este tipo de intervenção: a) deve estar seguro que a pessoa tem uma consistência psíquica e espiritual suficiente para reconhecer e aceitar a confrontação; b) deve preparar uma comparação entre os sentimentos, posturas, comportamentos ambíguos em momentos diferentes, sempre em

tom de dúvida ou pergunta e c) percepção imediata e que consiste na interpretação do que emerge durante o encontro. Pressupõe a habilidade para perceber o que está subjacente à expressão do cliente, ou seja, aquilo que ele tenta dizer, mas nem sempre consegue fazê-lo com clareza.

Para Giordani (1985), quando o conselheiro espiritual nota dificuldades em exprimir o que sente por vergonha ou limitação, terá que ser o sacerdote a dar um passo no sentido do esclarecimento sobre a situação. No momento oportuno, cabe ao conselheiro espiritual manifestar os sentimentos que percecionados em relação ao cliente, quer sejam estes positivos, quer sejam negativos e possuir uma abertura para captar o que pensa e sente o cliente a seu respeito.

Desta forma à medida que o conhecimento e a confiança entre os dois aumentam, o conselheiro espiritual está em condições de assumir a autorrevelação, ou seja sente-se mais livre para partilhar com o cliente, os próprios sentimentos, atitudes, opiniões e experiências pessoais. Com este tipo de aproximação e ajuda ao cliente poderão também surgir nos conselheiros espirituais dilemas de dupla relação e limites de papéis já descritos no aconselhamento psicológico.

Enquanto o código deontológico dos psicólogos determina a quebra do sigilo terapêutico, por parte do conselheiro psicológico, nos casos em que a vida e a integridade do cliente se encontram em risco, o direito canónico da igreja Católica impõe o sigilo absoluto ao padre-conselheiro, independentemente do conteúdo abordado pelo cliente, mesmo quando a situação envolve risco de vida. Desta forma o dilema da confidencialidade também surge neste tipo de aconselhamento, mas aparentemente torna-se proibitivo a sua quebra.

Nesta situação, a manutenção do sigilo absoluto, por um lado resguarda a identidade do cliente, facilitando a sua expressão e abertura, mas por outro lado, torna o trabalho do padre conselheiro mais difícil porque não dispõe de um espaço para a discussão dos casos atendidos e para a supervisão, como acontece no aconselhamento psicológico.

5. Importância dos Valores Humanos

“O verdadeiro valor de um ser humano não pode ser encontrado nele mesmo, mas nas cores e texturas que faz surgir nos outros.” (Albert Schweitzer)

A proposta investigativa deste estudo envolve também uma fase em que se deverá reconhecer a Axiologia ou teoria geral do valor (Renaud, 1989), como eixo de formação do ser humano em geral e do conselheiro em particular, pois consideramos que a prática de aconselhamento e os dilemas que a caracterizam estão sustentados em valores.

O estudo dos valores humanos fixa-se nos pré-socráticos, mantendo-se como constante interpelativa e promematizadora. Grandes pensadores gregos da Filosofia (por exemplo, Sócrates, Platão, Aristóteles) consideraram os valores como estruturantes do agir humano, seja na formação pessoal, seja na vida em sociedade, criando propostas de ensino (Pimentel, 2004). No campo filosófico, o valor representa o que na realidade é simultaneamente valioso e valorado, implicando adesão, ou recusa ou juízo crítico. Em termos definicionais pode-se dizer que 2 é sempre uma relação entre um objeto e um padrão utilizado pela consciência que avalia uma ação realizada ou a realizar (Fraga, 1989). No caso da perspectiva psicológica, somente a partir das décadas de 1960 e 1970 os valores passaram a ser objecto de pesquisa sistemática em Psicologia Social (Albuquerque, Noriega, Coelho, Neves & Martins, 2006; Gouveia, 1998), sobretudo através do contributo de Rokeach (1973), ao considerar os valores como um constructo central na psicologia, entendidos como representações cognitivas e transformações das

necessidades, que se organizam hierarquicamente, ordenados em função de sua importância e prioridade com respeito aos demais valores.

Segundo Ros (2006), os valores humanos têm sido estudados em duas perspectivas principais:

- Uma eminentemente cultural de natureza mais sociológica, destacando-se, por exemplo, os modelos de valores individualistas e coletivistas (Hofstede, 1984) e as orientações valorativas materialista e pós-materialista (Inglehart, 1977);
- Outra orientada para o plano individual (utilizada neste estudo), que considera os valores como um constructo psicológico individual, destacando-se também, por exemplo, os modelos propostos por: Rokeach (1973), abordando os valores como terminais e instrumentais; Schwartz (1992) defendendo os valores como tipos motivacionais; e no mesmo contexto apresenta-se também a teoria funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 2003). Os estudos realizados nesta perspectiva costumam entender os valores como orientadores da ação humana, sendo relacionados com vários comportamentos e/ou atitudes individuais.

5.1. Contribuições Teóricas

De uma forma mais ou menos consensual (Ros, 2006), considera-se que para a compreensão dos valores humanos foram importantes os contributos teóricos de autores, como Thomas e Znaniecki (1918), Parsons e Kluckhohn (1951) através da teoria da acção social, Maslow (1991) através da teoria das necessidades humanas, Tönnies (1887/1979) e Merton (1968).

Tönnies (1887/1979) ao explicar a forma como se organizam as pessoas em sociedade, introduziu dois conceitos principais: vontade (subdividida em outras duas categorias: natural e racional) e estrutura social (subdividida em outras duas categorias: comunidade e sociedade). Estes conceitos devem ser considerados como ferramentas analíticas, não descritivas de uma realidade objetiva estudada. No entanto teoricamente é possível a partir deles deduzir aspetos das relações entre os indivíduos, atividades comuns à vida e às organizações sociais (Medeiros, 2011).

Tönnies (1887/1979) propõe que o conceito vontade tem a função de mostrar inclinações nos comportamentos do ser humano, orientados para as demais pessoas. Na

sua componente natural há o predomínio da paixão, do desejo e da fé em detrimento de componentes mais racionais e críticos que descrevem a vontade racional. Por sua vez, a estrutura social diz respeito às interações sociais, em termos das atividades da vida e do trabalho das pessoas. Desta forma a comunidade, revela-se nas relações afetivas, pessoais, familiares, nacionais e tribais, e os seres humanos tratam-se uns aos outros como fins. A sociedade pode ser considerada estratégica, onde os seres humanos são meios para se conseguir certos fins. Assim, a convivência entre os seres humanos, quer tenha contornos íntimos ou públicos são entendidos respetivamente, como vida em comunidade (por exemplo, o casamento e a vida familiar) e sociedade (por exemplo, uma associação ou um clube desportivo). Assim, comunidade é concebida como uma estruturação social que antecede a sociedade (Medeiros, 2011).

Thomas e Znaniecki (1918) introduziram pela primeira vez os conceitos de atitudes e valores, procurando distingui-los. Nomeadamente definiram as atitudes como um processo da consciência individual entendida como o significado das coisas para cada pessoa e os valores foram definidos como qualquer dado que tenha um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e um significado que possa conduzir a uma atitude (Medeiros, 2011). Destas definições, Gouveia e cols. (2011) destacam dois aspetos importantes: (1) as atitudes e os valores são concebidos como constructos distintos; e (2) as atitudes assumem natureza intersubjetiva, enquanto que os valores dependem da assimilação de significado pelos demais. Daqui resulta que a noção de atitudes tem um carácter pessoal, enquanto que os valores também têm um conteúdo social, que possibilita caracterizá-los como elementos aprendidos num contexto social e cultural específico (Medeiros, 2011).

Merton (1968) concentrou a sua teoria nas relações existentes entre estrutura cultural e estrutura social, principalmente na maneira como os indivíduos reagem aos conflitos na relação entre ambas as estruturas. Enquanto a estrutura cultural estabelece metas a uma determinada sociedade, que podem ser entendidas como motivações que direcionam o comportamento para a consecução desses mesmos objetivos. A estrutura social exerce papel regulador e controlador dos modos de comportamentos socialmente aceitáveis para a obtenção de tais metas (Merton, 1938). Deste modo, a má integração entre as estruturas cultural e social produziria uma tensão, que resultaria no rompimento de normas institucionais (Medeiros, 2011).

Parsons (Parsons & Shils, 1951) propôs uma teoria integradora que permitiria contemplar diversos aspectos do comportamento humano, entre os quais os valores humanos. Segundo Spates (1983) esta teoria permitiu o desenvolvimento dos estudos sobre os valores, através de cinco contribuições:

- Em primeiro lugar, ofereceu uma definição para valor. Demonstrando que os valores eram instigadores do comportamento nas pessoas e serem hierarquicamente organizados (Ros, 2006).
- Em segundo lugar, sugere que sem valores comuns a vida social dificilmente seria possível. A sociedade, ao projetar as suas normas (Gouveia, 2003), através de agentes socializadores (por exemplo, pais, professores, amigos) faz com que cada pessoa não se oriente individualmente, mas que tenha em conta também os demais, apreciando, por exemplo, valores normativos (obediência, religiosidade, tradição).
- Em terceiro lugar, introduziu a noção de orientação dos valores. Associados na sociedade e na mente dos indivíduos, os valores instigam as pessoas a comportar-se ou ter atitudes que sejam coerentes com eles. Neste sentido, Ros (2006) defende que as pessoas são motivadas a agir por três critérios principais: cognitivos, afetivos e avaliativos. Para além disso as orientações dos valores têm influência no respeito das normas sociais, limitando as suas possibilidades de escolha.
- Em quarto lugar indica que a eleição de determinada orientação valorativa é em si estruturada, refletindo combinação de variáveis-padrão inerentes, que poderiam resultar em valores.
- Por último sugeria que a institucionalização dos valores num grupo social produz um efeito de perfeição. Aparentemente esta conceção dá-nos a noção de valores sociais, apontando para os tipos motivacionais conformidade e tradição (Schwartz, 1992) ou para a subfunção valorativa normativa (Gouveia, 2003).

Gouveia e cols. (2011), defendem que Parsons foi o grande responsável por introduzir a conceção de ação motivada, ou seja o comportamento tem lugar sempre que a pessoa procura alcançar determinadas metas.

Para Kluckhohn (1951), um valor é uma conceção, explícita ou implícita, própria de um indivíduo ou característica de um grupo, sobre o desejável, o que influencia a

escolha dos modos, meios e fins existentes da ação. Para Gouveia (1998), nesta definição existem três elementos essenciais para compreender os valores: conceção, desejáveis e seleção. Nomeadamente:

- **Conceção.** Indica que os valores representam inferências e abstrações extraídas de dados sensíveis imediatos, por isso não podem ser observados diretamente, só através de comportamento verbal ou motor.
- **Desejável.** Indica que os valores definem os limites permissíveis para satisfação do impulso de acordo com metas permanentes da personalidade e do sistema sociocultural, sem infringir a ordem na vida social. Isso quer dizer que os valores respeitam as normas partilhadas pelas pessoas em determinado grupo ou cultura.
- **Seleção.** Influencia a escolha das formas, meios e fins existentes de ação. Está implícita a ideia de que as conceções do desejável podem influenciar o comportamento humano.

Kluckhohn (1951) elabora um esquema conceitual em que identifica oito dimensões principais dos valores:

- **Modalidade.** Os valores são definidos como positivos e negativos.
- **Conteúdo.** Os valores foram referenciados como estéticos, cognoscitivos e morais.
- **Propósito.** Foram admitidos valores de forma (diz respeito a um estilo ou comportamento), instrumentais (meios para atingir um fim) e metas (compreendem fins e virtudes que as sociedades e os indivíduos criam para si). Esta dimensão foi reduzida aos valores instrumentais e terminais (Rokeach, 1973).
- **Generalidade.** Alguns valores são considerados específicos para certas situações, enquanto que outros, aplicam-se a diversos contextos, situações e áreas de conteúdo cultural.
- **Intensidade.** Esta dimensão representa duas ideias: (a) a avaliação da força de um determinado valor e (b) os graus de persistência, aceitação de diferentes tipos de valores.

- Explicação. Um valor explícito é aquele que aparece expressado verbalmente pela pessoa, enquanto que um valor implícito é o que resulta de observações a partir de tendências do comportamento.
- Alcance. Sugeriram-se quatro níveis de alcance dos valores humanos: idiossincráticos (valores de uma pessoa no grupo considerado); pessoais (forma como se manifesta um valor do grupo); grupais (normas que representariam características de uma unidade social); e universal (aqueles que são comuns em todas as culturas).
- Organização. Esta dimensão preconiza que a vida sem uma hierarquia de valores se converteria numa sequência de reações sem muito sentido social.

Para Gouveia (1998) a teoria da ação social representa um esforço para construir um sistema de ideias comuns que permitiria contemplar o comportamento humano desde a perspectiva das Ciências Sociais.

Maslow (1991) torna evidente a relação entre as necessidades e os valores humanos, que quase se convertem em sinónimos (Gouveia, 1998). Para este autor, as necessidades humanas estariam organizadas numa hierarquia de necessidades, onde, na base, estariam as necessidades fisiológicas, e no cume, as necessidades mais elevadas, que seriam as de autorrealização. Nomeadamente:

- Necessidades fisiológicas: como exemplo destas necessidades estão a fome, a sede, o sono, o evitar da dor, o desejo sexual e a manutenção do estado interno do organismo. O comportamento humano é dominado pela sua satisfação. As próximas necessidades de segurança só surgem quando estas estiverem satisfeitas. São originadas nos impulsos fisiológicos sob a forma de homeostase e apetites.
- Necessidades de segurança: evidenciam-se na busca de proteção relativamente ao meio (abrigo e vestuário), bem como na procura de um ambiente estável e ordenado. Na falta desta necessidade, o comportamento da pessoa revela insegurança e ansiedade. Os indivíduos de grupos sociais muito desfavorecidos, permanecem, por vezes, nesta faixa motivacional.
- Necessidades de afeto e de pertença: surgem com o desejo de nas relações íntimas e nos grupos a que pertence o indivíduo procura o afeto, a aprovação,

procura dar e receber atenção. Estas necessidades resultam da satisfação das fisiológicas e de segurança.

- Necessidades de estima: Nestas necessidades o indivíduo procura a aceitação através da sua prática e da sua atuação. As pessoas desejam desenvolver atividades com qualidade e serem reconhecidas por isso. A satisfação desta necessidade desenvolve nas pessoas sentimentos de autoconfiança, enquanto a sua frustração gera sentimentos de inferioridade.
- Necessidades cognitivas e estéticas: As necessidades cognitivas ou de conhecimento, manifestam-se desde a infância e incluem características tais como: o compreender, o explicar, o satisfazer curiosidades e o entender o misterioso. Estas necessidades não anulam a motivação do ser humano querer conhecer mais, compreender mais e experimentar mais, na intenção clara de procurar a sua autorrealização. As necessidades estéticas evidenciam as necessidades de ordem, simetria e beleza e à semelhança das necessidades de conhecer e compreender, mantém ligações muito acentuadas e sem antagonismos com as outras necessidades da hierarquia.
- Necessidades de autorrealização: Só surgem quando todas as outras necessidades estão satisfeitas, isto é, a realização do potencial de cada um, a concretização das capacidades pessoais. As pessoas em busca desta necessidade apresentam algumas características comuns de personalidade: são independentes, criadoras, resistem ao conformismo, aceitam-se a si próprias e aos outros. Neste nível da hierarquia das necessidades o indivíduo procura a aceitação dos outros através da sua prática e da sua atuação.

Ainda para Maslow (1991), o ser humano é um ser insatisfeito, sugerindo, desta forma, que haverá sempre uma última necessidade, correspondendo à planificação da autorrealização. A personalidade acaba assim por ser marcada pelos diferentes itinerários livremente escolhidos, percorridos pelo indivíduo, à medida que as necessidades são satisfeitas. Desta forma, a personalidade dos indivíduos é um crescendo e vai-se moldando à medida que o meio e as condições de vida permitem a satisfação das necessidades, surgindo sucessivamente outras de ordem superior. Esta satisfação, por sua vez, possibilita o aparecimento de outras necessidades ainda mais elevadas. A hierarquização das necessidades, representadas por aquele autor através de

uma pirâmide, passou a ser uma referência importante no estudo da motivação e da personalidade humana.

Com estes autores foi possível estabelecer uma base de estudo sobre os valores humanos, resumidamente: concepções sobre a comunidade e sociedade (Tönnies, 1887/1979); terminologia de valores como diferente de atitudes (Thomas & Znaniecki, 1918); adesão às normas sociais ou desvio delas (Merton, 1938); concepção de ação motivada (Parsons & Shils, 1951); princípio do desejável (Kluckhohn, 1951); e valores representando necessidades (Maslow, 1991).

5.2. Modelos Individuais de Valores

As teorias sobre valores, numa perspectiva de foco individual, são úteis para o estabelecimento de relações entre as prioridades valorativas e os comportamentos dos indivíduos ou grupos que os priorizam (Ros, 2006). Esta exposição é iniciada com a obra de Rokeach (1973), que pode ser considerado uma figura central na temática, dando contribuições importantes que foram acolhidas em diversos modelos de valores, como os de Schwartz (1992) e Gouveia (2003).

Rokeach (1981) foi quem pela primeira vez procedeu à mensuração específica dos valores, propondo então diversas versões do seu *Rokeach Value Survey* (Ros, 2006). O modelo teórico parte de cinco pressupostos básicos (Günther, 1981):

- Uma pessoa possui um número de valores relativamente pequeno;
- Qualquer ser humano possui os mesmos valores em graus diferentes, independente da cultura na qual estejam inseridos;
- Os valores são organizados em sistemas de valores;
- Os antecedentes dos valores humanos poderão ser encontrados na cultura, sociedade, instituições e personalidade de cada ser humano;
- Os valores são evidenciados em todos os fenómenos que os investigadores sociais considerem importantes para serem pesquisados.

Rokeach (1973, 1979) criou um sistema de valores definido como uma organização hierárquica, em termos ordinais, quanto à importância dos valores. Esta hierarquia tem sido utilizada para analisar a forma como as pessoas usam os valores para entender e agir no mundo (Bain, Kashima & Haslan, 2006).

Através de uma abordagem conceptual, Rokeach (1973), diferencia dois conjuntos de valores: instrumentais (comportamentos desejados, tal como ser honesto e responsável) e terminais (objetivos ou estados finais desejados, como a felicidade e a sabedoria). Os instrumentais podem ser morais e de competência. A violação destes últimos provoca sentimentos de vergonha ou de inadequação pessoal; já os primeiros (morais) correspondem a uma perspectiva interpessoal, provocando sentimentos de culpa quando são transgredidos. Os valores terminais também apresentam duas categorias, podendo estar centrados no indivíduo (pessoais) ou na sociedade (sociais).

A teoria de Schwartz (1992, 1994; Schwartz & Bilsky, 1990) compreende uma síntese das contribuições anteriores, principalmente do trabalho de Rokeach (1973). No seu modelo, os valores são concebidos como metas motivacionais, ou seja visam satisfazer as necessidades humanas básicas. A sua proposta passa por mapear os valores num espaço bidimensional, estruturando-os em diferentes tipos motivacionais (Medeiros, 2011).

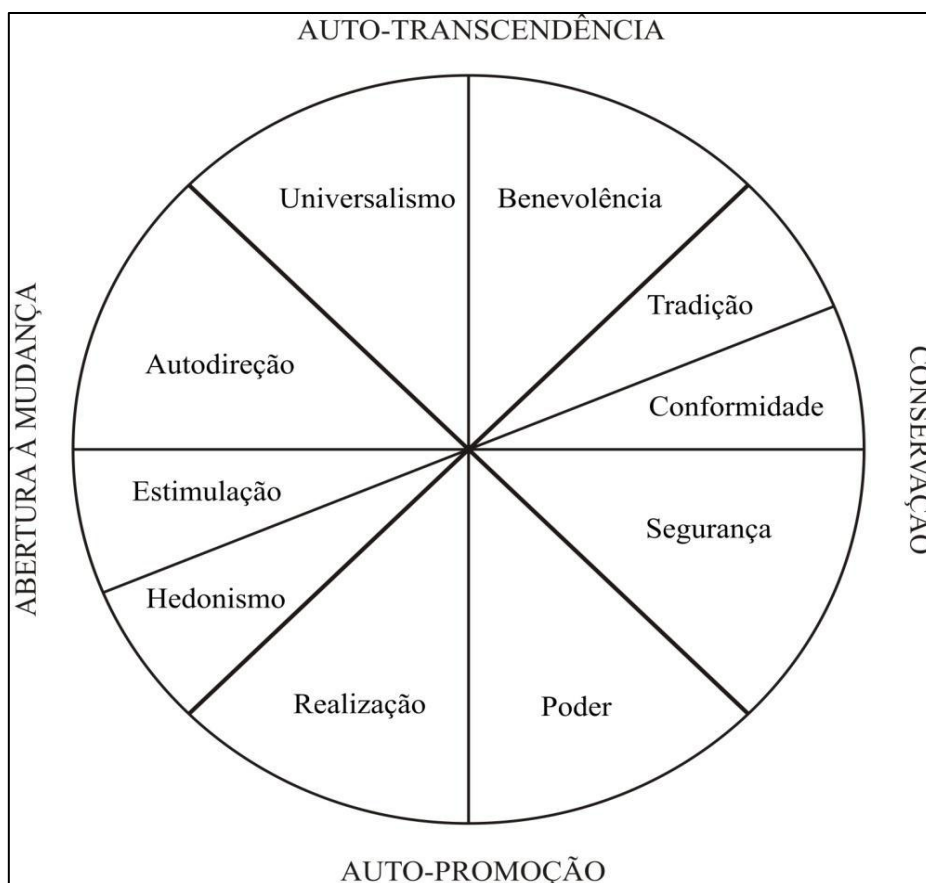
Schwartz (1994, 2006) propõe uma estrutura composta por dez tipos motivacionais, onde todos os valores humanos encontrariam a sua representação, independentemente da cultura. Considerou os seguintes tipos motivacionais:

- Auto direção. Compreende a independência do pensamento e ação, Envolve escolhas, criatividade e exploração (criatividade, independência, liberdade).
- Estimulação. Deseja mudanças na vida (atrevimento, descoberta, excitação).
- Hedonismo. Visa prazer e gratificação sexual (sexualidade, prazer).
- Realização. Evidencia o sucesso pessoal e competência de acordo com padrões sociais aceitáveis (ambição, êxito).
- Poder. Procura de estatuto social e prestígio, além de domínio sobre pessoas e recursos (autoridade, poder social, riqueza).
- Segurança. Procura de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo (ordem social, segurança familiar, segurança nacional).
- Conformidade. Refere-se a ações, que violam as expectativas e normas sociais vigentes (autodisciplina, bons modos, obediência).

- Tradição. Procura de respeito, compromisso e aceitação de costumes impostos pela cultura ou religião (devoção, respeito aos mais velhos, respeito pela tradição, vida espiritual).
- Benevolência. Preservação do bem-estar das pessoas com quem se mantém relações de intimidade (ajuda, honestidade, sentido da vida).
- Universalismo. Indica a aceitação e bem-estar de todos, além da proteção e preservação dos recursos naturais (amizade, igualdade, justiça social, sabedoria, paz, beleza).

Este modelo propõe uma organização estrutural e dinâmica dos tipos motivacionais, coerente com o exposto na Figura 1.

Figura 1 – Organização estrutural e dinâmica dos tipos motivacionais



Fonte: Adaptada de Schwartz, 2006, p. 142.

Segundo Schwartz (2006), os padrões de conflitos e compatibilidades entre os tipos motivacionais podem ser deduzidos da proximidade que eles ocupam no espaço bidimensional. Neste caso, tipos adjacentes indicariam maior compatibilidade, evidenciando conflito a partir de seu afastamento, com a oposição no espaço revelando maior conflito (exemplos de compatibilidade: poder/ realização, realização / hedonismo, hedonismo / estimulação). A dimensão localizada no eixo horizontal seria formada pela oposição entre abertura à mudança (compatibilidade entre os tipos motivacionais auto direção e estimulação), que salienta a independência e o favorecimento da mudança, e a conservação (compatibilidade entre os tipos tradição, conformidade e segurança), que acentua a estabilidade pessoal, a submissão e a manutenção das tradições. A dimensão, na vertical, é composta pela oposição de auto transcendência (compatibilidade entre universalismo e benevolência), que salienta a superação dos próprios interesses em função do bem-estar dos outros, e a autopromoção (poder e realização), que focaliza a busca de poder e sucesso pessoal (Medeiros, 2011).

Schwartz e Bilsky (1990), partindo do princípio de que os valores têm uma natureza motivacional, definiram-nos como representações cognitivas de três necessidades humanas universais: biológicas; interação social e de sobrevivência e bem-estar do grupo. Para estes autores, os valores são objetivos conscientes e que orientam interesses individuais e/ou coletivos. Assim são usados como princípios-guia na vida das pessoas, não só para escolha e justificação de ações, mas também para avaliação de situações (Knafo & Schwartz, 2003), conduzindo as posições políticas, sociais, morais e religiosas (Rokeach, 1979).

Mais recentemente, Gouveia e seus colaboradores propuseram a Teoria Funcionalista dos valores humanos (Gouveia, 1998, 2003; Gouveia et al., 2008, 2009, 2010, 2011), procurando criar um modelo teórico que tivesse em conta as contribuições teóricas dos autores referidos anteriormente. Esta teoria surgiu sobretudo, quando Gouveia (1998) verificou que os modelos anteriores apresentavam algumas limitações, ao não indicarem a fonte e a natureza dos valores, bem como a ambiguidade de admitir os valores como desejáveis. Pela importância, que tem esta teoria, para o presente estudo abordaremos a mesma com mais detalhe, em seguida.

5.3. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

Este modelo admite quatro pressupostos fundamentais (Medeiros, 2011):

- Natureza humana: a natureza benevolente do ser humano, que é concebido como naturalmente bom (Maslow, 1991). Este orienta-se por aspetos positivos da vida, justificando-se assim que apenas faça sentido falar em valores como atributos positivos.
- Base motivacional. Esta Teoria entende que os valores são representações cognitivas de necessidades individuais (Maslow, 1991), buscas da sociedade e das instituições (Parsons, 1951; Tönnies, 1887/1979), que insinuam a restrição de impulsos pessoais (Merton, 1949), assegurando um ambiente estável e seguro (Inglehart, 1977).
- Carácter terminal. Contrariamente aos autores anteriores, Gouveia e colaboradores (2008) descartaram considerar valores instrumentais e terminais; pareceu teoricamente mais apropriado considerar unicamente valores terminais.

- Princípios guias individuais. Os valores são concebidos nesta teoria como categorias gerais de orientação para as condutas dos indivíduos, contextualizados na cultura, não se restringindo a determinadas situações (Gouveia et al., 2008).

Estas quatro suposições teóricas permitem estruturar a compreensão dos valores, destacando modos de referência e características comuns. Assim, os valores: são conceitos ou categorias; exprimem estados desejáveis de existência; transcendem situações específicas; assumem diferentes graus de importância; guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos; e representam cognitivamente as necessidades humanas (Hitlin; Piliavin; Inglehart; Kluchhohn; Rokeach; Ronen; Schwartz & Billsky; citados por Gouveia et al., 2009).

Gouveia (1998, 2003) identificou duas funções consensuais decorrentes dos valores humanos: guiam as ações (Rokeach, 1973; Schwartz, 1992) e expressam as necessidades humanas (Inglehart, 1977; Maslow, 1991). Assim, as funções dos valores são definidas como os aspectos psicológicos que os valores cumprem ao guiarem comportamentos e representarem cognitivamente as necessidades humanas (Gouveia et al., 2009).

Na primeira função, os valores guiam os comportamentos dos indivíduos numa orientação social ou pessoal. Os indivíduos guiados por valores sociais são centrados na sociedade ou possuem um foco interpessoal. As pessoas conduzidas por valores pessoais são egocêntricas ou possuem um foco intrapessoal (Rokeach, 1973). Assim, as pessoas tendem a salientar o grupo através de valores sociais, ou eles próprios através de valores pessoais, como a unidade principal de sobrevivência (Gouveia et al.; Mueller; Wornhoff; Schwartz, citados por Gouveia et al., 2009). Também existe um terceiro grupo de valores que não são exclusivamente sociais ou pessoais (Gouveia; Mueller; Wornhoff, citados, por Gouveia et al. 2009). Situam-se entre os dois, porque são a sua base organizadora e são referidos como valores centrais.

Resumidamente, a função dos valores como princípios que guiam o comportamento humano pode ser definida como a dimensão tipo de orientação, que é representada por três critérios valorativos: pessoal, central e social. Estes abarcam a tipologia de valores terminais, como proposta por Rokeach (1973), incluindo uma dimensão então não

considerada (valores centrais), que diferente da proposta de valores mistos (Schwartz, 2006).

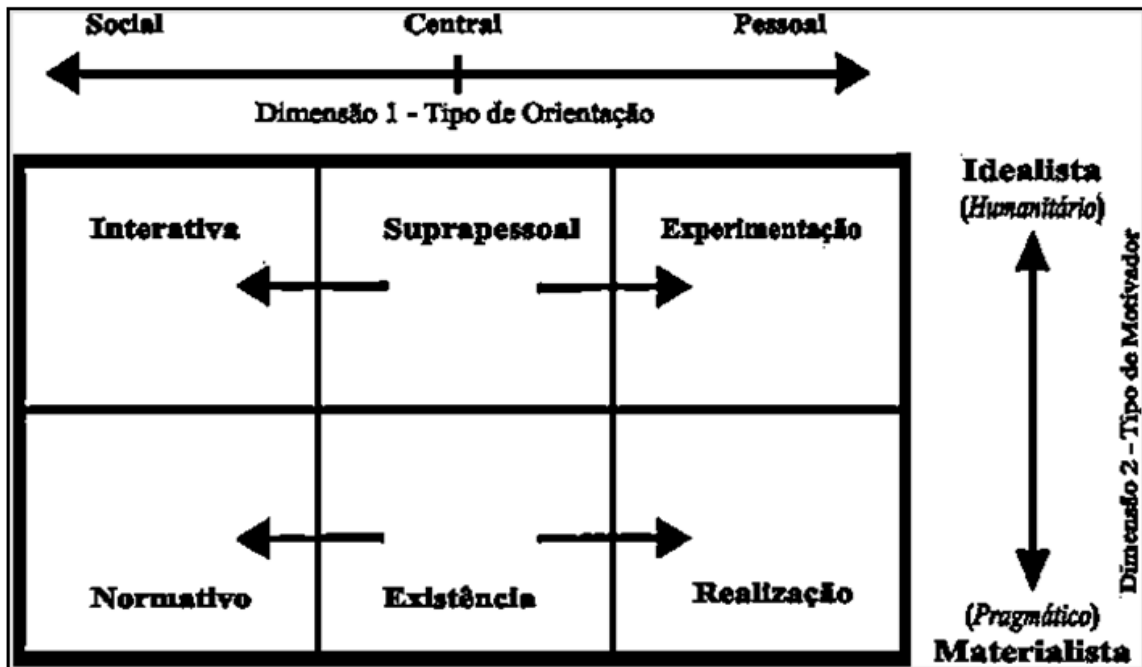
A segunda função dos valores expressa as necessidades humanas como uma motivação materialista ou humanitária (Braithwaite; Makkai; Pittelkow, 1996; Inglehart, 1977; Ronen, 1994). Os valores materialistas estão relacionados com as ideias práticas, indicando uma orientação para metas específicas e regras normativas. Os valores humanitários expressam uma orientação universal, baseada em ideias e princípios mais abstratos. Comparados com os valores materialistas, os humanitários não são necessariamente dirigidos a metas concretas e, geralmente, não são específicos. Esta segunda função dos valores de dar expressão cognitiva às necessidades humanas é identificada pela dimensão funcional denominada tipo de motivação, representada em duas categorias por valores materialistas ou humanitários (Gouveia et al., 2009).

As duas dimensões funcionais dos valores formam dois eixos principais na representação espacial da estrutura dos valores, conforme indicado na Figura 2.

A função dos valores para guiar ações humanas forma o eixo horizontal, representando a dimensão funcional tipo de orientação (valores sociais, centrais ou pessoais). A função dos valores para dar expressão às necessidades humanas forma o eixo vertical, representando a dimensão funcional tipo de motivação (valores materialistas ou humanitários).

Da união dos eixos horizontal e vertical, são derivadas seis subfunções específicas dos valores (experimentação, realização, existência, suprapessoal, interacional e normativa), que podem ser vistas na mesma Figura 2. As setas que emanam das subfunções existência e suprapessoal indicam que os valores representados são a referência dos outros valores (Gouveia et al., 2009).

Figura 2 – Dimensões, funções e subfunções dos valores básicos



Fonte: Adaptada de Gouveia et al. (2008).

Cada subfunção dos valores é descrita por categorias:

- **Experimentação:** os valores desta subfunção representam uma motivação humanitária, mas com uma orientação pessoal. A necessidade fisiológica de satisfação, em sentido amplo, são representadas por valores dessa subfunção. Os seus valores contribuem para a promoção de mudanças e inovações na estrutura de organizações sociais, sendo tipicamente assumidos por jovens. As pessoas que adotam tais valores conformam-se menos com regras sociais (Pimentel, 2004; Santos, 2008), não sendo orientados a procurar metas fixas ou materiais a longo prazo.
- **Realização:** esta subfunção representa as necessidades de auto estima (Maslow, 1991; Ronen, 1994), que compreende uma motivação materialista, mas com uma orientação pessoal. As pessoas orientadas por estes valores dão importância à hierarquia quando esta é baseada numa demonstração de competência pessoal, apreciando uma sociedade organizada e estruturada, e sendo práticos nas suas decisões e nos seus comportamentos. Estes valores de realização são mais

apreciados por jovens adultos, ou indivíduos educados em contextos disciplinares e formais (Rokeach, 1973).

- **Existência:** as necessidades fisiológicas e de segurança são representadas cognitivamente por essa subfunção. É compatível com orientações sociais e pessoais dentro do domínio motivação materialista, pois o propósito principal dos valores de existência é assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica da pessoa (Gouveia et al., 2009). Desta forma torna-se a subfunção mais importante representando a motivação materialista, sendo a fonte das outras duas subfunções que também representam essa motivação (realização e normativa). Como a subfunção existência possui uma orientação central e uma motivação materialista, estes valores são mais assumidos por pessoas em contextos de dificuldade económica (Silva Filho, 2001).
- **Suprapessoal:** Esta subfunção juntamente com a da existência possui uma orientação central. Os seus valores representam as necessidades estéticas e de cognição, bem como a necessidade superior de autorrealização (Maslow, 1991; Ronen, 1994). Estes valores ajudam a organizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa. Tais valores podem ser concebidos como humanitários (idealistas), indicando a importância de ideias abstratas, com menor ênfase em coisas concretas e materiais (Inglehart, 1977), sendo compatíveis com os sociais e pessoais dentro da motivação humanitária. Desta forma esta subfunção apresenta uma orientação central, sendo a fonte das outras duas subfunções que representam esse tipo de motivação (experimentação e interacional). A pessoa que assume uma orientação central e uma motivação humanitária costuma pensar de uma forma mais geral e ampla, tomando decisões e comportando-se com base em critérios universais (Schwartz, 1992).
- **Interacional:** Esta subfunção representa as necessidades de pertença, amor e afiliação (Maslow, 1991), ou seja tem uma motivação humanitária, mas possui uma orientação social. O destino comum e a experiência afetiva entre indivíduos são acentuados pelos seus valores. Os valores dessa subfunção são essenciais para estabelecer, regular e manter as relações interpessoais. Para estas pessoas, que adotam tais valores, os contactos sociais são uma meta em si mesmos, priorizando atributos mais afetivos e abstratos.

- Normativa: É uma subfunção com uma motivação materialista, mas possui uma orientação social. Representa a necessidade de controlo e as condições imprescindíveis para alcançar todas as necessidades (Maslow, 1991). Segundo Schwartz (1992) as demandas institucionais e sociais são cognitivamente representadas por valores dessa subfunção, ou seja defende a importância de preservar a cultura e as normas convencionais. Possuir valores normativos mostra uma orientação vertical, na qual a obediência à autoridade é importante. Pessoas mais velhas são mais prováveis de assumirem valores dessa subfunção (Rokeach, 1973).

Na tabela 1, descrito em baixo foram selecionados 18 valores básicos para representar as subfunções de valores. É importante salientar que estes indicadores não representam uma lista exaustiva dos valores e que outros valores poderão também ser selecionados para representar as subfunções, tendo em vista os objetivos da investigação ou o contexto cultural em que esta é realizada (Gouveia et. al., 2009).

Tabela 1 - As subfunções dos valores, motivações, tipos de orientação e valores indicadores

SUBFUNÇÕES VALORATIVAS	MOTIVAÇÃO E ORIENTAÇÕES	DESCRIÇÕES DOS VALORES BÁSICOS
Experimentação	Motivação humanitária e orientação pessoal	EMOÇÃO: desafiar o perigo; procurar aventuras. PRAZER: Desfrutar a vida; satisfazer desejos. SEXUALIDADE: Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
Realização	Motivação materialista e orientação pessoal	PODER: Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; PRESTÍGIO: Saber que muita gente o conhece e admira; ÊXITO: Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo o que faz.
Existência	Motivação materialista e orientação central	SAÚDE: Preocupar-se com a sua saúde antes mesmo de ficar doente; ESTABILIDADE PESSOAL. Ter uma vida organizada e planificada. SOBREVIVÊNCIA: Ter comida e alojamento todos os dias;
Suprapessoal	Motivação humanitária e orientação central	BELEZA: Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; CONHECIMENTO: Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; MATURIDADE: Sentir que conseguiu alcançar os objetivos da sua vida;
Interacional	Motivação humanitária e orientação social	AFETIVIDADE: Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; CONVIVÊNCIA: Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo social, religioso, desportivo, etc. APOIO SOCIAL. Obter ajuda quando necessitar; sentir que não está só no mundo.
Normativa	Motivação materialista e orientação social	OBEDIÊNCIA: Cumprir os seus deveres e obrigações do dia-a-dia; respeitar os superiores e os mais velhos. RELIGIOSIDADE: Crer em Deus como o salvador da humanidade; TRADIÇÃO. Seguir as normas sociais de seu País; respeitar as tradições da sua sociedade.

Fonte: Adaptada de Gouveia et al. (2009)

Neste modelo teórico, o conteúdo dos valores adequa-se à representação das subfunções valorativas por meio de indicadores ou valores específicos. A teoria também prevê uma estrutura definida para as funções e subfunções dos valores, em consonância com a Figura 2.

Essa estrutura tem como referência principal a combinação das duas dimensões funcionais. A estrutura dos valores apresenta uma configuração *duplex* com duas facetas axiais (Shye & Elizur, citados por Gouveia et. al., 2009).

A primeira faceta axial representa o eixo horizontal, correspondendo ao tipo de orientação (social, central ou pessoal); os valores centrais são localizados no centro do espaço bidimensional. Localizados de um lado estão os valores que cumprem a orientação pessoal e, do outro, aqueles cuja orientação é social.

A segunda faceta axial representa o eixo vertical, correspondendo aos tipos de motivação (materialista ou humanitário), que se localizam em regiões diferentes nesse espaço. A combinação destas duas dimensões funcionais forma as seis subfunções de valores (Figura 2).

Em suma podemos perceber que as funções principais dos valores estão relacionadas com aspetos mentais que os valores cumprem ao dirigir o comportamento e representar cognitivamente as necessidades humanas (Medeiros, 2011).

Parte 2 – Estudio Empírico

6. Metodologia

6.1. Âmbito do Estudo

Este estudo centra-se na identificação dos principais dilemas que os conselheiros psicólogos padres ou diáconos católicos encontram na sua prática, assim como na caracterização da forma como estes reagem perante os dilemas que emergem durante a sessão de aconselhamento, tentando perceber como estes dilemas e valores podem determinar a prática de cada um deles.

Os investigadores qualitativos preocupam-se em estudar os fenómenos nos seus contextos naturais, desenvolvem assim um processo interativo que dá valor à história pessoal, à biografia, género, classe social, etnia das pessoas que descrevem, interessando-se pela sua própria história. Os produtos da investigação são, deste modo, criações ricas e reflexivas, dos fenómenos analisados. A investigação qualitativa é, portanto, considerada um campo interdisciplinar e transdisciplinar que atravessa as ciências físicas e humanas (Nelson et al., citado por Aires, 2011).

Este tipo de investigação está relacionada, por um lado, com uma sensibilidade interpretativa e, por outro, com concepções humanistas e naturalistas da experiência humana. Não é um método fechado, recorrendo à narrativa, aos métodos e técnicas etnográficas, à entrevista, psicanálise, estudos culturais, observação participante, entre outros. Denzin e Lincoln (citados por Aires, 2011) referem que a investigação qualitativa é uma perspetiva multimetódica envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalista da pessoa analisada.

Os objetivos deste estudo apontam para a utilização de uma metodologia de investigação qualitativa, que segundo González Rey (2002, p.73), visa "uma análise acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana". Desta forma, é destacada a fonte de conhecimento assente na experiência subjetiva da pessoa, segundo a sua perspetiva e respeitando os seus marcos de referência, com o reconhecimento da natureza interativa da experiência e atribuição de significado pessoal ao mundo social (Almeida & Freire, 2008).

Segundo ainda González Rey (2002), as construções qualitativas convertem-se em recursos indispensáveis para se entrar em domínios ocultos pela aparência, como é o

caso da pesquisa em causa. Esse princípio tem diferentes repercussões na metodologia, que se diferencia da maneira tradicional de realização de pesquisas quantitativas das ciências naturais, já que destaca o papel ativo do investigador e do sujeito pesquisado como produtores de pensamento.

Assim, a pesquisa qualitativa permite abranger um conjunto de processos ao longo de um tempo pré-definido, ao que é pertinente em cada conjunto de dados e não à obtenção de leis gerais comuns aos indivíduos. Este método enfatiza os processos internos e a natureza interativa da sua construção, enquadrando-se na fundamentação teórica do presente estudo, que tem um carácter holístico e longitudinal.

Quanto à generalização na pesquisa qualitativa, esta tem carácter processual, dinâmico e define-se pela qualidade da construção teórica, usando o conhecimento de aspetos do assunto estudado, sendo que a preocupação é sobretudo conceitual e não tanto estatística. Assim, na análise qualitativa, a generalização é definida por González Rey (2002), pela abrangência e pelo poder gerador na produção de novas ideias. Este autor defende que ao considerar a generalização como qualidade da construção teórica, os critérios da sua definição deixam de ser correlacionais, de repetição ou de padronização. Por isso, a individualidade é uma fonte legítima para a produção de generalizações.

Existem várias técnicas que o investigador pode utilizar durante o processo de pesquisa e este é um passo que não deve ser descurado, pois desta etapa dependem os objetivos do trabalho de campo. As técnicas de recolha de informação que dominam a metodologia qualitativa agrupam-se em dois grandes blocos, as técnicas diretas ou interativas e as técnicas indiretas ou não – interativas. Neste trabalho optamos pelas técnicas diretas, através da utilização de entrevistas.

Desta forma, a investigação qualitativa não pode proceder de hipóteses que pretendam comprovar, porque a quantidade dos participantes pesquisados daria lugar a generalizações sem fundamento, mas sim a questões abrangentes, decorrentes da curiosidade do investigador e da sua atitude exploratória face a um determinado campo de pesquisa ou de acontecimentos (Poirier et al., 1999). Assim, neste estudo, o interesse do investigador é verificar como e de que forma, o problema proposto é vivenciado pelos participantes, procurando concretizar os seguintes objetivos:

- Identificar os dilemas que os conselheiros enfrentam na sua prática e caracterizar a forma como reagem aos mesmos.
- Caracterizar os valores de vida do grupo de participantes e a sua relação qualitativa aos processos de aconselhamento seguidos.
- Compreender se o aconselhamento é um meio de autoconhecimento e de crescimento interno.

Partindo dos objetivos já referidos e do enquadramento teórico relacionado com o aconselhamento psicológico e espiritual, surgiram conseqüentemente as seguintes questões de investigação:

- Quais os dilemas enfrentados na prática profissional, por estes conselheiros?
- Quais os valores humanos que orientam os processos de aconselhamento que desenvolvem?
- Como se caracteriza a orientação baseada em valores, na prática do aconselhamento?
- Será que os especialistas do aconselhamento não encontram também na sua prática um caminho para si e também para os outros?

A formalização do problema de investigação tem um carácter fenomenológico, pretendendo lidar com os significados das experiências, ou seja, não se pretende verificar, mas antes, construir uma compreensão de algo, baseando-se numa análise sistemática de registos de experiências. Assim, a teoria orienta a investigação, sugerindo relações e previsões sobre o comportamento ou o fenómeno em estudo (Almeida & Freire, 2008)

O processo de investigação qualitativo está relacionado com uma trajetória que vai do campo para o texto e do texto para o leitor, contendo um processo reflexivo complexo, pois envolve uma compreensão da natureza pessoal do meio estudado. O investigador usa assim o meio, o terreno para fazer a sua pesquisa, estando preocupado em descrever a natureza da realidade social, procurando compreender e captar a realidade. Depois deste trabalho de campo, o investigador elabora um texto de campo, que contem a recolha que foi fazendo. Este texto de campo vai passando por várias fases onde vão ser incorporadas as notas que aquele foi recolhendo, passando para texto interpretativo e deste para documento provisório de trabalho. No final, desenvolve-se uma interpretação

da realidade analisada. Para Denzin (citado por Aires 2011), a arte de interpretação consiste em fazer sentido com o que se aprendeu.

Este tipo de estudos tem inerentes, componentes epistemológicas dominantes como a etnografia, a etnometodologia, a semiótica, a dramaturgia e a desconstrução (Aires 2011).

No processo de implementação da metodologia qualitativa selecionámos como método principal de recolha de dados, a entrevista semiestruturada, com especial incidência em episódios, onde fosse possível encontrar conteúdos relacionados com as questões de investigação. Para completar a informação das entrevistas, foi utilizado o Questionário de Valores Básicos (Gouveia et al., 2008), e uma ficha de caracterização sociodemográfica de cada participante, onde foram recolhidas informações pertinentes relativas ao seu percurso pessoal, académico e profissional.

A entrevista semiestruturada privilegia a vivência dos colaboradores sobre o tema proposto. Consiste na apresentação do tema a estudar e permite que o entrevistado manifeste livremente as suas ideias, dando espaço também para a sua expressão (Moreira, 2002).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, as pesquisas qualitativas de campo exploram, particularmente, as técnicas de observação e entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema. Por meio de uma conversação guiada pretende-se obter conteúdos vivenciais que possam ser usados numa análise qualitativa. Tal modelo de entrevista procura saber, entre outras coisas, como algo acontece, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências (Richardson, 1999).

O objetivo principal da análise qualitativa de conteúdo pode ser sintetizado na manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo, quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem (Bardin, 2009).

6.2. Constituição da Amostra

Para pesquisa de um tema em profundidade de tipo não estatístico como é o foco deste trabalho, o critério de um grande número de participantes não funciona como

justificativo da qualidade da pesquisa. Desta forma, tentar constituir uma amostra representativa da população não faz grande sentido (Poirier et al., 1997).

A população escolhida para o presente estudo foram ministros ordenados da Igreja Católica (padres ou diáconos), que sejam também psicólogos e que façam aconselhamento na sua prática profissional. Aparentemente este tipo de participantes possuem características únicas porque são especialistas em duas áreas distintas que podem interagir no seu desempenho como psicólogos, bem como de ministros ordenados da Igreja Católica. Consequentemente, a nossa expectativa é que os dilemas sentidos no seu trabalho de aconselhamento poderão ser em maior número e profundidade.

Inicialmente foram contactadas, através das dioceses, todas as pessoas em Portugal, com estas características (N=17 pessoas). No entanto, algumas delas não fazem trabalho de aconselhamento e outras não se mostraram disponíveis para responderem a este desafio. A amostra do estudo é, assim, constituída por 8 participantes - psicólogos de formação que são também padres e diáconos da Igreja Católica, que praticam aconselhamento no âmbito do seu exercício e que responderão aos instrumentos adotados. Os participantes são todos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 39 e 84 anos.

6.3. Instrumentos

O primeiro ponto desta investigação concentrou-se na construção de uma entrevista estruturada e da ficha de caracterização sociodemográfica para obter informações sobre a prática profissional dos conselheiros e os valores de vida que estarão subjacentes a tal prática. O conjunto de questões da entrevista serviram de fio condutor ao entrevistador, de forma a facilitar a orientação das suas intervenções para aprofundar cada tema e completar a informação fornecida pelos entrevistados.

6.3.1. Entrevista

Para um entrevistador ser não diretivo é preciso que este não imponha nada ao entrevistado, mas obtenha dele expressões espontâneas, absolutamente não devidas a induções vindas da situação do encontro, ou das suas próprias atitudes, comportamentos e reações no momento deste encontro. Esta modalidade de entrevista tem como

princípios gerais: não dirigir o entrevistado, apenas mantê-lo interessado no que fala; levar o entrevistado a precisar, desenvolver e aprofundar os pontos que coloca espontaneamente e facilitar o processo da entrevista (Richardson, 1999).

Para Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1997), o desenrolar não diretivo, no interior do guião da entrevista, permite ao investigador pôr questões para clarificar a história e facilitar o aparecimento de outras variáveis, desconhecidas no início da pesquisa. Assim, o guião da entrevista elimina a dispersão na mensagem produzida, porque o perigo, na recolha da mesma, reside principalmente na quantidade de informação fornecida e na facilidade da digressão projetiva dos participantes. O seu conjunto de questões servem de fio condutor ao entrevistador, de forma a facilitar a orientação das suas intervenções para aprofundar cada tema e completar a informação fornecida pelos entrevistados. O guião é igualmente indicativo e revela a sua utilidade, sobretudo com participantes confusos e que saltam de tema para tema, exigindo um questionamento constante. Um guião, ao comportar também um certo número de temas precisos e que orientam e canalizam a entrevista, fornece os preliminares para o primeiro quadro categorial à análise de conteúdo, embora numa investigação qualitativa haja sempre hipótese de reajustamentos.

Uma das principais limitações deste tipo de entrevistas é a transcrição escrita da mensagem produzida, que não tem em conta o contexto do discurso dado pela expressão da fisionomia, pelos gestos e postura do participante e também pela entoação e ritmos dados às palavras (Poirier et al., 1997).

Neste estudo qualitativo foi usado uma entrevista semiestruturada (ver anexo I), de forma a recolher informação sobre os conselheiros e da sua prática profissional. Esta entrevista teve como objetivo: Compreender a especificidade do tipo de aconselhamento praticado por estes psicólogos; tentar encontrar e configurar o modelo utilizado; perceber o padrão e o tipo de clientes destes profissionais; determinar quem dá a indicação da consulta e do psicólogo; compreender a influência do local onde é realizado o aconselhamento; determinar o campo problemático dos clientes; verificar se há influência mútua nos dois tipos de aconselhamentos praticados (aconselhamento psicológico e aconselhamento religioso); perceber quais os dilemas sentidos por estes profissionais na sua prática de aconselhamento psicológico.

Para ajudar o participante na sua tarefa, foi-lhe entregue previamente um guião da entrevista, com questões orientadas por dois tópicos principais. O primeiro procurando caracterizar o aconselhamento praticado: tipo, modelos, padrão de cliente, consulta, local, campo problemático e influencia mútua de aconselhamentos. O segundo, abordando os dilemas sentidos, quando faz aconselhamento. Todas as questões da entrevista contêm a indicação aos participantes do objetivo a alcançar com a mesma.

6.3.2. Questionário de Valores Básicos

Para completar a informação das entrevistas foi usado o Questionário de Valores Básicos (Gouveia et al., 2008), constituído por 18 itens, onde os valores apresentam duas dimensões consensuais.

Na primeira, os valores guiam os comportamentos dos indivíduos numa orientação social ou pessoal. Os indivíduos guiados por valores sociais possuem um foco interpessoal. As pessoas conduzidas por valores pessoais possuem um foco intrapessoal (Rokeach, 1973). Também existe um terceiro grupo de valores que se situam entre os dois, porque são a sua base organizadora e são referidos como valores centrais. Desta forma, a função dos valores como guia dos comportamentos humanos é identificada pela dimensão funcional denominada tipo de orientação, com três possibilidades distintas: social, central e pessoal.

Na segunda dimensão, os valores expressam as necessidades humanas como uma motivação materialista ou humanitária (Inglehart, 1977; Ronen, 1994). Os valores materialistas indicam uma orientação para metas específicas e regras normativas. Os valores humanitários expressam uma orientação universal, baseada em ideias e princípios mais abstractos. Ao compararmos com os valores materialistas, os humanitários não são necessariamente dirigidos a metas concretas e, geralmente, não são específicos. Esta segunda função dos valores de dar expressão cognitiva às necessidades humanas é identificada pela dimensão funcional denominada tipo de motivação, representada por valores materialistas (pragmáticos) ou humanitários (idealistas).

Para responder ao questionário cada participante deve ler os itens com muita atenção e avaliar a sua importância de acordo com a relevância que representam na sua vida,

utilizando uma escala de sete pontos, variando de 1 (totalmente não importante) a 7 (totalmente importante).

6.3.3. Ficha de caracterização sociodemográfica

Foi também usada uma ficha de caracterização sociodemográfica (ver anexo II) para cada participante, com o objetivo de caracterizar o percurso escolar e profissional dos participantes. Procurámos compreender no seu percurso académico: quando tiraram o curso de psicologia e porque tiraram esse curso. Na sua atividade profissional: onde exerce a profissão de psicólogo e de padre/diácono, o grau de satisfação com a sua situação profissional e os valores que orientam a sua prática profissional. Ainda, procuramos perceber como veem o seu papel de psicólogo e de padres/diáconos. Com esta ficha de caracterização sociodemográfica, procuramos completar a informação que possamos recolher com as entrevistas.

6.4. Procedimento de Recolha de Dados

Através de um contacto telefónico, foi feito o pedido de consentimento informado, onde lhes foi explicado os objetivos e as questões de investigação, bem como os instrumentos adotados. De forma a aligeirar o processo ficou acordado com os participantes o envio dos instrumentos (entrevista, questionário de valores e ficha sociodemográfica) através de correio eletrónico e a sua resposta aos mesmos seria efetuada da mesma forma, através de ficheiro informático protegido.

Nessa altura ficou combinado também que após a leitura do material produzido seria efetuado um contacto telefónico ou presencial para aprofundar algumas respostas dadas às questões dos instrumentos, o que viria acontecer com todos os elementos da amostra. Estes contactos foram registados através de um gravador de áudio.

Nessa altura ficou agendado um novo contacto via correio eletrónico para dar a conhecer a nova versão recolhida dos instrumentos, sobretudo da entrevista, compilada agora pelo investigador, para cada um deles poder verificar e alterar algumas passagens

que entendessem, enviando em seguida a versão final, novamente via correio eletrónico e em ficheiro de texto protegido.

Desta forma, as limitações das entrevistas, quanto ao registo da expressão da fisionomia, dos gestos e postura do participante e também pela entoação e ritmos dados às palavras foram praticamente suprimidas porque o produto final escrito, foi certificado e corrigido pelos participantes.

Este procedimento gerou quatro versões – versão escrita, versão áudio, versão escrita completa e versão escrita completa e tratada.

O anonimato dos participantes foi salvaguardado, através da utilização de nomes fictícios e de iniciais para alguns dados de identificação (por exemplo Lisboa - L.), como é o caso de dados de natureza geográfica. Neste sentido não só para salvaguardar o anonimato, mas também para facilitar a compreensão dos dados e sua leitura foi criado um pequeno código, para cada participante (por exemplo P1, refere-se à entrevista do participante 1). Após a recolha destes dados procedeu-se à análise dos mesmos, fazendo uma integração dos dados recolhidos através das entrevistas, do questionário de valores e da ficha sociodemográfica.

6.5. Procedimento de Análise de Dados

Este estudo usou na construção do guião da entrevista e posterior análise dos dados recolhidos- o método Consensual Qualitative Research (Hill et al., 1997). As componentes essenciais deste método (Hill, Thompson, & Williams, 2005) recorrem à utilização de:

- Questões abertas inseridas em técnicas semiestruturadas de recolha de dados (normalmente em entrevistas), que permitem a obtenção de dados coerentes entre os indivíduos, bem como uma análise mais aprofundada das experiências individuais;
- Vários juízes ao longo dos dados do processo de análise, para promover múltiplas perspetivas;
- Consenso para chegar a julgamentos sobre o significado dos dados;
- Pelo menos um auditor para verificar o trabalho da equipa principal dos juízes e minimizar os efeitos do pensamento coletivo na equipa primária;

- Domínios, ideias centrais e análises cruzadas na análise de dados.

Segundo Ponterotto (citado por Hill et al., 2005), em termos de uma postura filosófica, este método é predominantemente construtivista (o desenvolvimento da inteligência é determinado pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio), com alguns elementos pós-positivista (o conhecimento humano não é baseado no incontestável, mas em hipóteses). Para a explicação desta posição, o autor anterior utiliza cinco pressupostos:

- Ontologia (o ser é concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres). Em termos da natureza da realidade (ontologia), este método é construtivista. Procura-se por semelhanças de experiências entre participantes, o que é uma outra forma de realidade construída.
- Epistemologia (relação entre o participante e pesquisador). Neste tópico, este método continua a ser construtivista, com um toque de pós positivismo. O pesquisador e o participante podem ter influência mútua entre si: o participante ensina a pesquisador sobre o fenómeno, e o pesquisador através das questões utilizadas ajuda o participante a explorar as suas experiências. O papel do entrevistador é tipicamente como um repórter confiável tentando descobrir o que o participante realmente acredita, e não como alguém que se envolve com o participante de uma forma profundamente relacional para construir significado.
- Axiologia (o papel dos valores do pesquisador no processo científico). Neste item, este método fica a meio caminho entre o construtivismo e pós positivismo. Acredita-se que os preconceitos do pesquisador são inevitáveis e devem ser discutidos em profundidade (construtivista), de modo que eles possam ser mantidos sob controlo e não influenciar indevidamente os resultados (pós positivismo). Exemplos: representar fielmente as experiências dos participantes; minimização do impacto idiossincrático (muito íntimo e que só a própria pessoa entenderia) dos entrevistadores usando protocolos de entrevistas consistentes e encorajar entrevistadores para estarem cientes dos seus preconceitos; divulgação dos preconceitos dos pesquisadores e informar como eles podem ter influenciado a análise.
- Estrutura retórica (linguagem utilizada na apresentação dos procedimentos e resultados da pesquisa para o público-alvo), que são um pouco pós-positivista

em reportar dados na terceira pessoa. Esforço para ser objetivo, resumindo aos participantes palavras ao invés de fazer grandes saltos de interpretação.

- Métodos, que são claramente construtivistas. A equipa de pesquisa utiliza um consenso para construir a sua interpretação dos dados, tentando deixar de lado os seus preconceitos para descrever razoavelmente o que o participante tenha relatado.

Na utilização deste método teve-se em conta os seguintes fatores e indicações:

- Processo de Consenso. Diversos significados podem ser subtilmente transmitidos através do processo de entrevista em CQR. Esta variedade de pontos de vista e experiências entre os membros da equipa podem ajudar a desvendar as complexidades e ambiguidades dos dados. Desta forma o processo CQR exige que os membros da equipa discutam divergências e sentimentos, tenham fortes habilidades interpessoais, bem como gosto e respeito uns pelos outros. Situações tipo a ter em conta: compartilhar e discutir opiniões antes de chegar a um consenso; todos os membros da equipa devem ter acesso ao mesmo material da entrevista evitando, que algum elemento tenha mais informações do que outro.
- Preconceitos dos investigadores. Os preconceitos podem surgir a partir de vários tipos de fontes: características demográficas da equipa e valores e crenças sobre o tema. Recomenda-se aos pesquisadores que denunciem possíveis vieses (tanto demográficos e sentimentos / reações ao tema); Incluam na secção de Discussão uma avaliação honesta de como as expectativas e preconceitos influenciaram a análise de dados; devem discutir os seus preconceitos uns com os outros antes, e durante todo o processo de pesquisa para assegurar que estes desvios não influenciam indevidamente a análise dos dados.
- Equipa de Investigação. Podem ser utilizadas equipas fixas e rotativas. Uma vantagem do formato conjunto de equipa é que todos os membros estão envolvidos nas tarefas de criação de domínios e ideias centrais para todos os casos. Uma desvantagem é que as funções da criação de domínios e ideias centrais podem-se tornar repetitivas após os primeiros casos, de modo que este formato não pode fazer o melhor uso do tempo de todos. Uma vantagem de grandes equipas rotativas é que maiores conjuntos de dados podem ser analisados e mais pontos de vista são considerados. Uma desvantagem é que

todos os membros da equipa podem não estar intimamente familiarizados com todos os casos e, portanto, não podem contribuir tanto para a compreensão dos dados como um todo. Neste ponto, sugere-se que haja pelo menos três membros na equipa primária para fornecer uma variedade de perspetivas, o que foi adotado para o presente estudo.

- **Composição das Equipas.** Uma preocupação relacionada é a composição da equipa em termos de poder interpessoal (se as pessoas com mais poder social, como membros do corpo docente, indevidamente influenciarem outros membros da equipa de menor poder social, como os estudantes). Dentro de todas as equipas, é claro, as lutas de poder podem surgir e precisam ser discutidas abertamente. De um modo semelhante, sugerimos que seja rodado a ordem de quem fala pela primeira vez em reuniões da equipa para mitigar a influência potencial dos membros da equipa dominante.
- **Treinamento.** A formação é muitas vezes necessária para novos pesquisadores CQR. Se os membros da equipa estão tendo dificuldade na apreensão e aplicação das construções, recomendamos a consulta com um pesquisador CQR experiente. Recomenda-se que os autores descrevam claramente os seus procedimentos de treinamento nos seus artigos.
- **Coleta de Dados.** A composição da amostra deve ser escolhida aleatoriamente a partir de uma população bem informada sobre o fenómeno em investigação. Recomenda-se pelo menos 8-15 participantes por estudo com uma ou duas entrevistas por participante, com menos necessidade de participantes, quando mais dados forem recolhidos ou a amostra for muito homogénea.
- **Entrevistas.** Sugere-se o seguinte: Ter mais informação não necessariamente limita o pensamento, mas pode permitir que os investigadores se concentrem no que é conhecido e pensar em novas maneiras de atualizar as questões antigas. Por isso, recomenda-se que os investigadores examinem a literatura existente para ajudar a construir as questões de pesquisa e protocolos da entrevista; Aconselha-se que os investigadores falem com pessoas da população-alvo, bem como examinem as suas próprias experiências com o fenómeno a estudar, para o desenvolvimento das questões da entrevista; Os investigadores devem em seguida, completar pelo menos duas entrevistas-piloto com as pessoas da população-alvo para ajudar a aperfeiçoar o protocolo de entrevista. Esta técnica

permite aos pesquisadores rever as suas perguntas, fornece informações sobre os dados, que são suscetíveis de ser obtidas a partir de cada questão, e permite a obtenção de prática utilizando o protocolo na definição de entrevista. Normalmente, os investigadores dos artigos que têm utilizado o método CQR utilizaram entrevistas semiestruturadas, que envolvem uma série de questões, e em seguida, uma lista de indicadores sugeridos para ajudar os entrevistados a explorar as suas respostas mais profundamente. A Quantidade de questões das entrevistas não deve exceder 8 a 10, para resposta em uma hora no máximo. Desta forma possibilita-se a obtenção de uma rica compreensão das experiências dos indivíduos em detrimento de mais respostas, mas com um grau de profundidade mínimo sobre os assuntos em questão. Para investigadores inexperientes é sugerido que façam treino para aprenderem o uso de perguntas abertas de uma forma eficaz e também se recomenda que façam entrevistas práticas supervisionadas por investigadores experientes.

- **Modo de Recolha de Dados.** A confiabilidade, validade do estudo depende da qualidade dos dados recolhidos, para isso é necessário olhar atentamente para as estratégias de recolha de dados. Em estudos anteriores foram utilizados os seguintes modos de recolha de dados: telefónicas gravadas; presenciais gravadas; papel e lápis em formato de pesquisa e correio eletrónico. Algumas vantagens e desvantagens a ter em conta na escolha da melhor forma de recolha de dados nas entrevistas: O telefone é preferível em situações em que os entrevistados potencialmente podem sentir vergonha ao falar do tema em estudo, permitindo mais privacidade e confidencialidade de fazer entrevistas, que as presenciais; O telefone pode afastar o pesquisador do participante, embora isso não tenha sido verdade com entrevistadores qualificados; As entrevistas telefónicas são frequentemente mais acessíveis e viáveis, que as entrevistas presenciais; Em entrevistas presenciais, os inquiridos são mais propensos a dar respostas socialmente desejáveis comparativamente com as registadas por telefone ou até por questionários; No único estudo que utilizou o correio eletrónico, os dados pareciam tão ricos quanto os de outros estudos, sugerindo por isso a viabilidade do método.
- **Análise de Dados.** A análise dos dados envolve três passos centrais: Domínios: temas utilizados para agrupar os dados; Ideias centrais: resumos dos dados que capturam a essência do que foi dito em poucas palavras e com maior clareza;

Análise cruzada: usada para construir temas comuns em participantes (ou seja, o desenvolvimento de categorias que descrevem os temas comuns refletida nas ideias centrais dentro dos domínios entre os casos).

- Domínios: Na grande maioria dos estudos anteriores foram utilizados domínios derivados das questões da entrevista. Em contraste os restantes estudos utilizaram as transcrições revistas, para desenvolver os domínios a partir dos dados. Ambos os métodos são aceitáveis, embora a última estratégia possa ser melhor, porque obriga os investigadores a examinar os dados, em vez de depender das suas ideias preconcebidas do protocolo de entrevista. Todos os estudos utilizaram consenso na codificação dos domínios.
- Ideias centrais: Estas devem ser elaboradas tendo em conta o seguinte: Permanecer o mais próximo possível dos dados (participante perspectiva e explícita significado); Quanto possível, estar livre de suposições ou interpretações, reduzir a redundância, serem criadas de forma independente por investigadores com o texto exato; Este estágio é um processo de "edição" das palavras do participante num formato que é conciso, claro e comparável entre os casos. Pronomes são alterados para serem consistentes, repetições são eliminadas, e hesitações e outros aspetos não relevantes das respostas da entrevista são adaptados para uma linguagem mais entendível e precisa. O processo de desenvolvimento das ideias centrais pode tornar-se repetitivo após os primeiros casos. Assim recomenda-se que haja rotatividade na equipa, para que outros membros possam revê-las e emitirem opiniões, servindo de certa forma de auditores internos. No entanto, o preferível é que todos os membros da equipa possam analisar todos os casos e ajudar a construir as ideias centrais, tornando-as mais precisas e baseadas contextualmente nos dados observados. Alternadamente, descobriu-se uma nova maneira de fazer domínios e ideias centrais que parecem aumentar o consenso, a saber: Neste método, a equipa passa pelos vários casos em estudo e são estabelecidos domínios. Em seguida, cada membro lê cada caso separadamente, identificando possíveis domínios para cada unidade de pensamento. Depois a equipa reúne para formalizar os domínios de cada caso. Para a codificação e construção das ideias centrais, os membros da equipa leem cada unidade de pensamento em voz alta, para que todos tenham um entendimento comum da unidade, no contexto do processo e, em seguida, discutem-nas para garantir um consenso sobre os domínios e as ideias principais.

Este processo permite à equipa mais uma oportunidade para discutir a dinâmica do caso e um processo mais agradável de análise dos dados.

- **Análise cruzada.** Na análise cruzada, todos os membros da equipa principal precisam de concordar com o teor das categorias e a colocação das ideias centrais para as categorias. Caracterizando os estudos analisados, a frequência de ocorrência das categorias, sugeriram que os resultados "gerais" são aplicáveis a todos os casos, os resultados "típicos" aplicam-se a pelo menos metade dos casos, e os resultados "variantes" aplicam-se, a menos de metade, dos casos. O presente estudo rejeitou a sugestão de frequências de comunicação ou percentagens. As frequências são difíceis de comparar em amostras e estudos. As percentagens permitem aos investigadores comparar entre os estudos, mas são difíceis de avaliar, sem estatísticas. Desta forma foi recomendado o uso dos rótulos, porque eles permitem a comparação entre os estudos e proporcionar uma métrica comum para comunicar os resultados. Quando terminado a análise cruzada, os investigadores devem rever o trabalho efetuado para torná-lo tão elegante e tão parcimonioso possível. Além disso, os investigadores precisam de voltar a analisar os dados iniciais para garantir a precisão da colocação de ideias centrais em categorias e examinar as categorias para ver se eles podem ser revistas, isto é se podem combinar categorias ou domínios, criar novas categorias ou domínios. Nota-se muitas vezes, que fazer várias revisões antes de se estabelecer uma versão final, provoca um processo de evolução, conduzindo a um maior entendimento dos dados. Também pedir um feedback a investigadores neutros (não envolvidos no estudo) pode ser muito útil para ajudar a garantir que a análise cruzada é clara e faz sentido.
- **Auditoria.** O auditor fornece um feedback detalhado de cada uma das fases do processo de análise (por exemplo, a criação de domínios, construindo ideias centrais, criando a análise cruzada). Desta forma o papel do auditor é questionar e criticar: A organização das categorias tem lógica e sentido conceitual? Existe outra maneira de organizar as categorias, que explique melhor a essência dos dados? Revisar a análise cruzada com um olhar pensativo e crítico, não apenas afirmar os resultados da equipa, oferecendo outras formas alternativas de conceituar os dados. Em todos os estudos anteriores foi utilizado pelo menos um auditor, mas com diferentes variações ocorridas no seu número e no seu tipo. Apesar disso algumas variações processuais ocorreram, mas os objetivos do

processo de auditoria parecem ter sido atendidos. Desta forma sugere-se pelo menos a inclusão de um auditor externo, especialmente na análise cruzada, mesmo quando as equipes de trabalho sejam rotativas.

- Estabilidade. Para verificação da estabilidade recomenda-se que depois da construção dos domínios e das ideias centrais para todos os casos em análise, deve-se reter dois casos a partir da análise cruzada inicial e em seguida, utilizá-los como uma verificação para determinar se a totalidade dos dados para os casos restantes, se enquadram nas categorias existentes e se as designações das escolhidas gerais, típicas, e variantes foram alteradas substancialmente com a adição dos dois novos casos. Pela experiência dos autores a verificação da estabilidade, no método CQR são feitas um ano ou dois depois dos dados recolhidos. Desta forma é pouco provável que os pesquisadores voltem a recolher mais dados, mesmo se a verificação da estabilidade levanta motivo de preocupação. Poderia também ser problemático recolher novos dados nesse momento, pois esses dados podem ser diferente dos dados originais, tendo em conta as novas perspectivas obtidas através da análise de dados. Assim esta verificação não é necessária, bastando que os pesquisadores façam uma recolha de amostra adequada, indicando cotações, exemplos estendidos, documentação e procedimentos, de forma que os leitores possam confirmar as suas descobertas.
- Traçar Resultados. Hill et al. (citados por Hill et al., 2005) recomendaram traçar os resultados para descrever visualmente as relações entre as categorias nos vários domínios, em particular para os dados que representam sequências de eventos (por exemplo, o processo de resolver um mal-entendido). Embora a maioria dos investigadores CQR ao traçar os resultados não encontraram dados relevantes e valiosos, sugere-se aos investigadores considerarem o benefício de representar visualmente os dados de alguma forma. Por exemplo usando alguma representação visual é um meio eficiente de apresentar os resultados (ou seja, os gráficos podem transmitir uma grande quantidade de informações num pequeno espaço) e também aumenta a riqueza do relatório porque os resultados aparecem devidamente ligados. Desta forma institui-se a confiabilidade e a precisão dos dados. Uma consideração final é a utilização de participantes para ajudar a avaliar a precisão e confiabilidade dos dados, embora os resultados possam não se encaixar para algum participante. Desta forma os autores questionaram a

utilidade de se incluir esta etapa como um meio de estabelecer a precisão e confiabilidade dos dados.

- Escrever a discussão dos resultados. Porque há sempre muitos dados numa pesquisa qualitativa, os resultados em discussão de um estudo CQR são muitas vezes difíceis de escrever. Os problemas mais comuns que encontramos são de que os resultados em discussão são repetitivos, não ganham vida, e as categorias não estão claramente descritas ou distinguidas umas das outras. O objetivo principal da seção de resultados é comunicar os resultados de forma clara e convincente para o público. Recomenda-se descrever, pelo menos, as categorias gerais e típicas e fornecer pelo menos um exemplo (usando as ideias centrais ou citações) para ilustrar cada categoria no texto. Os pesquisadores por vezes, não incluem todos os dados recolhidos por alguma informação ser trivial e não acrescentar nada ao fenómeno a ser analisado. Nestas condições devem observar que os dados foram recolhidos, mas não relatados. Nas seções de discussão, para não haver repetição de resultados recomenda-se que os autores destaquem os achados mais importantes, relacionando os resultados com a literatura existente sobre o assunto, começando a desenvolver teoria para dar sentido aos dados.
- Conclusões. Depois de uma análise dos estudos, que utilizaram este método, os autores concluíram que é um método qualitativo viável, no entanto existem uma série de coisas que podem ser modificados para otimizar o método. Vantagens e desvantagens: CQR é ideal para a realização de estudos aprofundados das experiências internas de indivíduos; Também é especialmente bom para estudar os eventos que são escondidos da vista do público, são raros, ocorrem em períodos de tempo variados e não foram estudados anteriormente; CQR é ideal porque envolve um método rigoroso que permite vários investigadores examinar os dados e chegar a um consenso sobre o seu significado, reduzindo assim preconceitos inerentes, quando só uma pessoa analisa os dados; Este método permite também aos pesquisadores usarem outras metodologias; Algumas das limitações do CQR é envolver o compromisso de tempo, a repetibilidade de algumas das tarefas, a falta de precisão para algumas das etapas (por exemplo, como descobrir o número de casos suficientes a recolher? Como chegar a um consenso? A dificuldade de conciliar resultados entre os estudos).

Por todos estes motivos, escolhemos este método para analisar a informação recolhida na pergunta oito da entrevista, tendo sido o método de análise com maior relevância neste estudo.

Para os dados produzidos nas restantes questões da entrevista, encontrou-se na sistematização metodológica da análise de conteúdo uma forma adequada para descrever, compreender e interpretar o fenómeno em pesquisa.

O seu principal objetivo pode ser sintetizado na manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem. Alguns conceitos chave fundamentam o desenvolvimento da análise de conteúdo e permitem instrumentalizá-la (Bardin, 2009):

- **Objetividade.** Implica que a análise pode ser verificada e reproduzida por outro pesquisador. Para tanto, as unidades decompostas da mensagem, as categorias que servem para classificá-la, devem ser definidas com tal clareza e precisão que outros, a partir dos critérios indicados, possam fazer a mesma decomposição, ou seja, operar a mesma classificação.
- **Sistematização.** A análise deve tomar em consideração tudo o que, no conteúdo, decorre do problema estudado e analisá-lo em função de todas as categorias retidas para fins de pesquisa. Implica impedir toda e qualquer seleção arbitrária que retenha apenas os elementos em acordo com as teses do pesquisador.
- **Conteúdo manifesto:** A análise deve abordar apenas o conteúdo manifesto, o que foi efetivamente expresso e não o conteúdo presumido em função do que o pesquisador sabe sobre o problema. Ou seja, a mensagem deve ser examinada em si mesma, o que não significa dizer que a análise de conteúdo deva abster-se de toda e qualquer extrapolação sobre o conteúdo latente das comunicações. Implica apenas que as extrapolações em direção aos conteúdos latentes devam-se apoiar nos conteúdos efetivamente observados.
- **Unidades de significado, de registo ou de texto.** Trata-se de uma unidade de recorte, a partir da qual se faz a segmentação do conjunto do texto para análise. Essa unidade pode ser definida por uma palavra, uma frase, um parágrafo do texto; ou ainda, o segmento de texto que contém uma ideia completa sobre o

objecto em estudo. Quanto mais pequena for uma unidade, maior é a probabilidade dela ser caracterizada do mesmo modo por diferentes analistas.

- Unidades de contexto. São unidades de compreensão das unidades de significado (temas do texto, as perguntas do entrevistador, etc.). São segmentos de texto que permitem compreender a significação das unidades de significado, recolocando-as no seu contexto, tratando-se sempre de uma unidade maior do que a unidade de significado.
- Construção de categorias. Operação de classificação dos elementos participantes de um conjunto, iniciando-se pela diferenciação e, seguidamente por reagrupamento, segundo um conjunto de critérios. São rubricas que reúnem um conjunto de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado segundo os conteúdos comuns destes elementos. Implica impor uma nova organização intencional às mensagens, distinta daquela do discurso original.
- Análise categorial. Considera a totalidade do texto na análise, passando-o por um crivo de classificação e de quantificação, segundo a frequência de presença ou ausência de itens de sentido. É um método de rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.
- Inferência. Operação lógica através da qual admite-se uma proposição, em virtude da sua ligação com outras proposições, já aceites como verdadeiras. A intenção maior da análise categorial é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de receção de uma mensagem, inferência esta, que recorre a indicadores relativos ao texto.
- Condições de produção. Campo de determinações dos textos; intencionalidade subjacente à produção de uma mensagem; o que conduziu a um determinado enunciado de texto ou enunciado discursivo. Implica a compreensão da superfície dos textos e dos fatores que determinaram essas características, deduzidos logicamente através da correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados.

A técnica de análise de conteúdo permite a exploração do material analisado a partir da observação de diferentes elementos presentes no texto, bem como conduzem a resultados distintos em termos de compreensão da mensagem. Pressupõe algumas etapas, que podem ser especificadas como (Bardin, 2009):

- Pré-análise. Nesta etapa são desenvolvidas as operações preparatórias para a análise propriamente dita. Consiste num processo de escolha dos documentos ou definição do *corpus* (dados selecionados) de análise; formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final.
- Exploração do material ou codificação. Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto.
- Tratamento dos resultados - inferência e interpretação. Procura-se, nesta etapa, colocar em relevo as informações fornecidas pela análise, através de quantificação simples (frequência) ou mais complexas como a análise fatorial, permitindo apresentar os dados em diagramas, figuras, modelos etc.

No presente estudo desenvolveu-se uma sistematização de procedimentos de análise de conteúdo do tipo temática – categorial. Esses procedimentos, etapas e os instrumentos que apoiam o seu desenvolvimento são sintetizados a seguir:

- Leitura flutuante, intuitiva, ou parcialmente orientada do texto. Implica a leitura exaustiva do conjunto de textos a ser analisado, de forma que o pesquisador se deixe impressionar pelos conteúdos presentes, como se flutuasse sobre o texto, ou seja, sem a intenção de perceber elementos específicos na leitura.
- Definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado. A leitura flutuante permite a construção de hipóteses, sempre provisórias sobre o objeto estudado e sobre os conteúdos do texto analisado.
- Determinação das unidades de significado. Consiste na escolha do tipo de unidade de significado, que será adotada pelo pesquisador ao longo da análise, ressaltando que apenas um tipo de unidade deverá ser utilizada durante uma mesma análise, de forma a permitir a aplicação de regras de quantificação. A unidade de significado adotada para este estudo foi a menor porção de texto com uma ideia completa, atendendo à forma de captação de dados e da estratégia de definição de categorias.
- Marcação no texto do início e final de cada unidade de significado observada, lembrando que a maior parte do texto deve ser transformada em unidades de significado.

- Definição das unidades de significação ou temas. Associação das unidades de significado a unidades de significação ou temas, ou seja, cada tema será composto por um conjunto de unidades de significado.
- Análise temática das unidades de significado. Quantificação dos temas em número de unidades de significado, para cada entrevista.
- Análise categorial do texto. A partir dos temas determinados e da sua quantificação, devem ser definidas as dimensões nas quais os temas aparecem, agrupando-os segundo critérios teóricos ou empíricos e as hipóteses de análise.
- Tratamento e apresentação dos resultados. Os resultados poderão ser apresentados em forma de descrições cursivas, acompanhadas de exemplificação de unidades de registo significativas para cada categoria ou, ainda, em forma de tabelas e gráficos, quadros seguidos de descrições cursivas e outros.
- Discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo. As categorias representam a reconstrução do discurso a partir de uma lógica impressa pelo pesquisador, portanto expressam uma intencionalidade de rerepresentar o objeto de estudo, a partir de um olhar teórico específico. Essa lógica aplicada ao objeto de estudo e as construções teóricas dela emanadas precisam ser explicitadas, em termos do objeto reconstruído pela análise num trabalho posterior à aplicação da técnica.

Para a construção de categorias empíricas na análise de conteúdo deve-se ter em conta as seguintes características (Bardin, 2009):

- Homogeneidade (não deve haver mistura de conteúdos);
- Exaustividade (esgotam a totalidade do texto);
- Exclusividade (um mesmo elemento não pode ser classificado em duas categorias diferentes);
- Objetividade (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais);
- Pertinência (adaptadas ao conteúdo e ao objetivo do estudo).

Um segundo conjunto de características de construção de boas categorias pode ser destacado pela (Bardin, 2009):

- Importância quantitativa e qualitativa dos temas;
- Importância quantitativa dos temas em termos de total de unidades de significado no conjunto da análise (todas as entrevistas) e distribuição das unidades de significado por entrevista;

- Importância qualitativa dos temas para o objeto de estudo. Deve-se ter em conta as respostas dadas pelas questões: o tema é fundamental para compreender o objeto de estudo? o tema revela alguma faceta do objeto de estudo que interessa ao pesquisador? o tema mostra alguma dimensão do referencial teórico adotado?

Sintetizando, as categorias empíricas devem ter alguns atributos que definem a sua qualidade, em termos de expressão dos significados contidos no texto. Como por exemplo (Bardin, 2009):

- Sintetizam as unidades de significado extraídas do texto;
- Agregam os significados existentes no texto em subconjuntos ou subcategorias – o nível mais discriminado do sistema de categorias e por isso devem ser conceptualmente distintas e mutuamente exclusivas, relativamente ao que as define;
- Para cada uma deve ser criada uma definição: o motivo porque foi criada e qual a dimensão que mais contribuiu para a sua criação (teoria, dados, questões de investigação);
- São específicas;
- Comportam a maior parte do material analisado.

Relativamente aos dados referentes aos questionários de valores de Gouveia, Milfont, Fisher e Santos (2009), foram tratados com uma metodologia quantitativa, segundo a cotação proposta pelos autores.

Os dezoito valores propostos no questionário são agrupados em grupos de três valores, cotando-se dessa forma cada subfunção com o total obtido para os valores em causa. Por exemplo, para o caso da subfunção suprapessoal, o total obtido será a soma dos valores: conhecimento, maturidade e beleza. O máximo de cotação que uma subfunção pode obter é de 21 pontos. A cotação mais alta no conjunto de três valores pertencentes a uma subfunção define aquela em que o indivíduo se insere.

Também foram analisadas as amplitudes entre as diferentes subfunções.

Os dados da ficha sócio demográfica foram analisados de uma forma qualitativa, servindo apenas para completar e confirmar alguma informação das entrevistas semiestruturadas.

7. Apresentação e Análise dos Resultados

Nesta fase do trabalho, passaremos à apresentação dos resultados obtidos nas oito entrevistas semiestruturadas realizadas. Serão analisadas oito perguntas, para cada questão será apresentada uma tabela onde irá constar o domínio, as suas subcategorias e as unidades de registo encontradas. Assim a tabela seguinte corresponde à análise da primeira pergunta realizada.

Tabela 2 - Habitualmente no seu caso em que consiste um processo de aconselhamento psicológico?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
Psicoterapia	Orientações Teóricas	5
Estabelecimento da Relação	Escuta Ativa	3
Intervenção Centrada no Cliente	Metas do Cliente	4
Avaliação	Instrumentos de Avaliação	2

Com a análise desta pergunta conseguimos chegar a quatro domínios, nomeadamente o domínio da *Psicoterapia* que é também o que apresenta um maior número de registos. Dentro deste domínio encontramos a categoria *Orientações Teóricas* com cerca de cinco registos, a maioria dos participantes descreveu as diferentes orientações teóricas que mais se identifica para a realização do seu trabalho de aconselhamento psicológico.

“Através da psicanálise tento perceber quais as origens e causas dos comportamentos dos clientes” P (2)

“(..)inúmeras técnicas de e orientações (...) rogeriana, terapia familiar, cognitiva comportamental, dinâmica de inspiração psicanalítica, logoterapia a sistémica familiar.”P (3)

Em relação ao domínio *Estabelecimento da Relação* com a categoria *Escuta Ativa* este é representado por três registos. Parece que esta referência se encontra como uma forma de exemplificar a importância que este fator tem para o desenvolvimento do trabalho de aconselhamento psicológico. Outro domínio encontrado foi *Intervenção centrada* no cliente, com a categoria *Metas do Cliente* com quatro registos, este domínio exemplifica a importância que o cliente e as suas expectativas tem para o processo e como é importante ter em conta os fatores individuais inerentes a cada cliente.

Por último encontramos o domínio *Avaliação*, constituído pela categoria *Instrumentos de Avaliação*, com dois registos, esta é a categoria com menos registos. Contudo demonstra a necessidade sentida em alguns casos de se fazer uma avaliação e como essa avaliação pode ser importante para compreender a problemática que o cliente possa apresentar. Como o objetivo desta pergunta era compreender a especificidade do tipo de aconselhamento praticado, não parece existir um consenso em relação às correntes teóricas. Encontramos participantes que parecem usar diferentes correntes teóricas consoante os problemas apresentados e outros que se focam no uso de apenas de uma corrente teórica, mas podemos perceber que estes usam as correntes teóricas que utilizam para descrever o processo de aconselhamento psicológico.

Tabela 3 - Qual o padrão de desenvolvimento de uma sessão?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
----------------	------------------	----------------------------------

Terapia	Correntes Teóricas	6
Classificação dos Objetivos da Sessão	Estabelecimento da Relação Terapêutica	6
Anamnese	Etapas de Desenvolvimento	2
Avaliação Psicológica	Testes	1
Registos	Recolha de Dados	2

Esta pergunta segue um pouco a lógica da pergunta um, contudo aqui o objetivo era encontrar um padrão que nos indicasse como era o desenvolvimento das sessões para cada participante. Embora alguns tenham realizado uma breve descrição de como eram as suas sessões a maioria voltou a focar-se nas suas correntes teóricas para exemplificar o que realizam nas suas sessões. Nesta pergunta conseguimos identificar cinco domínios onde o primeiro é *Terapia* e a categoria é *Correntes Teóricas* com seis registos.

“ Uso técnicas e propostas de vários modelos, sobretudo da área sistémica. Em geral tomo como referência o modelo centrado em soluções.”
P(6)

*“ Quando se trata de comportamentos obsessivos de adição ao álcool, droga, sexo, jogo...etc passo para o modelo cognitivo-comportamental com prescrições de alteração de comportamentos (...)”*P (3)

O Segundo do domínio *Clarificação dos objetivos da sessão* com a categoria *Estabelecimento da Relação Terapêutica*, tem igualmente seis registos, este ponto parece estar relacionado com a descrição do trabalho que é realizado na primeira sessão e na importância do estabelecimento da relação, de estabelecer objetivos com o cliente. A maioria dos participantes tomou a primeira sessão como exemplo para descrever o trabalho que realiza.

“ O primeiro passo para mim está logo na escuta de algumas respostas para que o cliente concorde ou discorde e continue a transmitir a sua compreensão, ou o seu sentir e o seu decidir.” P (3)

“Primeira sessão: definição de contexto, fase social, queixa, demanda e intervenção (...) intervenção final (...)” P(6)

O terceiro domínio é a *Anamnese* com a categoria *Etapas de Desenvolvimento*, com dois registos apenas.

“(...)procurava saber desde a gravidez da mãe até ao nascimento, quais os problemas havidos; procurava saber que qualidade de parto tinha sido realizado; procurava saber a adaptação da criança à alimentação adotada, nomeadamente se comia bem, se vomitava etc.” P (7)

Este aspeto da intervenção e da iniciação do aconselhamento parece estar mais relacionado, aquando do atendimento de crianças e jovens e com a necessidade de perceber as suas etapas de desenvolvimento.

O quarto domínio é a *Avaliação Psicológica* e a categoria *Testes*, com apenas um registo, podendo não ser um aspeto muito relevante para a maioria dos participantes.

O quinto e último domínio são os *Registos*, com a categoria *Recolha de dados*, com dois registos. Este aspeto está mais relacionado com a necessidade do Psicólogo organizar a informação que vai recolhendo dos seus clientes, fazendo um registo do que acontece nas sessões.

Tabela 4 - Quais os clientes que atende mais frequentemente?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
Jovens	Crianças e Adolescentes	4
Adultos	Idade Adulta	7
Grupos	Várias pessoas	1

Quanto ao tipo de clientes, que procuram estes psicólogos, encontrámos três domínios. O primeiro domínio é *Jovens* com a categoria *crianças e adolescentes* com quatro registos, o segundo domínio *Adultos* com a categoria *Idade adulta* é o que apresenta um número maior de registos com sete, e por último o domínio *Grupos* a categoria *Várias pessoas*, com apenas um registo.

“Mulheres 30-55 anos.”P(5)

“(...)tive clientes/família para terapia familiar, doentes mentais esquizofrénicos, depressivos, pais e mães (...)” P(3)

Podemos perceber que a maioria dos entrevistados faz aconselhamento psicológico a várias faixas etárias, contudo parece haver uma maior incidência para o aconselhamento psicológico de adultos. Este aspeto pode estar relacionado com o facto de estes psicólogos estarem mais envolvidos diariamente com a população adulta.

Tabela 5 - Como é que estas pessoas chegam até si?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
Através da Paróquia	Igreja Paroquial	2
Através do Hospital	Médicos	3
Indicação de outros	Indicação Particular	7
Escola	Professores	2
Reconhecimento direto	Publicação de livros	1
Meios de comunicação	Telefone	1

Relativamente à pergunta quatro, foram encontrados seis domínios, que representam os meios pelos quais os clientes encontram os nossos participantes neste estudo. Alguns

chegam *Através da Paróquia* com a categoria *Igreja Paroquial*, ou seja são pessoas que frequentam a paróquia e sabem dos seus conhecimentos de psicologia, recorrem aos seus serviços e neste domínio temos cerca de dois registos. *Através do Hospital*, com a categoria *Médicos* porque vêm por indicações de médicos que conhecem os nossos participantes, este domínio tem três registos. Por *Indicação de Outros* é o domínio com a categoria *Indicação de Particulares* que tem mais registos com sete, e está relacionado, com a recomendação dos serviços de psicologia por pessoas que já fizeram acompanhamento com o participante e recomendam os seus serviços, ou por pessoas que já tinham conhecimento da sua formação.

“ (...) vêm referenciados por outros, amigos e familiares, a quem já tive a oportunidade de fazer aconselhamento psicológico.” P (8)

“No caso de clientes adultos estes surgiram (...) através de pessoas que me conheciam e o indicavam para atendimento.” P (7)

Este domínio parece ser o que tem maior relevância, estes dados podem estar relacionados com o facto de a maioria dos participantes terem duplas funções serem diáconos ou padres e ao mesmo tempo também psicólogos, o que lhes dá um acesso a um grande número de população, especialmente no exercer das suas funções de padres ou diáconos. Desta forma as pessoas vão passando a palavra umas às outras sobre o facto de eles fazerem aconselhamento psicológico.

Outro domínio é *Escola*, com a categoria *Professores* e apresenta dois registos. *Reconhecimento Direto* com a categoria *Publicação de Livros* um registo e *Meios de comunicação* com a categoria *Telefone* também com um registo. Estes dados parecem estar diretamente ligados com o meio onde os participantes se movem, sendo através desse meio que as pessoas chegam até eles.

Tabela 6 - Onde é que realiza o aconselhamento psicológico?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
----------------	------------------	----------------------------------

Gabinete particular	Consultório Privado	4
Gabinete na Paróquia	Atendimento na instituição	3
Em casa	Residência	1
Instituições Públicas	Atendimento Público	2

Relativamente à pergunta cinco, foram encontrados quatro domínios. O domínio *Gabinete Particular* com a categoria *Consultório Privado* sendo esta a categoria com mais registos com quatro.

“ *Num gabinete particular (...)*” P (6)

O que indica que alguns dos participantes tem um espaço seu para a realização das consultas de aconselhamento psicológico. O segundo domínio é *Gabinete na Paróquia* com a categoria *Atendimento na Instituição* com cerca de três registos, o que indica que alguns participantes utilizam as suas paróquias para atender os clientes. Depois com um registo temos o domínio *Em Casa* e com a categoria *Residência* e por último o domínio *Instituições Públicas* com a categoria *Atendimento Público* com dois registos. Estes dados vem corroborar, os resultados da tabela anterior, pois demonstram que os sítios onde os participantes se movem, são os locais onde estes dão as suas consultas, demonstrando também a forma como as pessoas chegam até eles.

Tabela 7 - Quais as questões mais frequentes e/ou recorrentes?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
Conflitos familiares	Desentendimentos na família	3
Problemas		

psicológicos	Componente emocional	9
Orientação Vocacional	Desenvolvimento da carreira	3

Na sexta pergunta, procurou-se compreender quais as problemáticas onde os nossos participantes têm maior intervenção. Foi possível chegar a três domínios, o primeiro domínio são *Conflitos familiares*, com a categoria *Desentendimentos familiares*, com cerca de três registos. Parece que este tipo de conselheiro em alguns casos é procurado por pessoas com problemas familiares, onde os baixos recursos financeiros se fazem sentir e também pela dupla função destes conselheiros, parecendo que por vezes a função da espiritualidade serve de almofada terapêutica para os problemas apresentados.

(...)tensões e conflitos na família (...)" P (3)

O segundo domínio e o que tem uma maior expressividade de registos é o domínio *Problemas Psicológicos*, categoria *componente emocional* com nove registos.

"Questões emotivas, falta de afetos (...)"P (2)

"(...)ansiedade e medos, fobias, dificuldades e sofrimento para lidar com limitações, timidez e fobias sociais." P (3)

Este aspeto parece indicar que a problemática que mais surge para os participantes são, problemas do foro emocional mas dentro destes surgem problemáticas muito diversificadas, como fobias sociais, timidez, obsessões compulsivas etc. Aparentemente estes problemas revelam que as pessoas procuram neste tipo de conselheiro uma solução para o seu caso, que poderá passar por terapias psicológicas e/ou religiosas. Por último surgiu o domínio Orientação vocacional, categoria Desenvolvimento da carreira com três registos, parecendo que este domínio enquadra-se em pessoas jovens à procura do seu rumo profissional, através da ajuda de alguns conselheiros.

Tabela 8 - Será que na sua prática profissional consegue distinguir o aconselhamento psicológico do aconselhamento religioso?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
---------	-----------	---------------------------

Influência mútua	Interligação	3
Aconselhamento Psicológico e Religioso	Definições teóricas	4
Fronteiras claras	Separação	4

Na pergunta sete, procuramos compreender se existe ou não uma influência mútua entre os dois tipos de aconselhamento praticados pelos nossos participantes. Podemos perceber que a maioria consegue distinguir teoricamente um tipo de aconselhamento do outro, contudo alguns não os conseguem separar na prática, ou seja durante a sua prática de aconselhamento psicológico consideram que existe uma influência mútua entre os dois tipos de aconselhamento, psicológico e religioso. Assim no domínio *Influência mútua* com a categoria *Interligação*, encontramos três registros.

“ (...)sirvo-me da psicologia para chegar à espiritualidade, ou seja consigo distinguir estes dois papéis teoricamente, mas na prática é muito difícil não misturar, ou seja há influência mútua (...)”P (2)

“ Perfeitamente. Mas influenciam-se mutuamente.” P (4)

No domínio *Aconselhamento Psicológico e Aconselhamento Religioso*, categoria *Definições teóricas*, surgem quatro registros. Este domínio surge com a tentativa de alguns participantes mostrarem que conhecem bem estes dois tipos de aconselhamento teoricamente e que existem diferenças entre eles.

“ O aconselhamento psicológico centra-se nas capacidades mentais e comportamentais; no rendimento pessoal sobre o trabalho e a escola.” P (7)

“(...) o aconselhamento religioso centra-se em problemas espirituais.” P(1)

Por último encontramos o domínio *Fronteiras claras*, categoria *Separação* com quatro registros. Com estes dados parece não haver um consenso entre os participantes sobre esta temática, pois através deste domínio encontramos participantes que

consideram não haver uma interligação entre estes dois tipos de aconselhamento e consideram não existir uma influência entre ambos.

“Procuro que haja uma clareza total.” P (5)

“Desta forma não há hipótese de influência mútua.” P (7)

Mas, parece que na prática do aconselhamento, existe alguma influência mútua, até pela dupla formação destes psicólogos, que procuram nessa mais-valia intelectual apoio, para o tipo de aconselhamento praticado junto das pessoas, que os procuram.

A pergunta oito foi analisada segundo o método CQR. A tabela seguinte mostra uma síntese dos dados que foram encontrados, os domínios descrevem o tipo de dilemas que foram encontrados e as categorias representam os dilemas concretos que foram relatados pelos participantes.

Tabela 9 - Gostaria de nos falar um pouco acerca dos dilemas que experiencia mais quando está a realizar consulta psicológica?

Domínio	Categoria	Nº de unidades de registo
Fronteiras		
(Envolve ultrapassar ou não diferentes barreiras e a procura de outras abordagens alternativas para solucionar o problema)	<i>Como definir quais os limites da intervenção e da relação terapêutica</i>	13
Neutralidade		
(Conflito entre o que o psicólogo acha mais correto fazer e a sua imparcialidade necessária na terapia)	<i>Aconselhar sem persuadir diretamente o cliente e sem se envolver nos problemas emocionais do cliente</i>	9
Fidelidade		
(Conflito entre a manutenção da fidelidade a uma determinada orientação terapêutica ou escolher	<i>Que tipo de terapia/estratégias psicológicas são mais adequadas</i>	

uma orientação mais adequada aos interesses do cliente.)	<i>para cada cliente.</i>	5
Preconceito		
(Divergências entre as crenças/ valores do cliente e do psicólogo)	<i>Gestão do psicólogo de situações que vão contra os seus princípios morais.</i>	4
Papel/ Função		
(Conflito entre diferentes papéis ou funções que tenha que desempenhar)	<i>Desempenhar diferentes profissões com a mesma população</i>	4
Confidencialidade		
(Exigências para divulgar informação a terceiros sem autorização do cliente)	<i>Que tipo de informação pode ser transmitida a terceiros sem quebrar a confidencialidade</i>	3
Responsabilidade		
(Conflito entre o que o psicólogo acha que é adequado para o cliente fazer e a preocupação de que apesar disso o cliente tem autonomia)	<i>Conseguir gerir/separar as características internas do psicólogo das características internas do cliente</i>	7

Ao analisarmos a tabela podemos perceber que foram encontrados sete domínios, o que indica sete tipos diferentes de dilemas relatados pelos participantes. O primeiro domínio *Fronteiras* é o domínio que apresenta mais registos de unidade com 13, este domínio está ligado com o dilema: *Como definir quais os limites de intervenção e da relação terapêutica*. Neste ponto as dificuldades estão relacionadas com dúvidas em como levar os clientes a perceber os limites da intervenção, uma vez que estes consideram que em algumas situações, estes limites foram quebrados pelos clientes.

“ (...) *mas após algumas sessões onde estabelecemos um relacionamento mais próximo, ele falava durante uma hora e comecei a ter dificuldades em terminar as sessões e fazê-lo sair do gabinete, inclusive começou-me a procurar fora do agendamento combinado, tornando-se incómodo e insuportável*” P (2)

Um dos fatores que poderá explicar esta dificuldade sentida poderá ser um duplo papel que estes psicólogos têm, e a forma como os clientes os veem no exercer das duas funções, podendo não distinguir os dois papéis que representam, uma vez que a figura do padre/diácono é diferente da de psicólogo.

Dentro desta temática existe também a dúvida relativamente aos limites da intervenção psicológica, até onde se pode intervir, onde terminam as funções do psicólogo. Este fator retrata mais os dilemas pessoais, as dúvidas internas do próprio psicólogo perante os casos.

“ No entanto durante as consultas talvez tenha sido um pouco parcial na decisão a tomar, se coloque em causa o limite da minha intervenção (...)” P(8)

Os dilemas aqui presentes, estão relacionados com a atuação do psicólogo, ou seja com o desenvolvimento do aconselhamento psicológico até onde o psicólogo pode ir ou deve ir para ajudar o cliente, mas também com as dificuldades no processo de aconselhamento e na forma como é estabelecida a relação com os clientes.

O segundo domínio é a *Neutralidade* com a categoria *Aconselhar sem persuadir diretamente o cliente e sem se envolver nos problemas emocionais do cliente*; esta categoria tem nove unidades de registo. Este também é um domínio com representatividade acentuada, o segundo mais alto. O processo de aconselhamento psicológico, pressupõe contribuir para o desenvolvimento do cliente, contudo o psicólogo não deve influenciar o cliente a fazer o que ele acha correto, uma vez que a verdade do psicólogo poderá não ser o que o cliente acha correto.

“ Por exemplo no caso da imparcialidade já tive vários casos em que a parcialidade é posta em causa, sobretudo quando o assunto a tratar é contra a minha consciência e a forma como encaro o problema.” P (4)

Existe assim uma dificuldade clara em alguns casos de manter a imparcialidade, em afastar o que é interno do psicólogo e o que são as crenças do cliente.

O terceiro domínio é a *Fidelidade*, com a categoria: *Que tipo de terapia/estratégias psicológicas são mais adequadas para cada cliente*, esta categoria está representada por cinco unidades de registo. Neste domínio foram encontradas dúvidas na escolha da

melhor terapia a seguir para as patologias apresentadas pelos clientes e também dúvidas no tempo mais adequado de terapia para cada cliente.

“ Por diversas vezes me questiono em casos concretos se o caminho sugerido é o melhor ou se outro alternativo não teria sido mais benéfico para a patologia apresentada” P (2)

“ Outro dilema era fixar novas consultas. Parece-me um dilema: se marcam indefinidamente cria-se dependência, se não se marcam interrompe-se o processo.” P (3)

O quarto domínio *Preconceito* com a categoria *Gestão do psicólogo de situações que vão contra os seus princípios morais*, contém quatro unidades de registo. Neste domínio encontramos dificuldades em controlar os conflitos morais que possam existir entre o cliente e o psicólogo. Nem sempre os valores as crenças do psicólogo, são as mesmas que o cliente, a dificuldade está em conseguir fazer um bom aconselhamento psicológico quando, existem muitas diferenças ou mesmo em ter que encaminhar o caso. Estas situações podem levar com que o psicólogo não consiga estabelecer uma relação empática devido às diferenças. Parecem existir sempre casos mais delicados onde o preconceito e os conflitos entre os valores do psicólogo e do cliente se manifestam mais.

“ (...) diversas vezes lidei com situações de adultério e de aborto. Nomeadamente nestes casos e de uma forma discreta tentei fazer ver aos clientes se não haveria forma de evitar e resolver os mesmos, de uma forma diferente. Ou seja o dilema de preconceito nestas situações surgiu claramente (...)” P(2)

“ Houve outros casos em que o dilema do preconceito surgiu e aí não tive dúvidas em encaminhar estas pessoas para outros profissionais (...)” P(4)

O quinto domínio *Papel/ Função*, com a categoria: *Desempenhar duas profissões com a mesma população*, esta categoria tem quatro unidades de registo. Neste caso as dificuldades apontadas são em separar duplas funções profissionais, ou seja ser psicólogo e padre/diácono e dificuldade em gerir múltiplos relacionamentos em meios pequenos, onde todos se conhecem. As duplas funções parecem trazer dificuldades em definir e separar os diferentes papéis, assim como a desempenhar as diferentes funções de cada profissão, sem haver uma sobreposição.

“ Foi dilema também separar as duas funções de psicólogo e sacerdote (...)” P(3)

“ De igual modo, por vezes torna-se difícil saber se a informação que disponho sobre o cliente é resultante das sessões terapêuticas ou fruto de outras fontes.” P (5)

“ Múltiplos relacionamentos. Em meios pequenos, como aquele em que vivo, acontece encontrar os clientes em outros contextos religiosos ou sociais. Procuro agir com naturalidade, mas pode haver algum desconforto para o cliente. “ P (5)

O sexto domínio *Confidencialidade* com a categoria: *Que tipo de informação pode ser transmitida a terceiros sem quebrar a confidencialidade*, tem três unidades de registo. Neste contexto as dúvida que surgiram em termos de confidencialidade estão mais relacionadas com a transmissão dos resultados dos testes psicológicos a terceiros e dúvida de como prestar declarações em tribunal, fornecer dados às autoridades. Em processos de avaliação psicológica, e quando esta é pedida por terceiros, seja em meio escolar ou mesmo pelos pais, tem que haver uma transmissão de informação, que deve ser cuidadosa para não quebrar a confidencialidade com o cliente. No caso dos processos legais, também pode existir informação que é solicitada ao psicólogo, e acaba por ser um dilema, o que se pode ou não transmitir para o melhor interesse da criança mas ao mesmo tempo não quebrar a confidencialidade.

“ O dilema da confidencialidade dos resultados dos testes quando eram pedidos ordenados por educadores e os clientes eram adolescentes. “ P (3)

“Ao longo da minha carreira tive alguns casos de jovens problemáticos em que o tribunal por vezes me pedia os relatórios dos mesmos, mas aqui considero que a confidencialidade era ultrapassada, mas com um efeito prático benéfico até para o próprio jovem.” P (7)

O Sétimo e último domínio é a *Responsabilidade* com a categoria: *Conseguir gerir/separar as características internas do psicólogo das características internas do cliente* com cerca de sete unidades de registo, é assim o terceiro domínio com mais unidades de registo. As dificuldades encontradas foram em gerir os conflitos entre os valores do cliente e do psicólogo, em gerir a influência dos valores do psicólogo na terapia e dificuldade em gerir as diferenças culturais entre o psicólogo e o cliente. Mais uma vez estamos perante dilemas, relacionados com o aconselhamento psicológico,

mais concretamente com as características internas do psicólogo a poderem ser encaradas com causadoras de alguns dilemas. Estes dados apontam para a exigência do trabalho que é o aconselhamento psicológico e para a necessidade de haver um autoconhecimento bastante alargado por parte dos psicólogos sobre si mesmos.

“Surgem também, de vez em quando dilemas que nascem de diferenças culturais que formam as próprias noções de ética.” P (6)

“ Quando existe um confronto entre os valores do próprio cliente, (quando ele tem consciência deles) e os meus enquanto cristão católico, é notório que a exigência técnica da isenção do psicólogo é mais forte.” P (8)

Através de uma análise global da tabela podemos perceber que existem três domínios que se destacam com mais unidades de registo, onde foram encontradas mais evidências da presença desses dilemas, nas entrevistas realizadas aos participantes.

Neste sentido os domínios: *Fronteiras* (Envolve ultrapassar ou não diferentes barreiras e a procura de outras abordagens alternativas para solucionar o problema), *Neutralidade* (Conflito entre o que o psicólogo acha mais correto fazer e a sua imparcialidade necessária na terapia) e *Responsabilidade* (Conflito entre o que o psicólogo acha que é adequado para o cliente fazer e a preocupação de que apesar disso o cliente tem autonomia), são os mais representativos. Estes também parecem ser dilemas que se encontram mais relacionados com questões diretamente ligadas a características internas dos próprios participantes.

Passamos agora para a apresentação dos resultados do Questionário dos Valores Básicos – QVB. Na tabela seguinte serão indicados os participantes e os valores mais pontuados pelos mesmos para casa subfunção. Analisando os valores da tabela 10 de uma forma quantitativa podemos perceber que existem diferentes amplitudes, para cada subfunção, o que significa que existem diferenças entre as subfunções.

Tabela 10 - Resultados do Questionário dos Valores Básicos – QVB

Participantes	Resultados das Subfunções Gouveia e cols. (2008)					
	Existência	Realização	Normativa	Suprapessoal	Experimentação	Interativa
1	15	12	18	19	9	17

2	15	10	13	16	11	18
3	18	12	20	20	12	19
4	16	7	15	17	10	18
5	11	8	15	18	11	16
6	15	12	14	17	11	14
7	20	15	21	20	20	19
8	15	15	17	18	16	16

Para a subfunção Existência o valor mais elevado é de 20 no participante sete e o valor mais baixo é de 11 no participante cinco, estes dados dão um diferencial de 9. Parece existir alguma disparidade nos resultados entre os diferentes participantes, contudo pode-se perceber que esta disparidade acontece mais entre o participante sete e o participante cinco e daí aparecer um diferencial de 9. Os restantes apresentam valores similares para esta subfunção. Estes resultados parece indicar que apenas para o participante cinco os valores relacionados com saúde, sobrevivência e estabilidade pessoal não apresentam uma importância tão elevada como representam para os restantes participantes. Também pode indicar que o participante cinco se encontra mais afastado de uma orientação materialista, enquanto os restantes participantes dão uma importância superior a aspetos materialistas. Por sua vez o participante 7, parece dar uma importância bastante elevada a para esta subfunção, podendo indicar que este se encontra mais ligado a este tipo de valores, este resultado poderá estar relacionado com o facto de ser o participante mais velho, onde os valores de saúde e sobrevivência possam estar mais elevados neste momento concreto da sua vida.

No caso da subfunção Realização o valor mais elevado é de 15 e o valor mais baixo é de 7 o que dá um diferencial de 8. Este diferencial indica que existe alguma disparidade entre as pontuações dos diferentes participantes, podemos perceber que existem participantes que pontuam de uma forma baixa, mas outros pontuam de uma forma mais elevada existindo assim diferenças. Parece que para os participantes 4, 5 e 2 os valores de êxito, prestígio e poder não fazem parte das suas prioridades ou seja encontram-se afastados de um princípio pessoal com realizações materiais. Por sua vez para os participantes 1, 3, 6, 7 e 8 estes valores parecem ter uma maior importância.

Para a subfunção Normativa o valor mais elevado é de 21 e o valor mais baixo é de 13 o que indica um diferencial de 8. Nesta subfunção parece assim existir uma diferença entre a pontuação dos diferentes participantes. Contudo a maioria dos participantes pontua de uma forma significativa esta subfunção, a maioria dos participantes tem pontuações elevadas para os valores de tradição, obediência e religiosidade, havendo mesmo uma pontuação máxima de 21 para o participante sete. Os dados deste participante podem indicar que este possui uma forte orientação social, dando uma forte importância à cultura e às normas convencionais. O facto dos outros participantes também apresentarem valores elevados poderá indicar que estes valores também são importantes para a maioria, demonstrando a orientação social, dos participantes deste estudo.

Para a subfunção Suprapessoal o valor mais elevado é de 20 e o valor mais baixo é de 16 a amplitude é de 4. Esta subfunção não apresenta uma grande disparidade entre as pontuações dos participantes, todos eles apresentam uma pontuação elevada nesta subfunção. Este resultado poderá indicar que os valores conhecimento, maturidade e beleza, são bastante importantes para estes participantes. Estes parecem de uma forma geral apresentar um motivador humanista, onde se encaixam vários valores sociais e pessoais com um fundo humanista, demonstrando também a necessidade de autorrealização.

Relativamente à Experimentação o valor mais elevado é de 20 e o valor mais baixo é de 9 o que dá uma amplitude 11. Esta subfunção apresenta uma diferenciação bastante elevada em relação às pontuações obtidas pelos participantes, principalmente entre o participante 7 e o participante 1. Nos restantes participantes esta diferenciação não é tão significativa, apresentando resultados médios. Para o participante sete parecem ser importantes os valores de sexualidade, prazer e emoção, podendo estar aberto a mudanças e a inovações e disposto a cumprir regras sociais. Os restantes participantes não parecem achar muita relevância estes conteúdos, podendo ser mais fechados a mudanças.

Na subfunção Interativa o valor mais elevado é de 19 e o valor mais baixo é de 16 o que dá uma amplitude de 3. Nesta subfunção não parece existir muita diferenciação entre a pontuação dos participantes, sendo a amplitude mais baixa de todas as subfunções. De uma forma geral todos parecem achar os valores afetividade,

convivência e apoio social importantes, o que pode demonstrar que os participantes apresentam uma orientação social e humanista, características também importantes em pessoas que se dedicam às questões de religiosidade.

Se passarmos para uma análise diferencial das subfunções de participante a participante, podemos perceber que o participante 1 tem como valor mais elevado 19 na subfunção Suprapessoal e o valor mais baixo na subfunção Experimentação com 9 valores o que dá um diferencial de 10. Embora o diferencial apresente um valor elevado, a verdade é que apenas a subfunção experimentação apresenta dados mais baixos, as restantes subfunções apresentam valores mais aproximados. O participante 1 parece, não dar muita importância a valores como sexualidade, prazer e emoção, assim como a valores como êxito, prestígio e poder. Os restantes valores analisados parecem ter uma importância similar para o participante com uma maior incidência nos valores de conhecimento, maturidade e beleza.

Por sua vez o participante 2 tem o valor mais elevado na subfunção Interativa de 18 e um valor mais baixo na subfunção Realização com o valor de 10, o que dá um diferencial de 8. Não parece existir um diferencial muito significativo entre as pontuações do participante 2, havendo alguma semelhança entre as pontuações. Contudo podemos perceber que os valores que parecem ter um menor significado para este participante são os valores êxito, prestígio e poder.

Relativamente ao participante 3 tem o valor mais elevado na subfunção Suprapessoal e Normativa com um valor de 20 e um valor mais baixo na subfunção Realização e Experimentação de 12 o que dá um diferencial de 8. Este participante pontua várias subfunções com o mesmo valor, havendo valores mais elevados para os valores tradição, obediência, religiosidade, conhecimento, maturidade e beleza. Por outro lado pontua de uma forma mais baixa os valores êxito, prestígio, poder, sexualidade, prazer e emoção. É o único participante a pontuar duas subfunções com os valores mais altos e duas subfunções com os valores mais baixos.

O participante 4 pontua de uma forma elevada a subfunção Interativa com 18 e com o valor mais baixo a subfunção Realização com 7, o que indica um diferencial de 11. As pontuações do participante demonstram que existe um diferencial significativo entre as suas pontuações existindo subfunções com as quais o participante se identifica mais e outras que lhe sugerem um interesse bastante baixo como é o caso dos valores êxito,

prestígio e poder. Parece haver por parte deste participante um despreendimento dos valores materiais e da obtenção de poder pessoal. Por outro lado os valores de afetividade, convivência e apoio Social, são os que tem um maior significado, o que leva a parecer que existe uma entrega pessoal e uma valorização por componentes sociais e de entreaajuda.

O participante 5 pontua de uma forma mais elevada a subfunção suprapessoal com 18 e com valor mais baixo a subfunção Realização com 8 o que demonstra um diferencial de 10. Também para este participante parece haver uma forma clara de separar os seus valores, havendo uma predominância em valores de conhecimento, maturidade e beleza que depreendem uma motivação humanista em detrimento de valores êxito, prestígio e poder, mais direcionadas para um carácter pessoal e materialista.

Quanto ao participante 6 este obtêm uma maior pontuação da subfunção Suprapessoal de 17 e o valor mais baixo na subfunção Experimentação de 11 o que dá um diferencial de 6. Não parece existir diferenças muito significativas nas pontuações deste participante, havendo mesmo assim valores que se destacam como conhecimento, maturidade e beleza, mas estas pontuações não são muito diferentes das outras subfunções. Contudo os valores de sexualidade, prazer e emoção parecem ser os menos valorizados.

O participante 7 tem valores mais elevados na subfunção Normativa com 21 e o valor mais baixo na subfunção Realização com 15 o que indica um diferencial de 6. Neste participante também parece não haver uma diferenciação de pontuações muito significativa, existindo uma subfunção com a pontuação máxima o que pode revelar que o participante se identifica totalmente com os valores de tradição, obediência e religiosidade. Por outro lado os valores de êxito, prestígio e poder são aquele que não tem uma importância tão elevada.

Por último o participante 8 tem um valor de 18 na subfunção Suprapessoal e um valor mais baixo na subfunção Realização e Existência com 15 o que indica um diferencial de 3. Neste participante não parece existir um diferencial significativo entre as diferentes subfunções, se olharmos para a tabela podemos perceber que as pontuações das subfunções se encontram muito perto umas das outras e estão relativamente altas, o que pode indicar que estes participante considera importante todos os valores apresentados. Mesmo com este perfil, consegue-se destacar os valores conhecimento, maturidade e

beleza. Com valores mais baixo existem duas subfunções com o mesmo valor, correspondendo aos valores de êxito, prestígio, poder, saúde, sobrevivência e estabilidade pessoal.

Como podemos perceber existem diferenças internas nos nossos participantes, se olharmos apenas para as pontuações mais elevadas, estes resultados parecem demonstrar que os participantes no geral se encontram a pontuar as mesmas subfunções, tendo maior incidência na Suprapessoal. A subfunção Suprapessoal está relacionada com uma motivação e uma orientação humanista, estando relacionada com valores sociais e de motivação humanista, dado que os nossos participantes são pessoas que trabalham como psicólogos e são padres ou diáconos, parece nos fazer todo o sentido estes resultados. Os resultados parecem mostrar congruência com as características esperadas desta população.

Através do cruzamento entre os resultados da pergunta 8 da entrevista correspondendo aos dilemas vivenciados pelos participantes, os resultados dos questionários e a análise de conteúdo das restantes questões da entrevista, chegamos a uma tabela ilustrativa (Ver anexo VII).

Deste cruzamento poderemos ainda tirar mais algumas ilações sobre os resultados obtidos. Os dilemas vivenciados parecem estar na sua maioria relacionados com características internas dos próprios participantes, mas também com o meio em que estes se encontram se movimentam. A grande maioria dos participantes (7) tem um tipo de orientação idealista (humanitário), parecendo que os valores pessoais e sociais característicos são uma meta em si mesmos, enfatizando atributos mais afetivos e abstratos, onde os contactos sociais são imprescindíveis, para este tipo de participante. Aparentemente com este tipo de valores associados ao seu perfil espiritual, nenhum deles fica indiferente aos problemas das pessoas que os procuram, sendo recomendados maioritariamente por outros, que reconhecem as suas características sociais, mas também, pelas suas duplas funções de psicólogos, padres/diáconos.

Todo este trabalho conduz ao aparecimento de dilemas no aconselhamento psicológico praticado.

Outro fator importante e que de certa forma parece ligar os seus valores intrínsecos com os seus dilemas é este tipo de participante ter uma dupla formação e que

teoricamente estes parecem conseguir fazer uma distinção e onde afirmam não haver influência mútua, mas na prática, por vezes parece querer condicionar os seus comportamentos e ações, parece que em algumas situações as suas crenças religiosas e o seu treino como padres/diáconos dificulta o distanciamento necessário de cada caso, e a aceitação do outro, mesmo quando este tem princípios diferentes sobre temas polémicos para a Igreja Católica nomeadamente o aborto e o divórcio.

Outra situação também importante, que parece ligar valores com dilemas e que é consequência do que referimos anteriormente tem a ver com o contacto social dos participantes junto das populações e que muitas vezes essa interação é realizada em âmbito de aconselhamento e em outras em âmbito paroquial ou social, o que pode deturpar um pouco do que é esperado do papel do psicólogo, parece que esta dupla função pode acabar por confundir em certo ponto o próprio cliente. Embora não estando em causa a qualidade do aconselhamento praticado, parece que este tipo de participante psicólogo fica menos imune aos problemas apresentados pelas pessoas que os procuram vivenciando por vezes dilemas internos, à custa dos valores que defendem ou possuem.

Por último, os dados registados nas fichas sociodemográficas serviram para caracterizar cada participante e serão utilizados só para completar as conclusões finais.

8. Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados no ponto anterior, torna-se agora pertinente passar para a discussão dos mesmos, pegando nos objetivos a que nos propusemos com esta tese:

- Identificar os dilemas que os conselheiros enfrentam na sua prática e caracterizar a forma como reagem aos mesmos.

- Caracterizar os valores de vida do grupo de participantes e a sua relação qualitativa aos processos de aconselhamento seguidos.
- Compreender se o aconselhamento é um meio de autoconhecimento e de crescimento interno.

A análise do discurso dos participantes permitiu identificar diversos dilemas com que estes psicólogos se deparam durante o aconselhamento psicológico como expectável. Seguindo o sistema de abordagem aos dilemas de Dryden (1997) baseado em categorias classificámos e organizámos os dilemas nas categorias: *Como definir quais os limites da intervenção e da relação terapêutica; Aconselhar sem persuadir diretamente o cliente e sem se envolver nos problemas emocionais do cliente; Que tipo de terapia/estratégias psicológicas são mais adequadas para cada cliente; Gestão do psicólogo de situações que vão contra os seus princípios morais; Desempenhar diferentes profissões com a mesma população; Que tipo de informação pode ser transmitida a terceiros sem quebrar a confidencialidade e Conseguir gerir/separar as características internas do psicólogo das características internas do cliente*, nos domínios Fronteiras, Neutralidade, Fidelidade, Preconceito, Papel/Função, Confidencialidade e Responsabilidade.

Os nossos participantes referem dilemas que vão de encontro a algumas informações já encontradas, sugerindo que alguns dos dilemas que recolhemos já foram encontrados noutras populações.

O dilema mais referenciado pelos participantes deste estudo está relacionado com o domínio **Fronteiras**, em que o psicólogo se apercebe de problemas pessoais do cliente que poderão interferir na sua tomada de decisão, pondo em causa a fronteira de intervenção terapêutica (Cardoso et al., 2012), ou seja o dilema: *Como definir quais os limites da intervenção e da relação terapêutica*, cinco dos oito participantes referem sentir dilemas relativamente á dificuldade em estabelecer os limites da relação terapêutica com os clientes, tendo dificuldade em que os clientes não os procurem fora do agendado e insistam em manter o contacto. Por outro lado, alguns sentem que algumas vezes podem ter passado as fronteiras do aconselhamento psicológico na tentativa de ajudar o outro o solucionar os seus problemas, o que os leva ao levantamento de interrogações como: até onde se pode ir no aconselhamento psicológico? Quais as funções do psicólogo em alguns momentos? Para Giordani

(1985), estas situações acontecem na maioria das vezes à medida que o conhecimento e a confiança entre os dois aumentam, e nessas condições, o conselheiro sente-se mais livre para partilhar com o cliente, os próprios sentimentos, atitudes, opiniões e experiências pessoais.

Outro motivo que poderá levar à dificuldade sentida em estabelecer os limites com os clientes, pode estar associada à acessibilidade dessas pessoas no dia-a-dia ao psicólogo, uma vez que alguns deles fazem aconselhamentos nas próprias paróquias como padres/diáconos e este seu duplo papel parece difícil de separar.

Desta forma o aconselhamento parece assumir várias modalidades de intervenção tais como direção espiritual, guia espiritual, counseling, aconselhamento pastoral, discernimento vocacional, acompanhamento vocacional e psicoterapia vocacional e que implicam diferenças em função da finalidade do destinatário (Aletti, 2008b).

Quando se pensa na figura de padre/diácono há a expectativa de considerar que é uma pessoa com uma disponibilidade total, a quem se pode recorrer para falar a qualquer momento, podemos chegar e simplesmente falar, um confessor de pecados. Enquanto a função do papel do psicólogo requer uma “convocação” ou seja uma marcação, um agendamento desse tempo, dessa disponibilidade total para ouvir o outro. Estes fatores demonstram papéis distintos entre um tipo de disponibilidade e outro tipo de disponibilidade para estar com o outro. Quando estes participantes falam em telefonemas fora de horas, em aparecimentos sem marcação, não conseguir terminar as sessões, parecem situações em que o papel e a função daquele espaço de aconselhamento psicológico/aconselhamento religioso não está bem definido, bem estabelecido, nem claro para aqueles clientes. Por outro lado, também se pode questionar se esta dificuldade em colocar fronteiras no decorrer do aconselhamento psicológico não poderá estar relacionada com os próprios psicólogos em si, uma vez que para estabelecer estes limites, poderá ter que estar presente uma postura mais assertiva, um confronto com um comportamento que não é desejado para a relação estabelecida e para o próprio psicólogo em si, o que poderá contrapor com o outro papel que desempenham também no seu dia-a-dia. Ou seja para estes psicólogos parece estar sempre presente no aconselhamento praticado um valor espiritual, que lhe recorda o seu papel religioso/espiritual e que tem a função de fazer a ponte entre a pessoa aconselhada e um valor mais espiritual.

Outro domínio que consideramos pertinente referenciar nesta discussão é a **Neutralidade** e que basicamente, consiste numa atitude disponível de reconhecer as escolhas de valor e os comportamentos da pessoa, sem influenciá-los (Aletti, 2008a). Este domínio é o segundo com mais representatividade encontrado na nossa análise com cinco dos oito participantes a referir dificuldades neste âmbito. O dilema é: *Aconselhar sem persuadir diretamente o cliente e sem se envolver nos problemas emocionais do cliente.*

A literatura aponta para a importância do psicólogo em situação de aconselhamento psicológico (Andrade, 1998; Morato & Schmidt, 1999; McLeod, 2013) manter o controlo e a distância das suas histórias e sentimentos pessoais. Scaturro (2002b), entre outros, afirma que os dilemas e os conflitos emocionais são inerentes à condição humana, deste modo, o psicólogo enquanto conselheiro psicológico, não consegue deixar de trazer para aquela relação também o que é seu e o que pensa sobre determinado assunto, contudo deve estar muito mais atento e possuir um autoconhecimento bastante desenvolvido, para entender o que é seu e o que é do cliente, procurando que o que é pessoal não interfira no processo de aconselhamento. Nesse sentido deve dar uma atenção redobrada às questões da moralidade e da transparência total (Bancart, 2003).

Nos relatos dos participantes deste estudo encontramos muita preocupação com estes acontecimentos o que levanta dúvidas acerca de processos de transferência e contratransferência, e até do “poder” que o psicólogo pode ter sobre o cliente na resolução dos seus problemas. À partida, a transferência exige do conselheiro que se apresente como um lugar de projeção para as vivências do cliente as quais, embora estejam ligadas ao passado, são rerepresentadas no decorrer do processo de aconselhamento e colocadas em jogo, permitindo assim uma recontextualização dos afetos (Aletti, 2008a). Verifica-se, porém, que alguns psicólogos relatam dificuldade em não influenciar o cliente a fazer o que eles acham mais correto, sobretudo nos casos que vão contra as suas ideologias. Como refere Collins (1984) manter a imparcialidade, tomar partido de uma das partes durante a intervenção quando se trata de conflitos familiares, processos de adultério não se envolver nos problemas emocionais do cliente é difícil.

Este dilema e as dificuldades associadas parecem estar muito mais relacionados com os fortes valores morais e humanista que estes psicólogos preconizam como no seu

papel de conselheiro psicológico e de líder e/ou orientador espiritual, pois o conselheiro é também o líder da comunidade de fé podendo exercer sobre a pessoa aconselhada uma influência intimidatória, levando a que esta se resguarde mais do que faria eventualmente com um conselheiro anónimo (Giordani, 1985; Parker, 2011), podendo comprometer uma componente do aconselhamento psicológico essencial: a aceitação do outro e a liberdade do cliente. Este dilema ilustra como pode ser difícil a função de conselheiro psicológico por parte de quem tem funções de líder ou orientação espiritual e conjugar os seus valores morais e espirituais e ao mesmo tempo manter a neutralidade e aceitação incondicional do cliente.

Relacionado com este dilema encontrámos ainda o domínio **Preconceito** com o dilema: *Gestão do psicólogo de situações que vão contra os seus princípios morais* e o Domínio **Responsabilidade**, com o dilema: *Conseguir gerir/separar as características internas do psicólogo das características internas do cliente*

Embora estes não apresentem uma expressão tão elevada como o anterior, apenas três participantes referem sentir estes tipos de dilema durante a sua prática de aconselhamento psicológico. Mais uma vez estes dilemas estão relacionados com fatores internos do próprio psicólogo, com os seus valores pessoais, com as suas crenças com a forma como o psicólogo vê o mundo que o rodeia, como encara as diferenças culturais. Embora o conselheiro seja visto como um profissional que possui recursos e flexibilidade para propor diferentes alternativas de ajuda (Schmidt, 2001), existem momentos em que a sua forma de encarar o problema apresentado é tão diferente que acabam por encaminhar o caso, por não haver as condições necessárias para fazer aconselhamento psicológico. Estes casos parecem ser uma minoria, contudo existem, o psicólogo não está isento de sentir preconceito em relação a determinados temas e determinadas atitudes dos seus clientes.

O interessante é constatarmos que estes dilemas se encontram muito relacionados, com componentes internas do ser humano, a forma como entendemos o mundo que nos rodeia, como construímos os nossos valores, as nossas crenças pessoais, fingir que nada disto está presente quando se pratica aconselhamento psicológico é negar que o psicólogo é um ser humano com as suas características pessoais. Também conseguimos perceber que estes psicólogos conseguem pensar sobre os seus processos de

aconselhamento e têm consciência das suas características pessoais, identificando estes dilemas como possíveis entraves ao processo de aconselhamento psicológico.

Também encontramos outros tipos de dilemas com menor representatividade na amostra como é o caso: do domínio **Fidelidade**, com o dilema; *Que tipo de terapia/estratégias psicológicas são mais adequadas para cada cliente*. Também à semelhança dos anteriores, três participantes descrevem sentir dilemas neste sentido, onde questionam se o caminho teórico que seguem é o mais indicado para ajudar o cliente, embora o que seja verdadeiramente importante é a utilidade que esse caminho tem para a prática do processo de aconselhamento (Savickas,1995) e se devem ou não prolongar as sessões (Cardoso et al., 2012) uma vez que em alguns casos muitas sessões podem criar dependência do cliente. Alguns participantes parecem conhecer várias terapias escolhendo qual usar consoante a problemática que lhes surge, contudo outros participantes parecem focar-se apenas numa corrente teórica para ajudar os seus clientes. Desta forma qualquer tipo de terapia pode ser visto como uma série constante de escolhas clínicas e dilemas recorrentes para o psicólogo (Scaturo, 2002a). Este dilema pode também revelar alguma insegurança no exercício da prática de aconselhamento, uma vez que se trata de um processo conjunto em que o psicólogo ajuda o cliente a ir mais além no seu desenvolvimento, ajudando-o a pensar, podendo sempre haver reajustes durante o processo de ajuda.

Os últimos dois dilemas encontrados foram o domínio **Papel/Função** com o dilema: *Desempenhar diferentes profissões com a mesma população* e o domínio Confidencialidade com o dilema: *Que tipo de informação pode ser transmitida a terceiros sem quebrar a confidencialidade*, também três participantes sentiram estes dois dilemas. Relativamente ao domínio Papel/Função, talvez fosse de esperar que mais participantes pudessem sentir este dilema uma vez que todos os participantes têm um duplo papel, são psicólogos e padres/diáconos contudo isso não se verificou, mesmo assim este dilema acabou por ser referenciado por estes participantes, o que indica que podem existir dificuldades em separar duplas funções profissionais e dificuldades em gerir múltiplos relacionamentos em meios pequenos, onde todas as pessoas se vão conhecendo (Scaturo, 2002a). Este dilema poderá estar relacionado com o domínio Fronteiras, uma vez que existe uma sobreposição de papéis onde nem sempre parece claro que exista uma total distinção entre esses mesmos papéis, pondo em causa a fronteira de intervenção terapêutica (Cardoso et al., 2012).

Por sua vez o dilema de Confidencialidade encontra-se referenciado apenas quando falamos do aconselhamento de crianças e jovens, não aparece associado ao aconselhamento psicológico a adultos. Nas situações referenciadas, aparentemente foi salvaguardado que o dilema da confidencialidade deve assegurar proteção e por outro lado ter alguma flexibilidade em casos complicados em que seja necessário alargar o horizonte da intervenção clínica (Levin et al., 2003).

Em síntese, através dos resultados a que chegámos percebemos que esta população também tem dilemas bem claros quando praticam aconselhamento psicológico, sendo semelhantes, aos encontrados em outros estudos com psicólogos e/ou outros conselheiros (Pope & Vetter, citados por Scaturro, 2002a; Lindsay & Clarkson, citados por Scaturro, 2002a; Cardoso et al., 2012).

Outros aspetos a ter em conta e que poderão conduzir a algumas dúvidas relacionadas com o tipo de aconselhamento psicológico que é praticado por estes psicólogos são: o aconselhamento praticado, na grande maioria das vezes, não é remunerado; também pela influência de múltiplos canais de contacto entre o psicólogo e o cliente, prejudicando por vezes o processo neutral de aconselhamento. Estes psicólogos, têm um relacionamento com os clientes que vai para além do aconselhamento psicológico, pois também estão com os mesmos nas paróquias onde estes desempenham um papel diferente e onde vão tendo informações, relatando algumas vezes não saber se a informação que tem sobre o cliente veio da sessão de aconselhamento psicológico ou de terceiros. A proximidade entre estes dois papéis de psicólogo e diácono/padre e as duplas funções exercidas, geram especificidades dos dilemas enunciados podendo mesmo constituir este aspeto um dilema em si: *a existência de múltiplos canais de contacto/comunicação (p.ex. paróquia, gabinete de aconselhamento) dificulta a neutralidade do trabalho de aconselhamento*. Podendo emergir dilemas específicos nesta população, como: *Como fazer aconselhamento psicológico neutro quando a problemática vai contra as ideologias da igreja católica?*, *Como agir com os clientes fora das sessões de aconselhamento psicológico?*, *O que fazer com a informação que é fornecida por terceiro sobre os clientes?* Estes parecem ser dilemas que podem emergir neste contexto de trabalho e relacionados com o facto de existirem dois papéis a desempenhar com a mesma população.

Os dilemas de preconceito embora estejam relacionados com os dilemas da neutralidade surgem nesta população com mais ênfase, bem como os dilemas de fronteiras e papel/função, que também são referidos com mais profundidade, do que em outras populações, sobretudo pelas características espirituais inerentes e que condicionam, por vezes as suas atitudes e condutas.

No ponto que se segue caracterizamos os valores de vida do grupo de participantes e a sua relação qualitativa aos processos de aconselhamento seguidos pelos psicólogos padres e/ou diáconos.

Como referimos na parte teórica, baseámo-nos no modelo dos Valores Básicos de Valdiney e cols. (2008). A análise dos relatos dos psicólogos aponta uma predominância de valores associados às subfunções Suprapessoal, Normativa e Interativa. A primeira subfunção é a mais pontuada por cerca de cinco participantes, os valores da subfunção suprapessoal estão relacionados com conhecimento, maturidade e beleza, sugerindo um motivador humanista, ou seja movem-se por causas humanistas, os valores sociais encontram-se elevados, valorizam ideias abstratas, tem um despegamento material e demonstram ter necessidades de autorrealização, tal como proposto por Valdiney e cols. (2008).

Estes valores parecem ajustados ao tipo de população em causa, uma vez que estamos perante psicólogos que também são padres/diáconos católicos, sendo esperado desta população uma maior dedicação a causas sociais, ao outro e um despego pelo lado material da vida, havendo uma procura de espiritualidade (Melgão, 2010).

Entre as subfunções mais encontradas destaca-se a Normativa que está interligada com valores de tradição, obediência e religiosidade e a subfunção Interativa relacionada com os valores afetividade, convivência e apoio social. De uma forma geral o perfil de valores destes participantes está associado a uma componente social humanista, a uma preocupação com o outro e á necessidade de afeto e amor (Maslow, 1991), sugerindo que se estes são os valores que consideram ser os mais importantes para as suas vidas, também poderão ser os mais fortes na orientação dos processos de aconselhamento psicológico que desenvolvem.

Do mesmo modo esta orientação para os valores pode ajudar a compreender como estes psicólogos vivenciam alguns dilemas no processo de aconselhamento,

nomeadamente: *Como definir quais os limites da intervenção e da relação terapêutica* no domínio de fronteira; *Gestão do psicólogo de situações que vão contra os seus princípios morais*, no domínio de preconceito e *Conseguir gerir/separar as características internas do psicólogo das características internas do cliente*, no domínio Responsabilidade.

Este grupo apresenta resultados tendencialmente elevados na subfunção suprapessoal, em que os valores podem ser concebidos como humanitários, indicando a importância de ideias abstratas, com menor ênfase em coisas concretas e materiais (Inglehart, 1977) e interativa em que os contactos sociais são uma meta em si mesmos, enfatizando atributos mais afetivos e abstratos (Milfont, Gouveia & Costa, 2006). Estes psicólogos parecem preocupar-se mais que os outros com questões sociais e humanitárias, não ficando indiferentes ao sofrimento do outro, procurando ajudar o outro em tudo no que tiver ao seu alcance sentindo-se realizados neste seu papel (Maslow, 1991). Também estão ligados a valores de religiosidade de obediência e de tradição o que poderá dar uma certa rigidez à sua forma de pensar as questões sociais, refletindo a importância de preservar a cultura e as normas convencionais (Schwartz, 1992). Em suma os valores sociais em geral parecem estar muito presentes na vida destes participantes.

Estes valores podem estar interligados com dilemas que parecem ser na sua maioria internos, tem a ver com a sua forma de vivenciar alguns problemas mais “polémicos” por assim dizer, e também problemas em fazer respeitar os limites da intervenção terapêutica, com uma postura mais assertiva. Por outro lado o seu desejo de ajuda ao outro e a sua preocupação com os seus problemas, pode ser tão elevado em alguns casos que os levam a questionar até onde podem ir no aconselhamento psicológico e quais as funções do psicólogo (Morato & Schmidt, 1999; McLeod, 2013). Na prática do seu aconselhamento psicológico parece haver uma incidência sobre alguns pontos-chave como, os problemas relacionados com a componente emocional, que englobam situações diversas e que mexem não só com o cliente, mas por vezes também com os psicólogos como vimos anteriormente. Também na clarificação dos objetivos da sessão e na importância que estes psicólogos dão ao estabelecimento da relação, através da escuta ativa, para isso, as técnicas postas ao serviço do cliente passam por ouvir, aceitar, respeitar, compreender e reagir com sensibilidade ao diálogo (Corey, 2013); e no modelo teórico adotado, sobretudo na intervenção centrada no cliente, onde o aconselhamento psicológico é visto por Rogers (2004; Thorne & Sanders, 2013) como

uma forma de o cliente se ajudar a si próprio. Em alguns momentos parece que estes ficam tão embrenhados, com a sua missão de ajudar o outro que se esquecem que este também tem liberdade de pensamento, de escolha relativamente aos seus problemas e que o papel do psicólogo passa muito por ajudar o outro a pensar sobre si mesmo. Neste sentido parece claro que poderão existir evidências que os valores pessoais podem influenciar os dilemas sentidos na prática de aconselhamento psicológico e o seu aconselhamento em si.

Focando-nos no aconselhamento como um processo de escuta ativa, individualizado e centrado no cliente (Andrade, 2001) percebemos que todos estes participantes praticam aconselhamento psicológico na sua maioria com adultos, como já vimos anteriormente. A escolha dos métodos de aconselhamento parece ser feita consoante as problemáticas que vão encontrando, não havendo uma unanimidade no tipo de aconselhamento praticado. Para definir o tipo de aconselhamentos que praticam os participantes acabam por descrever as correntes teóricas com as quais se parecem identificar mais como, cognitivo comportamental, outros com os métodos psicanalíticos, com as teorias sistémicas, psicoterapias breves entre outras. Contudo parece haver uma unanimidade quanto á importância do estabelecimento da relação, na definição dos objetivos do aconselhamento psicológico e também na importância da dimensão humanístico-existencial no aconselhamento praticado que insiste na necessidade de aceitação de nós mesmos e do mundo dos outros, onde o psicoterapeuta converte-se numa pessoa que participa no encontro na sua totalidade para poder conhecer, entender e ajudar a pessoa em causa (Giordani, 1998; Langdridge, 2013).

Quando confrontamos os nossos participantes com a questão: *Será que na sua prática profissional consegue distinguir o aconselhamento psicológico do aconselhamento religioso?* Teoricamente todos conseguem fazer uma distinção clara entre estes dois tipos de aconselhamento, referindo que estas duas modalidades de ajuda possuem objetivos diferentes Aletti (2008a), contudo existe uma grande proximidade entre aqueles que consideram que não existe uma influência mútua e aqueles que consideram que existe influência mútua entre estes dois saberes na sua prática profissional. Parece que na sua prática alguns acabam por usar características do aconselhamento psicológico e do aconselhamento religioso, usando-os de um modo complementar, sobretudo nas disposições facilitadoras congruência, aceitação positiva incondicional e empatia descritas por Rogers (1985; Brown, 2014) e mais tarde adaptadas para a

orientação espiritual por Giordani (1985), baseando-se também nos seus valores de cristãos e na tentativa de inserir o cliente no caminho da espiritualidade. Parece que para estes participantes comprova-se o que defendeu Jung (1988), ao afirmar que o conceito de individuação e de crescimento humano está presente na proposta da direção espiritual vivenciada pela religião cristã, quando a sua prática assenta sobre dois pilares: o diálogo e a confiança, guardando semelhanças em relação à psicoterapia. Por outro lado, também existem participantes que consideram não haver qualquer tipo de influência mútua no processo de aconselhamento, considerando que são situações distintas. Neste ponto não aparece assim haver uma definição clara, existindo as duas situações nesta amostra.

Todos estes participantes vêm no seu trabalho no aconselhamento psicológico/religioso uma meio de ajudar as pessoas, falta-nos assim refletir: *Será que os especialistas do aconselhamento não encontram também na sua prática um caminho para si e também para os outros?*

Não podemos deixar de referir que a maioria dos participantes (sete), depois de se ordenarem padres/diáconos, sentiram uma necessidade de fazer formação em psicologia, para poderem ajudar mais as pessoas da paróquia e segundo as suas palavras cumprirem melhor o seu legado religioso. Comprovando o que Barry e Connolly (1999) afirmaram que este tipo de participante devem acrescentar à teologia, noções de psicologia, para que sejam aplicados no seu trabalho de aconselhamento espiritual, aumentando a importância e profundidade da sua ação.

Assim a formação em psicologia parece vir completar a formação que tiveram anteriormente, ajudando-os no seu objetivo de estarem mais próximos do outro e mais capacitados para os ajudarem na resolução dos seus problemas. Todos os participantes parecem estar satisfeitos e felizes com o trabalho que desenvolvem, sentindo-se realizados no exercício do mesmo.

Se as pessoas autorrealizadas são gente dedicada, a alguma vocação (Maslow, 2001), então podemos afirmar que os participantes não só a alcançaram, como também, a obtiveram através do desenvolvimento da própria espiritualidade.

Todos os participantes aparentemente vêm a espiritualidade como uma forma imprescindível de alcançarem sentido para as suas vidas. Assim, a espiritualidade não é

um conceito preso à religião, mas é ontológico ao ser humano na sua busca de sentido para a existência. Assim, a espiritualidade é um sentimento que o ser humano traz dentro de si e o transporta para além de si mesmo (Frankl, 1992).

Os valores encontrados nas suas vidas traduzidos em altruísmo, dedicação ao próximo, entre outros, parecem revelar o aspeto prático da sua espiritualidade, como base para a manutenção da orientação como significado da sua própria vida. Toda a devoção e dedicação acentuada dos participantes, podem ser vistas como uma missão, no sentido de chegarem ao ponto, de a oferecer para a realização de uma tarefa dedicada aos outros. Por outro lado, isto significa claramente, que a parte mais valiosa do Eu de uma pessoa assim, é a mesma que o Eu das outras pessoas que o rodeiam (Maslow, citado por White, 2005).

Assim a sua vida espiritual é parte da sua essência, sem a qual esta não é plenamente humana, ou seja, toma parte do Eu real, da própria identidade, a pertença da espécie, a plena humanidade (Maslow, 2001). Desta forma, esta espiritualidade como identidade, conduz os participantes a uma realização pessoal naquilo que cada um exerce nas suas vidas. Ser humano significa dirigir-se para além de si mesmo, para alguma coisa ou alguém (Frankl, 1992). Ou seja, o interesse fundamental dos participantes orienta-se para o mundo externo e neste mundo procuram uma realização pessoal, que os envolva a eles, mas só a obtendo, quando se dedicam totalmente aos outros. Assim, com base na sua auto compreensão ontológico pré reflexiva, têm conhecimento de que se autorrealizam precisamente na medida que se esquecem de si mesmos (Frankl, 1992).

Em suma, relativamente ao que foi dito anteriormente, conseguimos perceber que esta população apresenta traços de autorrealização, baseado no trabalho que desenvolvem demonstrando uma preocupação com o seu caminho e na forma como podem ajudar o outro.

Consideramos que conseguimos responder a todas as perguntas que nos propusemos inicialmente com este trabalho, tendo chegado a uma caracterização importante desta amostra, que pode espelhar a população de padres/diáconos psicólogos que praticam aconselhamento psicológico.

Para a maioria destes participantes a formação em Teologia, não deixa de estar presente no seu aconselhamento psicológico e na forma como conduzem o mesmo.

Aparentemente esta dimensão espiritual na sua formação académica ajuda a revelar os dilemas encontrados na sua prática de aconselhamento psicológico com maior incidência em dilemas relacionados com Fronteiras, Neutralidade e Responsabilidade. Embora o dilema do papel/função não tenha sido manifestado de uma forma acentuada pelos psicólogos, parece que este dilema diluído nos dois papéis que os participantes assumem, acaba por ter uma grande influência no surgimento dos dilemas mais encontrados. Assim e apesar dos psicólogos considerarem que conseguem distinguir aconselhamento psicológico de aconselhamento religioso e de aparentemente não ter influência mútua no aconselhamento praticado, os seus discursos sugerem que esta distinção se coloca mais ao nível da intenção do que da prática, sugerindo que na prática essa relação de mútua influência acontece e condiciona o aconselhamento praticado, bem como provoca o surgimento dos dilemas referenciados à custa de um duplo papel, que estes psicólogos não distinguem com uma isenção total.

Estes dilemas mais encontrados surgem também através de uma dimensão espiritual inerente à sua formação integral. Ao priorizarem valores conotados com autorrealização (Maslow, 2001) ou generatividade (Erikson, 1998) é possível verificar que está implícita uma espiritualidade e que esta influencia positivamente o seu desenvolvimento (Melgão, 2010). A espiritualidade parece ter influenciado o seu desenvolvimento humano no sentido de se ter tornado numa necessidade, não só intrínseca a cada um e condutora da sua própria personalidade, como também caracteriza a forma apaixonada, generosa e profunda pela sua missão. A projeção de vida no futuro passa num primeiro momento pela ajuda ao próximo. Ou seja, esta ajuda faz parte da sua própria dimensão humana. A confiança face ao sentido da vida, pela abertura ao Transcendente (Elkins et al., 1988), parece produzir um enraizamento muito forte no sentido de só na dedicação aos outros, obterem verdadeiramente uma satisfação e uma identidade espiritual plena. Por outro lado, os valores encontrados nas suas vidas parecem revelar o aspeto prático da sua Espiritualidade, como base para a manutenção da orientação como significado da sua própria vida. Ou seja os seus valores humanos característicos encontrados parecem influenciar o aconselhamento praticado e podem motivar o surgimento dos dilemas nos conselheiros, sobretudo pelo duplo papel que exercem e pela importância que atribuem à espiritualidade e que não os deixa indiferentes aos problemas apresentados pelos clientes.

Este contacto Transcendental parece sugerir nos participantes um autoconhecimento com uma dimensão, que inclui certas práticas de controlo de si, de dedicação ao outro e de serviço comunitário, que os leva a acreditar em algo Cósmico e que amam profundamente, moldando e orientando o seu percurso de vida. Ou seja a compreensão da sua constituição espiritual é fundamental para que possam melhorar, não só os relacionamentos pessoais, como também com o Universo.

Desta forma a espiritualidade intrínseca que os caracteriza orienta o reconhecimento da sua interligação e interação com tudo e com o Todo e revela e impulsiona, uma maior responsabilidade dos seus atos, cujas repercussões afetam as pessoas e o ambiente em que vivem, semeando e construindo obras de bem, na consciência de entrega a uma missão social, humanitária e espiritual elevadas e que elevam.

Estes psicólogos são assim profissionais que apresentam valores sociais, humanistas elevados, valores de afetividade, convivência, apoio social e valorizam ideias abstratas, revelam dilemas na sua prática de aconselhamento psicológico com maior incidência em dilemas relacionados com Fronteiras, Neutralidade e Responsabilidade. Os seus clientes são maioritariamente adultos, que são na sua maioria encaminhados por indicação de outros e os problemas que mais lhes tem chegado são de origem emocional. Praticam aconselhamento psicológico principalmente em gabinete particular e gabinete paroquial. Quanto ao tipo de aconselhamento psicológico utilizam várias correntes teóricas não havendo um padrão específico, contudo a sua maioria dá elevada importância ao estabelecimento da relação e ao estabelecimento de objetivos no aconselhamento psicológico. Este acaba por ser o perfil dos psicólogos que representam a amostra deste estudo.

Conclusões

Apresentamos agora as principais conclusões da caracterização dos dilemas e valores que emergem na prática do aconselhamento psicológico realizado por psicólogos padres e por psicólogos diáconos católicos, tentando perceber a sua relação com a prática de cada um deles. Incluímos, ainda, neste ponto, as limitações do estudo, bem como as suas implicações para desenvolvimentos futuros.

Os principais resultados deste estudo revelam como o aconselhamento psicológico pode ter uma natureza intersubjetiva, mostrando que os dilemas encontrados são semelhantes aos encontrados em outros estudos (Pope & Vetter, citados por Scaturro, 2002a; Lindsay & Clarkson, citados por Scaturro, 2002a; Cardoso et al., 2012) sobre esta temática, mas existem alguns que parecem ter uma maior relevância e intensidade neste tipo de contexto e com este tipo de população.

Este trabalho conseguiu traçar algumas componentes do perfil destes profissionais que estão envolvidos num ambiente de atuação bastante particular em que praticam aconselhamento religioso e aconselhamento psicológico. Os psicólogos deste estudo têm como clientes principalmente adultos que frequentam as suas paróquias, estes são encaminhados por pessoas que conhecem a sua formação e por pessoas que já recorreram aos seus serviços de aconselhamento psicológico e recomendam os seus serviços. Alguns têm consultórios privados onde realizam aconselhamento psicológico, enquanto outros o fazem em gabinetes da paróquia. Os resultados sobre a interação entre estes dois tipos de aconselhamento praticados não são claros nesta amostra.

Contudo percebemos que para alguns profissionais é claro que estes dois tipos de aconselhamento não se devem interrelacionar, mas para outros existe uma relação mútua, sendo simples separá-los teoricamente, mas na prática de aconselhamento e se nos posicionarmos ao nível intra e intersubjetivo estes estão relacionados.

Esta complementaridade aparente juntamente com a não remuneração do trabalho de aconselhamento, bem como os múltiplos canais de comunicação e contactos, próprios da frequência da paróquia, na grande maioria dos psicólogos estudados dificulta o processo neutral de aconselhamento.

Quase todos os participantes sentiram a necessidade de tirar o curso de Psicologia, para poder ir mais além e se sentirem mais preparados para ajudar as pessoas que frequentam as suas paróquias. Este desejo de poder ajudar o outro nos seus problemas para além das suas funções de padre/diácono, leva-os a exercer o aconselhamento psicológico. Estes acabam assim por ter que conviver com as suas duplas funções, o que acarreta vários dilemas na sua prática do aconselhamento psicológico, podendo constituir este aspeto um dilema em si. No nosso estudo fica demonstrado que esses dilemas, estão relacionados com dificuldades em estabelecer fronteiras relativamente ao processo de aconselhamento psicológico. Esta dificuldade parece estar por um lado relacionada com o duplo papel que estes têm e a dificuldade que pode existir em diferenciar o papel de padre/diácono e o papel de psicólogo, mas também com uma dificuldade do próprio psicólogo em estabelecer uma postura mais assertiva com os seus clientes, levando-os a questionar o papel do psicólogo e até onde pode ir a sua intervenção.

Percebe-se que em alguns casos o desejo de ajudar e de solucionar os problemas que os clientes lhes trazem é tão grande e estes têm dificuldade em não dar sugestões e dar o seu parecer pessoal sobre a situação, denotando-se em alguns momentos que se pode perder um pouco do que é esperado do aconselhamento psicológico, daí a importância que dilemas relacionados com a sua neutralidade, responsabilidade e preconceito, assumem nos discursos destes psicólogos. Os dilemas de preconceito surgem nesta população com mais ênfase, bem como os dilemas de fronteiras e papel/função, que também são referidos com mais profundidade, do que em outras populações, sobretudo pelas características espirituais inerentes e que condicionam, por vezes as suas atitudes em aconselhamento.

Aparentemente esta dimensão espiritual dada pela Teologia ajuda a revelar os dilemas encontrados na sua prática de aconselhamento psicológico e apesar do dilema do papel/função ser pouco assumido por estes psicólogos, parece que este discretamente acaba por ter uma grande influência no surgimento dos dilemas mais encontrados, à

custa das duas funções desempenhadas. Os dois papéis podem estabelecer, em determinados momentos, parcerias. Porém, a falta de clareza e assertividade do profissional, bem como a do cliente, podem gerar ambiguidades e prejuízos no acompanhamento psicológico.

São profissionais que possuem valores humanos muito elevados nomeadamente os valores sociais e humanitários, revelam características de desapego material procurando no seu dia-a-dia estar no contacto com pessoas, sentindo-se realizados no contacto com o outro e na ajuda que podem dar ao próximo. Parece haver uma maior preocupação com as causas humanitárias por parte destes profissionais.

Ao defenderem estes tipos de valores há uma conotação clara com espiritualidade e esta influencia positivamente o seu desenvolvimento humano (Melgão, 2010). Esta espiritualidade tem a sua maior aplicação e mais profunda relevância nas suas atividades diárias pela maneira como interagem com aqueles que os rodeiam, ou ainda, pela forma como sentem que o seu trabalho é significativo. Através da informação relatada nas fichas sociodemográficas, percebemos que estes psicólogos demonstram guiar-se na sua vida profissional principalmente por valores religiosos. Assim, a sua postura, o seu agir e a maneira de interagir podem servir de referencial aos outros. Ou seja, a compreensão da sua constituição espiritual é fundamental para que possam melhorar, não só os relacionamentos pessoais, como também com o Universo. Desta forma os valores encontrados nas suas vidas parecem revelar o aspeto prático da sua essência espiritual, como base para a manutenção da orientação como significado da sua própria vida.

A projeção de vida no futuro destes psicólogos passa num primeiro momento pela ajuda ao próximo e os dilemas encontrados estão assim relacionados, com o contexto em que estes psicólogos se movimentam e também parecem interligados com os valores que estes pontuam de um modo mais elevado.

A espiritualidade nesta amostra, tem uma ligação interna com o desenvolvimento e este com a espiritualidade, numa reciprocidade mútua (Melgão, 2010) provocando nos participantes um autoconhecimento que os leva a criar caminho e crescimento interno para si e também para aqueles que os procuram, não só no trabalho de aconselhamento, mas também em outros contextos.

Relativamente ao estudo efetuado, produzimos uma pesquisa, no qual se abrangeu com detalhe e singularidade um conjunto vasto de processos ou fenómenos, conduzindo à descrição e compreensão alargada dos participantes estudados, no que diz respeito aos dilemas e valores que emergem na prática do aconselhamento.

Deste estudo surgem implicações claras para a formação dos psicólogos padres/diáconos havendo uma necessidade de perceber o papel dos valores pessoais e dos valores profissionais que estão presentes no processo de aconselhamento psicológico, uma vez que estes acabam por direcionar a sua prática. Por outro lado a tendência que parece existir em usar o aconselhamento psicológico como complementar ao aconselhamento religioso, não existindo fronteiras claras entre estes dois tipos de aconselhamento, leva a que seja repensada a formação e a prática destes profissionais. Levantando questões sobre o tipo de aconselhamento que é praticado, uma vez que é um misto dos dois, quais as implicações que este facto pode levantar para os clientes.

Desta forma parece-nos pertinente afirmar, que conseguimos no presente estudo, obter as seguintes qualidades:

- Com a metodologia adotada, encontrar respostas para as questões de investigação, apesar de algumas fragilidades associadas ao número reduzido de participantes;
- Ter-se verificado as teorias de suporte, confirmando o destaque teórico dado a alguns fatores comuns entre si.

Como principal limitação destes estudos qualitativos apontamos o seu fraco poder de generalização. Para além desta limitação, consideramos importante apontar, que todos os participantes estão envolvidos numa prática religiosa séria, não deixando de exercer duas profissões.

Todos estes pontos levam a levantar algumas questões que consideramos importantes para estudos futuros:

- Será que se os participantes fossem escolhidos aleatoriamente, independentemente de estarem ou não envolvidos numa prática religiosa, o resultado seria o mesmo?
- Será que existiria semelhança nos resultados se esta pesquisa fosse efetuada com uma amostra de outras religiões?

- A supervisão é um contexto privilegiado, para se poder discutir e refletir sobre os momentos onde se experienciam os dilemas, que vão surgindo durante o aconselhamento psicológico. Para além disso as reflexões são momentos importantes que levam ao autoconhecimento e desenvolvimento do próprio psicólogo, ajudando-o a ter uma visão crítica da sua própria intervenção. Será que estes psicólogos fazem supervisão? Qual a sua opinião sobre a necessidade de se fazer supervisão, para o aconselhamento psicológico?

Com base no enquadramento teórico e nos autores que serviram para a sua construção, todas estas questões poderão ser propostas para investigações futuras sobre o tema estudado.

No término do presente estudo e apesar do dever cumprido, assumido na presente tese, estamos convictos, que as nossas respostas não esgotaram o problema, podendo e devendo, este estudo, ser o início, para novas investigações tentando melhorar o “caminho” do conselheiro, do processo de aconselhamento e do cliente.

Bibliografia

- Aires, L. (2011). *“Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional”*. Porto: Universidade Aberta.
- Albuquerque, F. J. B., Noriega, J. A. V., Coelho, J. A. P. M., Neves, M. T. S., & Martins, C. R. (2006). Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjectivo. *Psico*, 37, 131-137. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/index>
- Aletti, M. (2008a). Atendimento psicológico e direcção espiritual: Semelhanças, diferenças, integrações e ...confusões. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 117-126. doi: 10.1590/S0102-37722008000100014
- Aletti, M. (2008b). Processi psicologici e accompagnamento spirituale: Specificità e interazioni. In F. G. Brambilla, M. Aletti, M. I. Angelini, & A. Montanari (Eds.), *Accompagnamento spirituale e intervento psicologico: Interpretazioni* (pp. 11-43). Milano: Glossa.
- Almeida, F. M. (1999). Aconselhamento psicológico numa visão fenomenológica-existencial: Cuidar de ser. In H. T. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: Novos desafios* (pp. 45-60). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Amis, K. (2011). *Becoming a Counsellor: A Student Companion*. London: Sage
- Andrade, A. N. (1998). O acolhimento à processualidade: Entre a multiplicidade da psicologia e a multiplicidade do psicológico. In L. Souza, M. F. Freitas, & M. M. Rodrigues (Orgs), *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes* (pp.397-417).São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Andrade, A. N. (2001). Formação em psicologia: Hierarquia versus antropofagia. *Psicologia e Sociedade*, 13(1), 29-45.
- Angeli, M. I. (2008). L'uomo sichico e l'uomo spirituale e le loro regioni a confronto. In F. G. Brambilla, M. Aletti, M. I. Angelini, & A. Montanari (Eds.), *Accompagnamento spirituale e intervento psicologico: Interpretazioni* (pp. 45-74). Milano: Glossa.
- Bain, P. G., Kashima, Y., & Haslam, N. (2006). Conceptual beliefs about human values and their implications: Human nature beliefs predict value importance, value trade-offs, and responses to value-laden rhetoric. *Journal of Personality and Social Psychology*, 91, 351-367. doi: 10.1037/0022-3514.91.2.351
- Bankart, P. C. (2003). A western psychologist's inquiry into the nature of right effort. *Constructivism in the Human Sciences*, 8(2), 63-72.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barry, W. A. (2005). *A direcção espiritual e o encontro com Deus: Uma indagação teológica*. São Paulo: Loyola.
- Barry, W. A., & Connolly, W. J. (1999). *A prática da direcção espiritual*. São Paulo: Loyola.
- Boainaim, E., Jr. (1998). *Tornar-se transpessoal: Transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers*. São Paulo: Summus.
- Boff, L. (2006). *Espiritualidade: Um caminho de transformação*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Cardoso, P. (2008). Dilemas do aconselhamento da carreira. *Psicologia e Educação*, 7(1), 61-72.
- Brown, C. (2014). *Understanding Person-Centred Counselling: A Personal Journey*. London: Sage.
- Cardoso, P., Taveira, M. C., Biscaia, C., & Santos, M. G. (2012). Psychologists' dilemmas in career counselling practice. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 12, 225-241. doi: 10.1007/s10775-012-9232-9
- Carkhuff, R. R. (1976). *O relacionamento de ajuda*. Belo Horizonte: CEDEPE.
- Clinebell, H. J. (2007). *Aconselhamento Pastoral: Modelo centrado em libertação e crescimento* (4ª ed.). São Leopoldo: Sinodal.
- Collins, G. R. (1984). *Aconselhamento cristão*. São Paulo: Vida Nova.
- Corey, G. (2013). *Theory and practice of counseling and psychotherapy* (9th ed.). Monterey: Brooks/Cole, Cengage Learning.
- Corti, R. (2002). *Que espécie de director espiritual ?*. São Paulo: Paulinas.
- Dryden, W. (Ed.). (1997). *Therapists' dilemmas* (2nd ed.). London: Sage.

- Eisenlohr, M. G. V. (1999). Serviço de aconselhamento psicológico do IPUSP: Breve histórico de sua criação e mudanças ocorridas na década de 90. In H. T. Morato (Org.), *Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: Novos desafios* (pp. 135-143). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Elkins, D. N., Hedstrom, L. J., Hughes, L. L., Leaf, J. A., & Saunders, C. (1988). Toward a humanistic-phenomenological spirituality - Definition, description, and measurement. *Journal of Humanistic Psychology*, 28(4), 5-18. doi: 10.1177/0022167888284002
- Erikson, E. H. (1998). O Ciclo de Vida Completo. Porto Alegre:ARTMED. (Original publicado em 1997.)
- Faberman, H. A., Finch, S. J., & Bergman, P. K. (1997). Confidentiality vs. mandated reporting of child abuse: A social work research dilemma. *Applied Behavioral Science Review*, 5, 101-111. doi:10.1016/S1068-8595(97)80009-8.
- Fonseca, A. M. (2004). *Desenvolvimento humano e envelhecimento*. Lisboa: Climepsi.
- Forghieri, Y. C. (2007). *Aconselhamento terapêutico: Origens, fundamentos e prática*. São Paulo: Thomson Learning.
- Fraga, G. (1989). Valor. In R. Cabral (Dir.). *Logos. Enciclopedia Luso-Brasileira de Filosofia* (Vol. V). Lisboa: Verbo.
- Francisconi, C., & Goldin, J. (1998). Aspectos bioéticos da confidencialidade e privacidade. In S. I. F. Costa, V. Garrafa, & G. Oselka (Orgs.), *Iniciação à bioética* (pp. 269-285). Brasília: Conselho Federal de Medicina.
- Frankl, V. E. (1990). *A questão do sentido em psicoterapia*. São Paulo: Papirus.
- Frankl, E.V. (1992). A presença ignorada de Deus. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. (1989). Dilema. In R. Cabral (Dir.). *Logos. Enciclopedia Luso-Brasileira de Filosofia* (Vol. I).Lisboa: Verbo.
- Giordani, B. (1985). *Encuentro de ayuda espiritual: Adaptación del método de R. R. Carkhuff*. Madrid: Sociedad de Educación Atenas.
- Giordani, B. (1998). *La relación de ayuda: de Rogers a Carkhuff*. Bilbao: Desclée de Brouwer.
- González Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia*. São Paulo: Thomson Learning.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo e del colectivismo: Una comparación intra e intercultural* (Tese de doutoramento não

- publicada). Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madrid, Madrid, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 431-443. doi: 10.1590/S1413-294X2003000300011
- Gouveia, V. V., Fonseca, P. N., Milfont, T. L. & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 296-313). Porto Alegre: ArtMed.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R. & Santos, W. S. (2008). Teoria funcionalista dos valores humanos. Em M. L. M. Teixeira (Ed.), *Valores humanos e gestão: Novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo: Editora Senac.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R., & Coelho, J. A. P. M. (2009). Teoria funcionalista dos valores humanos: Aplicações para organizações. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(3), 34-59. doi: 10.1590/S1678-69712009000300004
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Milfont, T. L., Fischer, R., Clemente, M., & Espinosa, P. (2010). Teoría funcionalista de los valores humanos en España: Comprobación de las hipótesis de contenido y estructura. *Interamerican Journal of Psychology*, 44, 213-224.
- Guichard, J. (2012) Quais os desafios ao aconselhamento em orientação no início do século 21?. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13, 139-152.
- Günther, H. (1981). Uma tentativa de traduzir e adaptar a escala de valores de Rokeach para uso no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 33(3), 58-72.
- Heidegger, M. (2003). *O conceito de tempo*. Lisboa: Fim de Século.
- Hill, C. E., Knox, S., Thompson, B. J., Williams, E. N., Hess, S. A., & Ladany, N. (2005). Consensual qualitative research: An update. *Journal of Counseling Psychology*, 52, 196-205. doi: 10.1037/0022-0167.52.2.196
- Hill, C. E., Thompson, B. J., & Williams, E. (1997). A guide to conducting consensual qualitative research. *The Counseling Psychologist*, 25, 517-572. doi: 10.1177/0011000097254001
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences: International differences in work-related values* (Abbrev. ed.). Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Jung, C. G. (1988). *Psicologia e religião oriental*. Petrópolis: Vozes.

- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientations in the theory of action. In T. Parsons, & E. Shils (Eds.), *Toward a general theory of action* (pp. 388-433). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Knafo, A., & Schwartz, S. H. (2004). Identity status and parent-child value congruence in adolescence. *British Journal of Developmental Psychology*, 22, 439-458. doi: 10.1348/0261510041552765
- Langdridge, D. (2013). *Existential Counselling and Psychotherapy*. London: Sage.
- Levin, C., Furlong, A., & O'Neil, M. (2003). *Confidentiality: Ethical perspectives and clinical dilemmas*. Hillsdale, N.J.: Analytic Press.
- Macedo, D. S., Fonseca, C. M. M., & Holanda, A. F. (2007). "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância". Um estudo comparativo de aconselhamento religioso em três vertentes religiosas brasileiras. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13, 206-215. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1809-6867&lng=en
- Maslow, A. H. (1991). *Motivacion y personalidad*. Madrid: Diaz de Santos, S.A.
- Maslow, A. H. (2001a). *La personalidad creadora*. Barcelona: Kairós.
- Maslow, A. H. (2001b). *Visiones del Futuro*. Barcelona: Kairós.
- Maslow, A. H. (2003). *El Hombre autorealizado*. Barcelona: Kairós.
- Mearns, D., Thorne, B., & McLeod, J. (2013). *Person-Centred Counselling in Action* (4nd ed.). London: Sage.
- McLeod, J. (2013). *An Introduction to Research in Counselling and Psychotherapy*. London: Sage.
- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente* (Tese de doutoramento, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, Brasil). Disponível em <http://www.vvgouveia.net/sp/index.php/orientacoes/teses>
- Melgão, B. A. G. (2010). *Desenvolvimento e espiritualidade - Percursos de vida dos ministros ordenados da Igreja Católica* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Meier, A., & Boivin, M. (2011). *Counselling and Therapy Techniques: Theory & Practice*. London: Sage.
- Merton, R. K. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3, 672-682. doi: 10.2307/2084686

- Merton, R. K. (1968). *Social theory and social structure* (3rd enlarged ed.). New York: Free Press.
- Messer, S. B. (1992). A critical examination of belief structures in interpretive and eclectic psychotherapy. In J. C. Norcross, & M. R. Goldfried (Eds.), *Handbook of psychotherapy integration* (pp. 130-165). New York: Basic Books.
- Milfont, T. L., Gouveia, V. V., & Costa, J. B. (2006). Determinantes psicológicos da intenção de constituir família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 25-33. doi: 10.1590/S0102-79722006000100005
- Monteiro, M., & Santos, M. (2002). *Psicologia* (2^a parte). Porto. Porto Editora.
- Morato, H. T., & Schmidt, M. L. (1999). Aprendizagem significativa e experiência: um grupo de encontro em instituição acadêmica. In H. T. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: Novos desafios* (pp. 117-130). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico de pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- O'Hara, D. (2013). *Hope in Counselling and Psychotherapy*. London: Sage.
- O'Hara, M. M. (1983). Psicoterapia centrada na pessoa: Tecnologia da mudança ou busca de conhecimento. In C. Rogers, J. K. Wood, M. M. O'Hara, & A. H. L. Fonseca (Eds.), *Em busca de vida: Da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa* (pp. 103-121). São Paulo: Summus.
- Oliveira, R. G. (2005) *Uma experiência de plantão psicológico à polícia militar do estado de São Paulo: Reflexões sobre sofrimento e demanda* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil). Disponível em <http://www.teses.usp.br/>
- Parker, S. (2011). Spirituality in counseling: A faith development perspective. *Journal of Counseling & Development*, 89, 112-119.
- Parsons, T., & Shils, E. A. (1951). *Toward a general theory of action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Parsons T. & Kluckhohn C. (1951). *Values and value-orientations in the theory of action*. In *Toward a general theory of action*. Eds. Cambridge, Harvard University Press.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. New York, NY, US: Free Press.
- Pieri, P. (2005). *Introdução a Carl Gustav Jung*. Lisboa: Edições 70.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos de risco* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba,

- Departamento de Psicologia, João Pessoa - PB). Disponível em <http://vvgouveia.net/index.php/orientacoes/dissertacoes>
- Pinals, D. A., & Gutheil, T. G. (2001). Sanctity, secrecy, and silence dilemmas in clinical confidentiality. *Psychiatric Annals*, 31, 113-118.
- Poirier, J., Chapier-Valladon, S. & Raybant, P. (1997). Histórias de Vida- Teoria e Prática. Oeiras: Celta Editores. (Original publicado em 1983.)
- Renaud, I. (1989). Axiologia. In R. Cabral (Dir.). *Logos. Enciclopedia Luso-Brasileira de Filosofia* (Vol. I). Lisboa: Verbo.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rogers, C. R. (1985). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa: Moraes.
- Rogers, C. R. (2004). *Terapia Centrada no Cliente*. Lisboa: Edual.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1979). From individual to institutional values: With special reference to the values of science. Em M. Rokeach (Ed.), *Understanding human values: Individual and societal* (pp. 47-70). New York: The Free Press.
- Rokeach, M. (1994). *Crença, atitudes e valores: uma teoria de organização e mudança*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Ronen, S. (1994). An underlying structure of motivational need taxonomies: a cross-cultural confirmation. In H. C. Triandis, M. D. Dunnette, & L. M. Hough (Orgs.), *Handbook of industrial and organizational psychology* (Vol. 4, pp. 241-269). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores humanos: Uma perspectiva histórica. In M. Ros, & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-53). São Paulo: Editora Senac.
- Safran, J. D., & Messer, S. B. (1997). Psychotherapy integration: A postmodern critique. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 4, 140-192. doi: 10.1111/j.1468-2850.1997.tb00106.x
- Santos, E. A. (2006). *Religião e individuação: Fenomenologia do desenvolvimento humano através da direcção espiritual* (Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Góias, Goiânia, Brasil). Disponível em http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_arquivos/11/TDE-2006-08-18T065236Z-168/Publico/
- Santos, W. S. (2008). *Explicando comportamentos socialmente desviantes: uma análise do compromisso convencional e afiliação social* (Tese de doutoramento, Universidade

- Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia). Disponível em <http://www.vvgouveia.net/sp/index.php/orientacoes/teses>
- Savickas, M. L. (1995). *Uma nova epistemologia para a psicologia vocacional*. Lisboa : Edições Universitárias Lusófonas.
- Scaturo, D. J. (2002a). Fundamental dilemmas in contemporary psychotherapy: A transtheoretical concept. *American Journal of Psychotherapy*, 56, 115-133. Retrieved from <http://www.ajp.org>
- Scaturo, D. J. (2002b). Fundamental dilemmas in contemporary psychodynamic and insight-oriented psychotherapy. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 32, 145-165. doi: 10.1023/A:1020540909172
- Scaturo, D. J., & McPeack, W. R. (1998). Clinical dilemmas in contemporary psychotherapy: The search for clinical wisdom. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 35, 1-12. doi: 10.1037/h0087726
- Scheffer, R. (1976). *Teorias de aconselhamento*. São Paulo. Atlas.
- Schmidt, M. L. (1999) Positivismo lógico e pensamento existencial: A conciliação Rogeriana. In H. T. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: Novos desafios* (pp. 107-116). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Schmidt, M. L. (2001). Aconselhamento psicológico: Questões introdutórias. In H. T. Morato (Org.), *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: Novos desafios* Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa (2ª ed., pp. 14-23). São Paulo: EPU.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1-65). New York: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values?. *Journal of Social Issues*, 50(4), 19-45. doi: 10.1111/j.1540-4560.1994.tb01196.x
- Schwartz, S. H. (2006). Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos?. In M. Ross, & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 55-85), São Paulo: Editora Senac.
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: Extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878–891. doi: 10.1037/0022-3514.58.5.878

- Silva Filho, S. B. (2001). *Valores e dimensões do trabalho: Um estudo em diferentes contextos de escassez* (Dissertação de mestrado não-publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, Brasil.
- Spates, J. L. (1983). The sociology of values. *Annual Review Sociology*, 9, 27-49. doi: 10.1146/annurev.so.09.080183.000331
- Spinelli, E. (2014). *Practising Existential Therapy: The Relational World Second Edition*. London: Sage
- Stricker, G., & J. Gold. (Eds.). (1993). *Comprehensive handbook of psychotherapy integration*. New York: Plenum.
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1918). *The Polish peasant in Europe and America*. Chicago: University of Chicago Press.
- Tönnies, F. (1887/1979). *Comunidad y asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- Thorne, B., & Sanders, P. (2013). *Carl Rogers* (3nd ed.). London: Sage
- Wagner, M.E. (1973). Hazards of effective pastoral counselling: Part One. *Journal of Psychology and Theology*, 1(summer), 35-41.
- Walsh, R. & Vaughan, F. (2001). *Más allá del ego*. Barcelona: Kairós.
- White, J. (2005). *La experiencia mística y los estados de conciencia*. Barcelona: Kairós.
- Woolfe, R., Strawbridge, S., Douglas, B., & Dryden, W. (2010). *Handbook of Counselling Psychology* (3nd ed.). London: Sage

Anexos
